

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ione Santos do Nascimento

**Segurança Alimentar e Etnodesenvolvimento
na Terra Indígena Panambizinho**

Brasília - DF, setembro/2013.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Segurança Alimentar e Etnodesenvolvimento
na Terra Indígena Panambizinho**

Ione Santos do Nascimento

Orientadora: Doris Aleida Villamizar Sayago

Dissertação de Mestrado

Brasília - DF, setembro/2013.

Nascimento, Ione Santos
Segurança Alimentar e Etnodesenvolvimento na Terra Indígena Panambizinho./Ione Santos do Nascimento.
Brasília, 2013.
134 p.: il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.
Universidade de Brasília, Brasília.

1. Etnodesenvolvimento. 2. Guarani. 3. Kaiowá. 4. Segurança Alimentar. 5. Soberania Alimentar. I. Universidade de Brasília. CDS.
II Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Ione Santos do Nascimento

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segurança Alimentar e Etnodesenvolvimento na Terra Indígena Panambizinho

Ione Santos do Nascimento

Dissertação de Mestrado submetido ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão da Sustentabilidade.

Aprovada por:

Doris Aleida Villamizar Sayago, Doutora (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)
(Orientadora)

Carlos Ferreira de Abreu Castro, Doutor (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD)
(Examinador)

Nadia Heusi Silveira, Doutora (Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – UFSC)
(Examinadora Externa)

Brasília - DF, 23 de setembro de 2013.

Aos Kaiowá de Panambizinho.
Aos Povos e Comunidades Tradicionais.

AGRADECIMENTOS

Aos que me inspiraram, deram suporte e compartilharam os saberes necessários para a construção deste trabalho, muitos sem saber. Por ordem de acolhimento.

Incansavelmente: *ao Moacir, à Joanina, à Fabi e à Nani.*

Às minhas famílias Ferreira dos Santos, Moreira, Nascimento, Noleto e Eccard da Paixão.

À Rosineide Moraes, Mayra Vanessa, Léia Rego, André Brito, Edson Maia, José Bento Jr., Suly Costa, Mônica Sacramento, Nataliny Siqueira, Sandra Mariana, Juliana Torres.

Ao Gilberto Lacerda, Samir Prijic e à Jany Monasterios.

À Daniela Martins, Celina Rebouças, Karen Andrade, Daniela Dê, Caroline Maia, Renatha Calazans, Andrea Tillman, José Carlos Prestes, Paulo Menescal e Georgenewton Bandeira.

Ao Paulo Ricardo da Rocha, Gabrielle Guimarães e Leila Bijos.

À Lilia Souto, Narue Shiki, Moira Lawrence, Claudia Valenzuela, e José Luiz Lima (*in memorian*).

Aos povos e comunidades tradicionais.

Ao Carlos Castro.

À Flora Cerqueira, Juliana Falcão e Carla Carvalho.

Ao Oreste Brandi, Ricardo Jatobá, Augusto Jucá (*in memorian*), Ricardo Iglesias, Elisa Bittencourt e Liv Geller.

À Patrícia, Nataly, Cristina.

À Graça Kouri e Graziela Silveira.

Ao Oswaldo Braga, aos mestres do ZOLICS e do Lepraquê.

À Vipassana. Ao Alexandre Dias.

À Rose Diegues, Marina Ribeiro, Aldicir Scariot e Lylia Galetti.

Ao Eraldo Matricardi, Luana Lopes, Fernanda Freire, Patrícia Simão, Laura Karoliny, Larissa Leite e Wal Moraes.

Ao Demetrios Christofidis, Donald Sawyer, Othon Leonardos, Carlos Salgado e Ricardo Verдум.

Ao Alexandre Brasil, Gehysa Garcia, Luciana Brant e Wilson Jr.

À Renata Costa, Maurício Mirelles, Antônio Brand (*in memorian*) e Geraldo Alkmin.

Ao Cantinho da Fé.

À Doris Sayago.

À Ana Beatriz.

À turma de mestrado PPGDS-UnB-CDS- 2011.

Aos Kaiowá de Panambizinho.

À Nely Maciel, Graciela Chamorro, Cleber Puttkamer, Maria Lêda Silva, Anastácio Peralta e Jerusa Cariaga.

Ao Eliel Kaiowá Benites e Gilmar Terena Galache.

À Caroline Fernandes, ao Haroldo Machado Filho e à Iva Lopes.

Gratidão.

[...] *que eu espalhe benefícios* [...]
Caetano Veloso, Oração ao Tempo, 1978.

RESUMO

Esta pesquisa tem a pretensão de reforçar o entendimento de que para que a promoção da segurança alimentar e o apoio ao etnodesenvolvimento se dêem de maneira efetiva, faz-se necessário que as políticas públicas sejam intersetoriais e de acordo com as demandas apresentadas pelas comunidades indígenas, respeitando as identidades culturais, os conhecimentos tradicionais e favorecendo a autonomia e independência indígena. No caso da Terra Indígena Panambizinho, que é o foco desta investigação, urge que se invista no apoio à autossustentação dentro da Terra Indígena, por meio do fomento a atividades produtivas, à recuperação de áreas degradadas, e de atividades de valorização da cultura e crenças. Os resultados visam contribuir para uma melhor compreensão das questões históricas, políticas e institucionais relacionadas com o etnodesenvolvimento e com a segurança alimentar dos moradores da Terra Panambizinho, podendo, inclusive, servir de subsídio para a (re)definição de iniciativas públicas e privadas voltadas para outras comunidades indígenas. Para tanto, foi feita uma contextualização da história que precedeu e sucedeu a reconquista da Terra, seguida da apresentação dos movimentos indígenas e das políticas indigenistas brasileiras, finalizando com uma reflexão crítica sobre a efetividade dessas políticas na Terra Indígena Panambizinho.

De modo amplo, esta pesquisa buscou encontrar mais elementos que se somam às discussões já iniciadas sobre a necessidade de se adotar formas factíveis de integrar e de se relacionar com os povos indígenas como um exercício de *alteridade*¹.

Palavras-chave: Segurança Alimentar, Soberania Alimentar, Etnodesenvolvimento, Políticas Públicas, Kaiowá, Guarani.

¹ A nossa tendência é colonizar o outro, ou partir do princípio de que eu sei e ensino para ele. Ele não sabe. Eu sei melhor e sei mais do que ele. Toda a estrutura do ensino no Brasil, criticada pelo professor Paulo Freire, é fundada nessa concepção. O professor ensina e o aluno aprende. É evidente que nós sabemos algumas coisas e, aqueles que não foram à escola, sabem outras tantas, e graças a essa complementação vivemos em sociedade. Como disse um operário num curso de educação popular: "Sei que, como todo mundo, não sei muitas coisas" (BETTO, 2012).

ABSTRACT

This research aims to strengthen the understanding that to promote food security and ethno-development in an effective manner, it is necessary that public policies are intersectoral and according to the indigenous-people demands, respecting cultural identities, the traditional knowledge and favoring indigenous-people autonomy and independence. In the case of Panambizinho Indigenous Land, which is the focus of this research, it urges supporting self-sustainability within the Indigenous Land by supporting productive activities, initiatives of degraded areas recovering, and by observing culture values and beliefs. The findings are intended to contribute to a better understanding of the historical and institutional issues related to ethnic-development and food security in the Panambizinho Indigenous Land, and may also serve as a basis for the (re)definition of public and private initiatives aimed at other indigenous-people communities. To do so, we contextualize the history that preceded and succeeded the reconquest of the Panambizinho Land, then the presentation of indigenous-people movements and Brazilian indigenous policies, ending with a critical reflection on the effectiveness of these policies in the Panambizinho Indigenous Land.

Altogether, this study sought to find more elements that add up to the already initiated discussions on the need to adopt feasible ways to integrate and relate to indigenous-peoples as an exercise in *otherness*².

Key-words: Food Security, Food Sovereignty, Ethnodevelopment, Public Policies, Kaiowa, Guarani.

² We tend to colonize the other, or assume that I know and I teach. He does not know. I know better and know more than him. The whole structure of education in Brazil, criticized by Professor Paulo Freire, is founded on this concept. The teacher teaches and the student learns. Clearly we know some things, and also those who were not at the school, as many know, and that complementation represents what live in society means. It leads us to what a worker in the course of popular education said: "I know, like everyone else, that I do not know many things." (BETTO, 2012).

RÉSUMÉ

Cette recherche vise à renforcer l'idée de que pour que la promotion de la sécurité alimentaire et de l'ethno-développement soit effective, il est nécessaire que les politiques publiques sont intersectorielle et en fonction des demandes formulées par les communautés indigènes, en respectant leur identité culturelle, les savoirs traditionnels et en faveur de l'autonomie et de l'indépendance indigène. Dans le cas de la Terre Indigène Panambizinho, l'objet de cette recherche, il est urgent que d'investir dans le soutien de l'auto-suffisance dans les terres indigenes, en favorisant les activités de production, la récupération des zones dégradées, et en observant des valeurs culturelles et croyances. Les conclusions sont destinées à contribuer à une meilleure compréhension des questions historiques liées aux politiques institutionnelles et la sécurité alimentaire, et peut également servir de support pour la (re)définition des initiatives publiques et privées destinées à d'autres communautés indigènes. Pour cela, nous situons l'histoire qui a précédé et succédé à la conquête de la Terre Indigène Panambizinho, puis nous présentons des mouvements indigènes et les politiques indigène du Brésil, se terminant par une réflexion critique sur l'efficacité de ces politiques dans la Terre Indigène Panambizinho.

De façon générale, cette étude visait à trouver d'autres éléments qui s'additionnent aux discussions déjà engagées sur la nécessité d'adopter manières possibles d'intégrer et de relier les peuples indigènes comme un exercice de *l'altérité*³.

Mots-clés: sécurité alimentaire, souveraineté alimentaire, ethnodéveloppement, politiques publiques, Kaiowa, Guarani.

³ Nous avons tendance à coloniser l'autre, ou supposer que ce moi que je sais, donc j'enseigne à l'autre. L'autre ne sait pas. Je connais mieux et je sais plus. L'ensemble de la structure de l'enseignement au Brésil, critiqué par le professeur Paulo Freire, est fondée sur ce concept. L'enseignant enseigne et l'élève apprend. Il est clair que nous savons certaines choses, et ceux qui n'étaient pas à l'école savent beaucoup d'outre choses, et grâce à cette complémentation nous vivons dans la société. En tant que un travailleur dans le cadre de l'éducation populaire a dit: «Je sais, comme tout le monde, que je ne sais pas beaucoup de choses.» (BETTO, 2012)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Localização das aldeias indígenas em Mato Grosso do Sul	34
Mapa 2 – Densidade populacional da reserva indígena de Dourados	45
Mapa 3 – Localização da terra indígena Panambizinho	46
Mapa 4 – Terra indígena Panambizinho antes de sua ampliação	99
Mapa 5 – Localização das casas da aldeia Panambizinho	102
Mapa 6 – Localização dos grupos macrofamiliares	106
Mapa 7 – Localização das áreas de plantio	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de entrevistados(as) – Aldeia Panambizinho	31
Quadro 2 – Número de entrevistados(as)/informantes-chave – Instituições Públicas e da Sociedade Civil Organizada	32
Quadro 3 – Proposta de Política Fome Zero	59
Quadro 4 - Cardápio das Escolas Indígenas do município de Dourados – MS	82
Quadro 5 - Resumo dos dados de famílias da TI Panambizinho aptas para o recebimento da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)	108

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Ademilson Conciança - jovem kaiowá de Panambizinho	18
Foto 2 – Casa de Reza do Jairo Barbosa (Luis)	38
Foto 3 – Casa de Reza do Sr. Laudelino (em construção)	38
Foto 4 – Jairo Barbosa (à esquerda) e Nailton, rezadores encerrando a cerimônia de batismo de milho	39
Foto 5 – Valdomiro Aquino – Linderança	39
Foto 6 – Arda Conciança – rezadora	39
Foto 7 – Alice Pedro – rezadora	39
Foto 8 – Casa de ex-colono de madeira	103
Foto 9 – Casa de ex-colono de alvenaria	103
Foto 10 – Casa típica com telhado de sapé e paredes de materiais diversos	103
Foto 11 – Vista aerea da Terra Indígena Panambizinho e de fazendas vizinhas	113

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ABC	Localização das áreas de plantio
Agraer	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
AERs	Administrações Executivas Regionais
Ascuri	Associação Cultural de Realizadores Indígenas
AJI	Associação de Jovens Indígenas de Dourados
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cedi	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CI	Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas (Carteira Indígena)
CGEEI	Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
Cisi	Comissão Intersectorial de Saúde Indígena
CNEEI	Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena
CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Condisi	Conselhos Distritais de Saúde Indígena
Core	Coordenações Regionais
CPI	Comissões Pró-Índio
Cras	Centros de Referência de Assistência Social
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
Dater	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
Desai	Departamento de Saúde Indígena
DSEI	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
EEL	Educação Escolar Indígena
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FI	FondoIndígena
Fida	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipea	Instituto de Pesquisas e Estatística Aplicadas
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
Mesa	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
MF	Ministério da Fazenda
MinC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MPO	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Mato Grosso do Sul
MS	Ministério da Saúde
NDI	Núcleo de Direitos Indígenas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Opan	Operação Amazônia Nativa
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PCI	Pontos de Cultura Indígena
PCSAN	Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional a Mulheres e Crianças Indígenas
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PI	Povos Indígenas
PINs	Postos Indígenas
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNGATI	Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PDPI	Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas

PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PPG7	Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil
PPTAL	Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
Prolind	Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
Secad	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEPPIR	Secretaria Especial para a Promoção da Igualdade Racial
Sesai	Secretaria Especial de Saúde Indígena
Sesu	Secretaria de Educação Superior
SCO	Sociedade Civil Organizada
SUS	Sistema Único de Saúde
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
TI	Terra Indígena

PREFÁCIO

Reservo às primeiras linhas desta dissertação o cuidado de relatar alguns aspectos que considero importantes para o bom entendimento do conteúdo que aqui se apresenta. Esta pesquisa se pautou no respeito pelos povos e pelas comunidades tradicionais e, em especial, pelos que são o foco desta investigação, os indígenas. Obedecendo à objetividade que a pesquisa acadêmica exige, sintetiza, implicitamente, a gratidão pelas experiências adquiridas a partir de 2003, na assessoria a gestores e gestoras de projetos de cooperação técnica internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Neste trabalho se apresenta a convergência de alguns aprendizados do que se pode entender por desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais, com foco em dois aspectos que considero intrínsecos “a segurança alimentar e o etnodesenvolvimento” de algumas centenas de indivíduos: os Kaiowá que residem na aldeia Panambizinho, no Mato Grosso do Sul (MS).

Não fosse a curiosidade pelos chamados “Planos de Trabalho” que eram enviados pela Carteira Indígena de Desenvolvimento Sustentável e Segurança Alimentar e Nutricional (CI) ao Pnud, minha relação com os povos indígenas seria meramente burocrática, de escritório.

Por mais excelente e rico em detalhes que seja um texto ou os dados nele contidos, o contato direto com as pessoas será sempre determinante. No caso dos Guarani, minha aproximação se deu em uma viagem à Dourados (MS), que aconteceu em 2010, para dar início a um trabalho que duraria três anos, vale dizer, o Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional a Mulheres e Crianças Indígenas (PCSAN), programa desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em parceria com o governo brasileiro. Foram vários dias dedicados às visitas e às reuniões com os Guarani e os Terena, assim como com pessoas diretamente ligadas a eles, que culminaram com a participação no evento Ava Marandu “Os Guarani convidam” em que pude conhecer um grupo de moradores da comunidade de Panambizinho.

Muito antes do PCSAN, todavia, já estava nos meus planos desenvolver uma pesquisa acadêmica sobre a Carteira Indígena, um projeto de cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Pnud, o qual muitos entendiam, dentre eles indígenas, que merecia deixar de ser tão somente um projeto para se tornar uma política de governo. Nesse sentido, seria, assim, uma maneira prática de manifestar meu apoio a essa demanda, pois, tendo participado de reuniões do Comitê Gestor da Carteira Indígena, descobri que a sua abordagem era bem aceita entre os indígenas, apesar das suas muitas falhas operacionais.

Ocorre que, com o advento da elaboração da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), que teve início em 2008, decidi transferir atenção e esforços para uma das primeiras regiões a ser atendida pela Carteira Indígena, em 2004, e onde o PNUD passaria a atuar diretamente, a partir de 2010, por meio do PCSAN. Trata-se da Reserva Indígena de Dourados (MS), considerada uma das regiões indígenas brasileiras mais vulneráveis, mesmo depois de intervenções governamentais.

Foi assim que comecei a apurar o meu olhar para aquela população indígena sob duas perspectivas: a profissional e a acadêmica. E, não ainda por empatia, mas por consenso entre os

membros da banca de qualificação do projeto e eu, direcionei a pesquisa para a aldeia Panambizinho a fim de tornar a investigação factível em termos de prazo. Essa decisão mostrou-se acertada e prazerosa, porém, complexa. Em contrapartida, os moradores de Panambizinho me cativaram e têm de mim profundo respeito. Eles têm me apresentado, continuamente, uma heterogeneidade sociocultural rica o bastante para preencher minha vida profissional e acadêmica para além desta pesquisa.

Encerro esta apresentação relatando brevemente dois fatos que marcaram a transição de minha relação com a comunidade enquanto profissional para a entrada como pesquisadora. Quero, com isso, reforçar a admiração daqueles que já conhecem os Guarani-Kaiowá e despertar o interesse dos que desconhecem a perspicácia, sabedoria e alegria desse povo.

Dei início à pesquisa documental em 2010, mas, somente em maio de 2012 desembarquei em Dourados não somente como parte de uma equipe de profissionais, mas também como pesquisadora. Porém, até então, não havia comunicado aos de lá que faria uma pesquisa acadêmica e, por isso mesmo, decidi ir “vestida com a camisa do Prud”, mas imbuída do olhar acadêmico. Ocorre que os povos indígenas, em geral, há muito sabem reconhecer um “pesquisador” e, meio sem saber como, no último dia da viagem soube que o líder da comunidade havia questionado o porquê de eu estar o tempo todo tomando nota de tudo em um caderninho.

Ora! Havia outras pessoas da equipe que também “anotavam”, mas o “meu caderninho” deve ter falado por si. Ao regressar em agosto, no entanto, apresentei um ofício assinado por minha orientadora e, assim, procurei explicar que daquela vez não estava ali somente enquanto profissional. Mais do que isso, me comprometi a apresentar os resultados do meu estudo a todos, ao final. É muito comum que os pesquisadores explorem o tempo, as imagens e o conhecimento desses povos sem nunca dar retorno. Às vezes, o que é pior, levando promessas que não vêm a ser cumpridas. Sendo assim, pedi permissão para fazer a pesquisa e, por conseguinte, fui bem recebida.

A partir dessa anuência, muitos fatores conspiraram a meu favor, entre eles, o apoio do Kiki (Ademilson Conciança Verga – Foto 1), um Kaiowá de 20 anos, muito popular na aldeia, que aceitou ao meu convite para me servir de intérprete da língua Kaiowá-Guarani e, com isso, diminuir um pouco minha distância entre meus entrevistados. Kiki se tornou meu “auxiliar de pesquisa”, além de um amigo querido. Não obstante, sempre que possível, ensinou-me um pouco da língua e da cultura Kaiowá.



Ademilson Conciança Verga – jovem kaiowá de Panambizinho
Foto 1 – Ione Nascimento 2013.

Apesar dessa facilitação que Kiki me possibilitou, pretendo estudar Guarani por um interesse pré-existente por línguas (o Guarani é bonito e sonoro) e por acreditar que falar a língua do outro é também uma forma respeitosa de um “estrangeiro” se aproximar positivamente de um “nativo”, em qualquer lugar do mundo.

Espero que este estudo venha, para além dos objetivos acadêmicos a que se propôs, a instigar mais pessoas a se aproximarem dos povos indígenas e, porque não dizer, a acolher a diversidade étnica e cultural que está à nossa disposição.

Por todo o exposto, vamos aos fatos e aos dados.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	
LISTA DE FOTOS	
LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS	
PREFÁCIO	
INTRODUÇÃO.....	22
METODOLOGIA.....	29
CAPÍTULO 1 – ANTECEDENTES E CONTEXTUALIZAÇÃO: GEOPOLÍTICA KAIOWÁ-GUARANI.....	34
1.1 Guarani, Kaiowá, Nandeva e Mbya: povos distintos.....	34
1.2 Os Kaiowá.....	35
1.3 O Tekoha, as relações sociais, e a Territorialidade Kaiowá-Guarani.....	36
1.4 A Reserva Indígena de Dourados.....	41
CAPÍTULO 2 – ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, E DO ETNODESENVOLVIMENTO.....	47
2.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).....	47
2.1.1 A segurança alimentar no contexto internacional.....	49
2.1.2 Histórico e consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.....	52
2.2 Insegurança Alimentar Indígena.....	61
2.3 Etnodesenvolvimento, etnicidade e desenvolvimento.....	63
CAPÍTULO 3 – POLÍTICA INDÍGENA E POLÍTICAS INDIGENISTAS.....	67
3.1 <i>Aty Guasu</i> : Grande Assembléia Guarani e Kaiowá.....	67
3.2 A Funai: o órgão indigenista governamental.....	72
3.3 As mais recentes políticas públicas indigenistas brasileiras: peças de um mosaico em construção.....	79
3.3.1 As políticas sociais e de combate à fome.....	79
3.3.2 Políticas públicas de promoção à saúde indígena.....	82
3.3.3 As políticas educacionais.....	84
3.3.4 As políticas agrárias.....	86
3.3.5 As políticas de incentivo à cultura.....	87
3.3.6 A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.....	88
3.3.7 O PCSAN - Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas.....	90
3.3.8 A Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas: finalmente uma política indígena, indigenista e transversal?.....	91
3.4 Direitos indígenas reconhecidos internacionalmente.....	93

CAPÍTULO 4 – SEGURANÇA ALIMENTAR E ETNODESENVOLVIMENTO EM PANAMBIZINHO: CONSIDERAÇÕES* SOBRE A EFETIVIDADE DE INTERVENÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS.....	97
4.1 O surgimento, a retirada e a reconquista	97
4.2 O ambiente e a sociedade Kaiowá da Terra Indígena Panambizinho	101
4.3 Os principais cultivos, o potencial produtivo, e as fontes de renda.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	115
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICE – Roteiros de Entrevistas Semiestruturadas (Demonstrativo)	128

INTRODUÇÃO

A fome continua sendo um dos grandes flagelos do mundo em pleno século XXI em virtude de problemas relacionados à produção, à distribuição, ao acesso e ao consumo de alimentos que podem ser erradicados com políticas e ações apropriadas, com a mudança de foco da produção para demanda, considerando-se as especificidades regionais (que definem onde e o que produzir, conforme as condições ambientais), culturais (que determina o que se deve produzir, conforme os hábitos alimentares) e quantitativas (que determina quanto se deve produzir com base na densidade demográfica).

No Brasil, os índices de mortalidade e desnutrição são altos, tendo sido registradas em média dezenove mortes para cada mil crianças nascidas vivas em 2010, e o dobro entre povos indígenas. Na região de Dourados, foram registradas aproximadamente trinta mortes de crianças de até um ano para cada mil nascimentos nas aldeias locais, o que representa, portanto, treze pontos acima da taxa brasileira (IBGE, 2012).

No que tange à fome entre o público alvo desta pesquisa (os Kaiowá que residem na Aldeia Panambizinho, em Mato Grosso do Sul), atualmente os altos índices de pobreza e desnutrição estão relacionados, principalmente, com:

- (i) A propriedade de terras produtivas, onde as tradições possam ser reproduzidas, e com a territorialidade que são fundamentais para garantir a segurança alimentar. Do ponto de vista dos indígenas, vida e territorialidade são intrínsecas e, por sua vez, são determinantes da cultura, da espiritualidade, do modo de vida, das relações interpessoais, e dos indivíduos com o ambiente em que vivem.
- (ii) A ignorância e a intolerância cultural (que se traduz na marginalização e na imposição de autoimagem negativa e dependente);
- (iii) As más condições de geração de riqueza, renda ou emprego. Muitos são os que prestam serviço em usinas de cana de açúcar, e na colheita de grandes monoculturas, recebendo diárias de apenas R\$ 30,00, alimentando-se e dormindo precariamente, e convivendo com usuários de álcool e de drogas ilícitas.

Partindo de um aspecto fundamental para a sobrevivência (a alimentação), faz-se uso, nesta pesquisa, de duas áreas do conhecimento (segurança alimentar e etnodesenvolvimento) para, a partir daí, discorrer sobre políticas públicas, relações interétnicas e geopolítica. Pretende-se apontar as falhas que existem tanto em termos de proposição, como de implementação de políticas públicas e, de modo específico, as que afetam a segurança ou a soberania alimentar dos moradores de Panambizinho.

No que tange à relação histórica entre a sociedade envolvente e os povos indígenas no Brasil, esta dissertação almejou, direta ou indiretamente, reiterar a necessidade de que é preciso que haja uma mudança significativa e determinante no tratamento dado aos indígenas que vivem no Brasil, tanto por parte do governo quanto pela sociedade de modo geral. De tal forma que desde o ensino fundamental seja despertado interesse renovado pelos primeiros atores da história do País.

A ignorância sobre a história do Brasil e sobre a importância que esses povos representam é generalizada. Em Espelho Índio – A formação da alma brasileira, Roberto Gambini (2000, p. 19) coloca algumas perguntas reflexivas:

Qual a qualidade distintiva de nossa consciência coletiva moderna se desde o seu nascedouro, no século XVI, uma parte preciosíssima foi deixada de lado por ter sido negada? Que efeitos essa negação eventualmente têm sobre a estruturação de nosso modo de ser, pensar e agir, contemporâneos?

Esse inconsciente coletivo influencia negativamente no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, que é afetada por negar ancestralidades em detrimento de referências que não são as nossas (ou não são as únicas) e que, portanto, não traduzem plenamente a nossa identidade. Isso ocorre tanto quando se destaca apenas nossas origens nórdico-européias, como quando se valoriza quem vem e o que é produzido fora do País, e se despreza as heranças indígena e africana (vale lembrar).

De forma prática, o problema não é preferir o que ou quem tem origem européia, norte americana ou mesmo oriental, mas, sim, negar e rejeitar a ancestralidade brasileira e o que ela tem de necessário para nossa formação e crescimento socioeconômico.

Essa rejeição/desinteresse, por sua vez, desencadeia uma série de consequências que começam com a marginalização de seres humanos, de cidadãos que não usufruem de direitos fundamentais, devido ao preconceito, ignorância e desinteresse (de sair dela) de parte da sociedade brasileira. Resulta disso o fato de convivemos (índios, negros, mestiços, pardos e brancos) com conflitos relacionados ao preconceito racial, à disputa por terra e à intolerância de crença ou religião, por exemplo.

As perdas oriundas da paralisia gerada por promover, participar ou dirimir esses conflitos são intangíveis, assim como os ganhos que teríamos se eles não ocorressem. Grosso modo, tais perdas podem ser traduzidas em:

- (i) Limitado conhecimento e senso crítico sobre justiça social (para todos, não somente para mim e/ou para os meus);
- (ii) Desigualdade econômica e social;
- (iii) Priorização do crescimento econômico em detrimento do social; e

- (iv) Desatenção à complexidade e magnitude do significado de sustentabilidade (ambiental, social e econômica).

Todos esses aspectos podem ser considerados atrasos ou perdas de oportunidade de se promover o desenvolvimento sustentável no Brasil. E, de modo específico, esta pesquisa acadêmica é uma forma pontual de projetar essa ampla reflexão em um “microcosmos” chamado aldeia Panambizinho.

Apesar de o Mato Grosso do Sul ser destacadamente o estado onde o pleito por terra por parte de indígenas é significativo, esse não é o caso de Panambizinho. O território onde vivem atualmente 336 indígenas já foi ocupado por colonos que, a partir da década de 1940, foram incentivados a ocupar aquelas terras como parte da política de Getúlio Vargas⁴ de promoção do desenvolvimento econômico da região. Os colonos aceitaram o desafio (ou a oferta) proposto pelo governo, constituindo negócios e famílias na região.

A partir desse movimento de ocupação, muitos indígenas foram obrigados a se mudar para a Reserva de Dourados (a 25 quilômetros de Panambizinho), enquanto outros foram morar em lugares mais distantes. Contudo, a grande maioria permaneceu relativamente perto daquele território, ou ali mesmo, onde sempre moraram, porém em uma condição diferente, a de prestadores de serviço aos colonos.

Em meio a esses indígenas resistentes, a morada fixa passou a ser em uma localidade hoje conhecida como Aldeia Velha⁵, que fica dentro do território chamado de Terra Indígena Panambizinho. A Aldeia Velha tinha sessenta hectares (para efeitos de comparação, o território atual tem 1272 hectares) e serviu para abrigar cinco famílias extensas⁶ (Concianza, Aquino, Capilé, Pedro e Jorge) por cinco décadas.

A explicação para essa resistência, segundo eles próprios e renomados antropólogos que serão citados nesta pesquisa, é que se trata de um território que representa o *Tekoha*⁷ daquela gente. A relação com o território não é nada efêmera. O vínculo é tão profundo que aquele é o lugar considerado próprio⁸ para reprodução e perpetuação da vida. Portanto, não

⁴ Era Vargas cujo período foi de 1930 a 1945.

⁵ Vide mapas de localização no capítulo 4.

⁶ “A organização social dos Kaiowa baseia-se na família extensa, família esta que forma redes de consangüíneos e afins em um amplo território. Quando a família extensa engloba três gerações, forma-se uma unidade doméstica, grupo este composto pelo casal de avôs, seus filhos(as) casados(as) residentes em sua unidade territorial e os netos. A unidade doméstica (família extensa) em geral é composta de quatro, cinco ou mais unidades residenciais (famílias nucleares), determinando um circuito de cooperação e redistribuição privilegiado” (ALMEIDA, COMAR, 2008).

⁷ “Teko” significa ‘estado de vida, lei, hábito, costume, modo de ser’ e, “há” é o ‘lugar em onde’. Não se trata do território físico, mas também das relações sociais e espirituais que ocorrem neste lugar. A permanência está relacionada à determinação de divindades, e não de pessoas, especialmente as não indígenas. No primeiro capítulo discutiremos sobre a definição e o que representa o Tekoha. Para uma compreensão mais apurada da noção de Tekoha, recomenda-se a leitura de Almeida (2001, p.124).

⁸ Cosmologicamente explicável e cujo entendimento serve de suporte para a proposição de intervenções em áreas e para indígenas. Trata-se de um aspecto antropológico necessário para gestão política e gestão ambiental.

se trata de um lugar ideal, que pode ser reproduzido em outro espaço. É um lugar único, o *Tekoha*.

Em geral, a justificativa dada para não se retirarem dos assentamentos, ou por “invadirem” determinadas propriedades privadas, é a de que os seus antepassados estão enterrados lá.⁹

O nomadismo é, não raro e erroneamente, dado como característica entre os Guarani. Existe, sim, uma movimentação, mas ela ocorre de forma limitada, sempre nas proximidades de um determinado território e, quando se dá, as razões costumam ser de cunho espiritual (a morte de um ente querido costuma demandar uma mudança, mesmo que temporária), ambiental (o manejo do roçado ou de caça) ou sociopolítica (conflitos entre famílias ou indivíduos).

Esses são parte dos aspectos que tornam a questão indígena complexa. E essa complexidade precisa ser considerada ao se propor qualquer intervenção, seja ela relacionada à saúde, alimentação, nutrição, educação, tradição indígena, geração de renda e de emprego ou à repartição da terra.

Na grande maioria das áreas povoadas por indígenas, esses aspectos não são observados de maneira integrada, mas, sim, isoladamente. Em alguns casos, não são considerados de maneira nenhuma.

O que ocorre, em alguns casos, é que a política ou intervenção existe em função da sociedade envolvente e alcança os povos indígenas sem as devidas adequações. Como exemplo, pode-se citar o Programa Bolsa Família, que inclui a distribuição de cestas básicas e os respectivos condicionantes para o recebimento do benefício que são aplicados a todos os beneficiários sem um diagnóstico que aponte a necessidade de adaptações para determinados grupos (povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, por exemplo).

Em se tratando de Panambizinho não é diferente, pois a terra foi homologada em 1995 e devolvida aos indígenas somente em 2005. Um ganho, sem dúvida. No entanto, apenas a questão fundiária foi considerada nesse processo. Essa foi uma intervenção fundamental, mas, isoladamente, não garante qualidade de vida. Dentre as implicações dessa ação desarticulada é possível destacar:

- (i) Incapacidade produtiva ou significativamente comprometida por falta de condições ambientais (terra degradada, desmatada, pisoteada por gado, coberta por espécies como capim coloniã) e materiais (falta de insumos agrícolas) para produzir alimentos e, por consequência, fome ou desnutrição;

⁹ Os grupos de trabalho para demarcação de terras indígenas comprovam isso por meio de laudos antropológicos, etnográficos e, por vezes, arqueológicos.

- (ii) Diminuição de práticas tradicionais consideradas essenciais para reprodução humana, geração de alimentos e harmonização da comunidade. Entre eles: batismo do milho (*Jerosy Puku - Avatikyry*), o ritual de entrada dos meninos na vida adulta (*Kunumi Pepy*), das meninas, realização de encontros e reuniões para “rezar”, dançar (guahú, guaxiré), beber (chicha). Momentos importantes e oportunidade para transmissão de saberes (como a língua, a política social comunitária, os mitos) dos mais velhos para os mais jovens;
- (iii) Mudança de hábitos alimentares em função da introdução das cestas básicas e da diminuição da quantidade de roças familiares;
- (iv) Introdução da escola de nível médio na aldeia como resultado de uma parceria entre o município e o Estado, o qual cedeu professores para lecionar dentro da estrutura da escola da aldeia que, até então, atendia somente ao ensino fundamental (Escola Municipal Pai Chiquito) com recursos do município e professores indígenas. Evidentemente, trata-se de uma consequência positiva, porém a estrutura da escola permanece precária e o ensino não é culturalmente adaptado.

No que tange ao processo de divisão dos lotes em Panambizinho, enquanto uns “herdaram” os casarões deixados pelos colonos, com áreas privilegiadas, água e energia elétrica, outros permaneceram confinados na Aldeia Velha, fato que gerou conflitos intra e entre famílias.

São muitos os questionamentos acerca da eficiência das intervenções feitas pelo governo por meio das políticas públicas para povos indígenas. Direitos fundamentais como territorialidade, tradicionalidade (valorização e preservação das tradições étnicas), acesso aos serviços de segurança, educação, saúde e alimentação adequada não têm sido efetivamente assegurados.

Em vista disso, ações isoladas de organizações da sociedade civil, órgãos governamentais, organismos internacionais e instituições privadas, por intercessão dos chamados projetos de desenvolvimento, nem sempre são vistas positivamente entre indígenas e não indígenas, especialmente quando não são concebidos sob a perspectiva dos beneficiários por não garantirem, necessariamente, direitos fundamentais dos índios de forma ampla e estruturada.

Para enfrentar esses problemas, e mais especificamente o da insegurança alimentar indígena, há que se considerar que um dos principais requisitos para a efetividade das intervenções é a real participação dos beneficiários no planejamento, execução e avaliação das ações, o que caracterizaria um processo de promoção do etnodesenvolvimento. Por isso, é importante identificar ações governamentais cuja concepção e implementação diferenciam-se de outras iniciativas (públicas ou privadas) por ter como base um dos

indicadores do etnodesenvolvimento: a promoção ou fortalecimento da autonomia indígena, tornando-os autossuficientes, com recursos (financeiros e naturais) próprios, gerados de forma não predatória e independente das determinações do mercado e de intervenções externas não consensuais (LIMA; BARROSO-HOFFMANN, 2004).

É nesse contexto que se apresenta esta dissertação sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e etnodesenvolvimento. Assim, destaque-se que seus resultados visam contribuir para o melhor entendimento das questões históricas, políticas e institucionais relacionadas com a segurança alimentar, podendo, inclusive, servir de subsídios para a (re)definição de iniciativas públicas e privadas voltadas para comunidades indígenas.

A pergunta que norteou esta pesquisa foi: “Quais são as limitações, quando ocorrem, das políticas ou intervenções que afetam a segurança alimentar dos indígenas da Aldeia Panambizinho?”.

Um exemplo relevante de limitação é a concessão de benefícios considerando apenas necessidades isoladas (a de comer, por exemplo, que não é sinônimo de nutrir), sem uma estratégia de promoção da autonomia dos beneficiários, de forma integral. Como exemplo, pode-se citar a forma como as terras de Panambizinho foram devolvidas à comunidade indígena, sem condições mínimas necessárias para restabelecer seus modos de vida (etno)sustentadamente. Fato que nos remete a outra pergunta: “A homologação da terra promoveu melhores níveis de segurança alimentar em Panambizinho?”.

Parte-se do pressuposto de que as causas dessas limitações podem estar relacionadas a fatores políticos, socioeconômicos e ambientais que impactam na segurança alimentar daquela comunidade e que, portanto, devem ser consideradas na elaboração e implementação de políticas, projetos, programas, planos de ação ou qualquer tipo de intervenção que se possa observar.

O objetivo geral desta dissertação foi o de analisar o impacto das intervenções, especialmente as públicas, que afetaram diretamente a segurança alimentar e nutricional na terra indígena Panambizinho desde sua reconquista, em 2005. De modo específico, os objetivos estão descritos em três capítulos, precedidos de uma contextualização e caracterização da comunidade (Capítulo 1).

No segundo capítulo são apresentados aspectos teóricos da segurança alimentar e do etnodesenvolvimento, com o objetivo de destacar a complexidade dessas áreas do conhecimento que precisam ser devidamente apreendidas para serem aplicadas em políticas e intervenções que visem à promoção da segurança alimentar e do etnodesenvolvimento.

O capítulo três discorre genericamente (considerando que no Brasil há 305 etnias e esta pesquisa diz respeito a uma comunidade da etnia Kaiowá) sobre a relação entre o

Estado brasileiro e os PI. O objetivo, no caso, é fazer um levantamento das principais iniciativas públicas direcionadas ou que afetam os PI no Brasil.

A caracterização desta comunidade é um pré-requisito tanto para o desenvolvimento quanto para a apresentação dos principais achados desta pesquisa. Por isso, no último capítulo são identificados e descritos aspectos históricos (a ocupação, desocupação e reconquista do território), socioculturais (relações sociais harmoniosas ou conflituosas, heterogeneidade geracional, de crenças e culturas) e ambientais (degradação, estoque de capital natural disponível) da comunidade indígena de Panambizinho, cujo território, como em muitos outros casos que não estão contemplados neste trabalho, foi reconquistado em meio a conflitos entre indígenas, colonos e fazendeiros. Nesta última parte do trabalho há uma análise de como ocorrem as ações de promoção da segurança alimentar em Panambizinho, particularmente no que tange à distribuição de cestas básicas, ao apoio à produção local de alimentos e à geração de renda e emprego.

Estes capítulos correspondem aos objetivos desta investigação e neles estão inseridos três eixos intrínsecos, diretamente relacionados com a promoção da segurança alimentar indígena, e que permeiam toda esta dissertação. São eles:

- (i) Políticas públicas: ações emergenciais que se perpetuam (assistencialismo); transferência de recurso descontínua, ou sem adequado planejamento, capacitação e participação dos beneficiários; baixa ou nenhuma valorização do patrimônio histórico e cultural;
- (ii) Conflitos socioambientais: a relação entre o Estado (especialmente durante os Governos de Getúlio Vargas e de Luiz Inácio Lula da Silva), os grandes produtores e os indígenas; subemprego; relações interétnicas; reorganização social (como a instituição da figura dos “capitães”, por exemplo); e
- (iii) Estoque de capital natural: inexistência ou baixo estoque de recursos naturais essenciais para a autossustentação dentro da Terra Indígena.

Em quatro anos de pesquisa acadêmica e paralela atuação profissional sobre esses temas, até o momento não foram encontrados trabalhos acadêmicos que contemplem, de maneira interligada, todos esses fatores que, isolada ou conjuntamente, têm impactos na segurança alimentar.

METODOLOGIA

A análise documental, a observação e as entrevistas semiestruturadas foram os instrumentos desta pesquisa, com a predominância do primeiro deles, por meio de levantamento e análise de estudos técnicos e acadêmicos, documentos oficiais, para subsidiar a redação dos capítulos 2 e 3, especialmente. Serviu-se, também, da análise e triangulação das fontes secundárias com dados primários obtidos na aldeia, em órgãos públicos e privados locais, tais como a Coordenação Regional da Funai (CR de Dourados), o Polo Base de Saúde e a Secretaria de Assistência Social da região de Dourados.

A realização de atividades profissionais na aldeia, paralelamente à pesquisa acadêmica, possibilitou a identificação dos ajustes necessários no instrumento de pesquisa (entrevistas), seja pela inclusão, exclusão ou alteração de questões, bem como pela disposição sequencial das perguntas, com o aprimoramento do vocabulário utilizado na formulação das questões, visando estabelecer um canal de comunicação eficiente com os entrevistados (MACIEL; MUNIZ; RODRIGUES, 2010). As entrevistas serviram em parte para consolidar os achados da análise documental, ou para triangular afirmações de informantes chaves, tanto indígenas como não indígenas.

Embora o primeiro contato com os Guarani tenha se dado em 2010, com retornos em 2011, o trabalho de campo (acadêmico) ocorreu nos meses de maio (5 dias) , agosto (30 dias), outubro (10 dias) de 2012 e fevereiro (5 dias) de 2013.

As perguntas foram formuladas ao longo da segunda fase de pesquisa bibliográfica e documental, que ocorreu após o período de maior permanência contínua na aldeia, em agosto de 2012, tendo sido aplicadas ainda em agosto e, também em outubro de 2012. Os roteiros das entrevistas semiestruturadas (Apêndice A) combinaram perguntas fechadas e abertas para que os entrevistados tivessem a possibilidade de discorrer sobre o tema em discussão sem ficar presos à indagação formulada (PINHEIRO, 2009, p. 49).

As perguntas tiveram como base as reflexões oriundas das leituras das referências bibliográficas e documentais, de conversas com nativos e com profissionais que atuam em Panambizinho, bem como de encontros de orientação acadêmica, primando-se por uma linguagem acessível aos entrevistados. As questões foram elaboradas com o intuito de compreender o que os indígenas e os promotores de ações e políticas públicas sociais pensam sobre segurança alimentar e nutricional, a estrutura e eficiência das instituições públicas locais e sobre a receptividade e confiabilidade dos beneficiários nas ações e nos atores envolvidos.

Durante os trabalhos de campo e entrevistas, observou-se que o termo “alegria” era usado constantemente pelos Kaiowá para se referir à vida em seu sentido amplo. Considerando o uso recorrente desse termo por diferentes segmentos da comunidade, há

que se destacar uma peculiaridade do roteiro de entrevistas voltado para os membros da comunidade indígena da aldeia: parte das perguntas esteve relacionada a um levantamento de Felicidade Interna Bruta (FIB). Perguntas tais como: “o que é preciso que aconteça em Panambizinho para que a tua vida aqui tenha mais alegria?”, ou “o que falta em Panambizinho para que a vida das pessoas seja mais alegre?” denotam isso.

O FIB é um indicador sistêmico desenvolvido no Butão, com o apoio do PNUD, baseado na premissa de que para além do desenvolvimento econômico, deve haver a integração do desenvolvimento material, psicológico, cultural e espiritual, e ambiental. O FIB procura medir o progresso da sociedade a partir das dimensões: padrão de vida, educação, saúde, governança, cultura, vitalidade comunitária, resiliência ecológica, uso equilibrado do tempo e bem-estar psicológico. Destarte, este apontador vem se desenvolvendo e sua aplicação tomando proporções mundiais.

Do total de informações coletadas nas entrevistas, o conteúdo de apenas duas foi gravado (um indígena – rezador – e servidor estadual), a maior parte foi anotada, e todas foram realizadas em local determinado pelo entrevistador. No caso dos indígenas, nos quintais de suas casas, com os não-indígenas, as *conversas* ocorreram em lugares distintos, determinados pelo entrevistado: local de trabalho, aldeia, residências, restaurantes.

No que tange ao número de entrevistas realizadas, no plano original estavam previstas 57 entrevistas, sendo 27 com representantes de quatro diferentes grupos: instituições públicas federais (7 entrevistados) e regionais (*idem*); organização não governamental (4 entrevistados); universidades (6 entrevistados); organismo internacional (3 entrevistados); e 25 com moradores da aldeia. Ao final, foram contabilizados 61 entrevistados, sendo 42 moradores da Aldeia Panambizinho e 19 representantes de três dos quatro grupos acima mencionados, conforme os Quadros 1 e 2 que seguem. Portanto, houve aumento expressivo do número de indígenas entrevistados e uma redução de oito dentre os não-indígenas que participariam da pesquisa (sete servidores públicos federais e um consultor da ONU).

Por faixa etária	Número de entrevistas
Adultos	24
Jovens	10
Idosos	8
Por sexo	
Mulheres	21
Homens	21
Por função social	
Agente de saúde/sanitarista	3
Agricultor(a)	16
Rezadora ¹⁰ – Nandesy ¹¹	2
Diarista	5
Liderança	1
Servidor(a) da escola	1
Professor (a)	3
Rezador – Nanderú	3
Sem ocupação	4
Estudante nível médio / superior	4
Total de entrevistados	42

Quadro 1 – Número de entrevistados(as) – Aldeia Panambizinho
Fonte: elaboração própria.

Os entrevistados foram escolhidos a partir de referências identificadas durante a atuação profissional no âmbito do PCSAN cujo abrangência na Aldeia era total, e todos os nomes foram validados pela equipe técnica da ONU, atuante na região, bem como pela historiadora Nely Maciel, cujo estudo é uma das principais fontes desta pesquisa, e por servidores públicos que atuam direta ou indiretamente na Aldeia. A lista de entrevistados foi elencada desse modo, e essas fontes iniciais de informação foram apontando espontaneamente os mesmos nomes já listados previamente, validando-os, portanto.

O critério para escolha dos entrevistados vinculados a instituições públicas e não governamentais foi o grau de participação no movimento indígena e indigenista da região, e a importância entre seus pares, identificada pelo número de vezes em que a pessoa era citada na entrevista ou sugerida como informante-chave.

A amostragem é determinada por cadeias de referência ou de informantes, técnica metodológica conhecida no Brasil como “amostragem em Bola de Neve” (*snowball sampling*). Essa técnica consiste em estabelecer um grupo ou alguns informantes iniciais (as sementes) que, por sua vez, indicam novos participantes (os filhos das sementes) e, assim, sucessivamente até que se atinja o “ponto de saturação”. Essa situação é percebida quando os novos entrevistados passam a repetir conteúdos e a indicar entrevistados já apontados anteriormente, de modo que deixam de surgir novas informações e informantes relevantes à pesquisa (WHA, 1994 *apud* BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Uma das vantagens dessa metodologia é a visibilidade que é dada a alguns atores sociais específicos e relevantes dentro da comunidade. Possibilidade essa de identificação

¹⁰ Em geral, exceto por doença ou idade avançada, os rezadores (as) também são agricultores e poderiam constar como tais na contagem. No entanto, devido à sabedoria e conhecimento excepcional desses indivíduos sobre a história, cosmologia e política Kaiowá, é importante destacá-los como tais na lista de entrevistados.

¹¹ A grafia em Kaiowá costuma ser *Nanderu* e *Nandesí*, mas são encontradas variações nas diferentes documentos que serviram de referência para esta pesquisa, tais como: Nhanderú, Nhandesí.

que pode não ser dada ao investigador que, embora conheça, não faz parte da comunidade e quer se aproximar de situações sociais específicas (ALBUQUERQUE, 2009 *apud* BALDIN; MUNHOZ, 2011). Outras vezes, porém, essa “indicação” permite uma aproximação com os filhos das sementes, o que não ocorreria se a abordagem não fosse por “recomendação” da semente.

Faz-se necessário ressaltar que, conforme a disponibilidade e receptividade do entrevistado, algumas perguntas foram abertas, sem, no entanto, acarretar prejuízo às observações de campo, sempre no intuito de validar (ou não), consolidar e ampliar o conhecimento a partir da triangulação de informações.

Em Panambizinho, como a intenção era aproximar-se da percepção dos moradores sobre o que mudou (positiva e negativamente) após a reconquista da terra e sobre o entendimento deles de quão beneficiados são por políticas públicas, era importante que as pessoas fossem indicadas por membros da própria comunidade.

Em nenhum dos casos houve negação em participar da pesquisa, tendo havido apenas um pedido de adiamento da conversa por indisposição física dos informantes (um casal de idosos).

Instituição	Número de entrevistas
Funai (Coordenação local de Dourados)	3
Prefeitura Municipal – Secretaria de Assistência Social	1
Polo de Dourados - DSEI Mato Grosso do Sul	3
Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	1
Conselho Indigenista Missionário – CIMI	2
Voluntários (as)	1
Universidade Católica Dom Bosco – UCDB	2
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD	4
Consultores da ONU	2
Total de entrevistados	19

Quadro 2 – Número de entrevistados(as)/informantes-chave – Instituições Públicas e da Sociedade Civil Organizada.
Fonte: elaboração própria.

A inclusão dessas instituições, apresentadas no Quadro 2, como fontes de informação desta pesquisa justificou-se pelos respectivos mandatos, pelas intervenções que promovem localmente, pelos dados que produzem e pelo volume de recursos que movimentam, seja repassando ou administrando.

Quanto ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e às Universidades locais, são instituições que possuem em seus quadros indígenas nativos que influenciam na elaboração e implementação de alguns programas e políticas locais (no caso, as Universidades), de forma direta ou indireta, e são também responsáveis pelo levantamento de dados e de informações relevantes para investigações acadêmicas e jornalísticas que têm sido disseminadas dentro e fora do País.

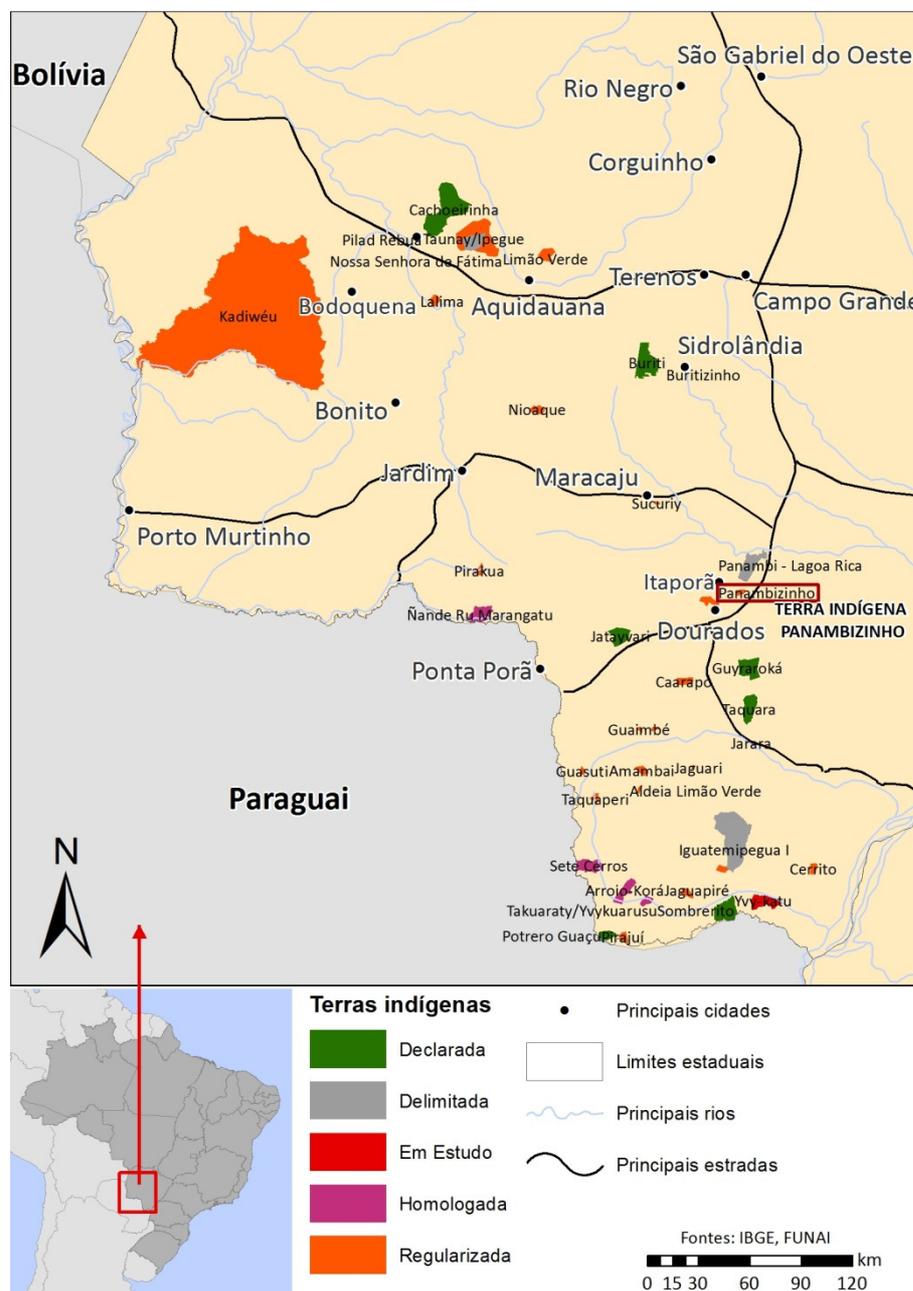
As entrevistas institucionais tiveram por objetivo identificar quais instituições têm participação na criação e na implementação de políticas, se os planejamentos ocorrem intersetorialmente e quais enfoques prevalecem entre as dimensões de SAN (saúde, educação, ambiente, capacidade produtiva, geração de renda e de emprego, resgate ou fortalecimento de tradições, enfatizando a correlação entre esses vários aspectos).

As respostas e comentários dos membros da comunidade (entre eles, líderes comunitários), dos atores públicos e da sociedade civil serviram para avaliar a pertinência e alcance do questionário semiaberto, considerando que foram elaborados roteiros de questões distintos para cada um desses grupos (Apêndice A).

Essa metodologia possibilitou a formação de uma base teórico-qualitativa para esta investigação tanto em relação às intervenções públicas que chegam à comunidade quanto em relação ao resgate de tradições e à integração de novas práticas e costumes (especialmente entre os jovens). Além disso, como na maior parte dos casos as entrevistas tiveram o tom de “conversas informais”, criaram-se conhecimentos outros, para além do que está explicitado neste texto, mas que o enriquece subliminarmente.

CAPÍTULO 1 – ANTECEDENTES E CONTEXTUALIZAÇÃO: GEOPOLÍTICA KAIOWÁ-GUARANI

1.1 Guarani, Kaiowá, Nandeva e Mbya: povos distintos



Mapa 1 – Localização das aldeias indígenas em Mato Grosso do Sul.
 Fonte: PIMENTEL, 2012.

O povo Guarani se concentra no Brasil, Paraguai, Bolívia e Argentina, são aproximadamente 225 mil pessoas. No Brasil, são aproximadamente 51 mil indivíduos vivendo em cerca de 265 aldeias ou comunidades, em 100 municípios e sete estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Os Kaiowá estão no Mato Grosso do Sul e na região leste do Paraguai, os

Ñandeva estão localizados tanto no MS quanto nas regiões leste do Paraguai, nas regiões litorâneas dos estados de RS, SC, PR, SP, RJ e ES e em algumas áreas do interior de RS, PR e SC (AZEVEDO; BAENINGER, 2013).

Dados da FUNASA e da FUNAI de 2007 e 2008 apontam que há 31 mil indivíduos Guarani-Kaiowá no país, o que faz com que sejam eles o maior grupo indígena fora da Amazônia e o segundo maior do Brasil¹². Tal projeção varia conforme a fonte de informação uma vez que a autoatribuição étnica varia conforme a constituição familiar que se transforma (Idem). O Mapa 1 mostra a localização das terras kaiowá/guarani no estado.

A nação guarani está dividida em três (sub)grupos, os Mbya, os Ñandeva (ou Guarani, como costumam ser chamados no Mato Grosso do Sul), e os Kaiowá¹³ (ou Paĩ-Tavyterã, assim chamados os que vivem no Paraguai) (ALMEIDA, 2001, p.19). Portanto, os Ñandeva, Mbyá e Kaiowá não são meros subgrupos, mas grupos étnicos de língua guarani, assim denominados por espanhóis e jesuítas e gerações seguintes que pouco se detiveram a observar as respectivas identidades étnicas (BARTH, 1998 *apud* MACIEL, 2012, p. 14).

Pimentel (2012) menciona brevemente as diferenças “para que se percebam quão contextuais e relativas podem ser essas denominações”. Entre órgãos do governo o termo “Guarani-Kaiowá” costuma designar as populações de língua guarani do Mato Grosso do Sul. Entre os indígenas, a ordem das menções depende do falante (se Guarani ou Kaiowá) frisando que são dois grupos, distintos, porém aliados.

Embora nem sempre essa distinção seja mencionada, por dissenso ou dúvida sobre como classificá-los, é fato que há diferenças em muitos aspectos, tais como variações linguísticas, sociológicas e espaciais que, se desconsideradas, podem por aspectos ímpares desses subgrupos (ASSIS; GARLET, 2004).

1.2 Os Kaiowá

O que sustenta a diferença cultural é em significativa medida a língua por meio da qual transmitem os conhecimentos produzidos por uma sociedade. Em Panambizinho, a comunicação predominantemente em guarani é uma das mais características mais marcantes e valorizadas, que os destacam na região como uma aldeia remanescente em

¹² A população indígena brasileira é 897 mil, dos quais 517 mil vivem em Terras Indígenas. O Brasil possui 672 TI, porém, 196 ainda não foram homologadas. São 305 etnias, sendo que o maior grupo em número é formado pelos Tikuna, com 46 mil pessoas que vivem majoritariamente na Amazônia (PIMENTEL, 2012, p.34, 40). Os Mbya somam 7 mil (no ES, PA, PR, RJ, RS, SC, SP e TO), e aproximadamente 13 mil Ñandeva estão espalhados em cinco estados (MS, PR, RS, SC e SP) (ISA, 2011; IBGE, 2012).

¹³ Caiová significa homem do mato (Caa = mato e awa = homem). Refugiavam-se no mato, por isso, em relatos antropológicos são considerados arredios. Em todos os casos há variações nas grafias. Destaco aqui as várias encontradas para o subgrupo central nessa pesquisa: Cayua, Cayowa, Cahahyba, Cabaiva, Ubayha, Caygua, Caaygua, Kayová, Caiová, Cayagua, Cagoa, Caa-owa, sendo Caa = mato, e awa = homem. (ALMEIDA, 2001). Nesse trabalho serão encontradas algumas variações, sendo predominantemente as que são mais comuns na literatura, Kaiowá e Kayowá.

termos de preservação e transmissão de cantos tradicionais entre gerações que se dá, em grande medida, pela oralidade, embora alguns jovens estejam fazendo uso de recursos audiovisuais para registrar os ensinamentos transmitidos pelos mais velhos. Há filmes e gravações feitas com aparelhos celulares, com câmeras de fotografia e de vídeo, automáticas e profissionais (como a que foi doada pelo PC SAN para a escola Pai Chiquito, e da Ascuri – Associação Cultural de Realizadores Indígenas). Em Panambizinho, há uma escola indígena e, embora o currículo seja voltado para o ensino não indígena entre os alunos de nível médio, o diferencial está na presença da língua Kaiowá no currículo, para os alunos do ensino fundamental, e da antropologia (que deveria ser obrigatória em todos os currículos escolares, dada a diversidade que caracteriza o País). A inclusão de jogos indígenas no currículo da escola tem feito com que a comunidade tenha destaque pela promoção anual dos Jogos Indígenas de Panambizinho (JOINPA), organizados pelo 3º ano consecutivo na Aldeia. Por outro lado, não há aulas de história, geografia, matemática, mitologia e cosmologia indígena (esses últimos remetem à presença de anciãos em espaços reservados para transmissão oral do conhecimento dentro da grade horária da escola).

Em termos comportamentais, os Guarani são notadamente pacíficos, com um modo nada agressivo de reivindicar seus direitos, que pode, inclusive, se confundir com consentimento (ALMEIDA, 2001, p.22). Há que se considerar essa importante característica ao acessar documentos de variadas fontes acerca de episódios de violência envolvendo indivíduos desse grupo indígena, muitos dos quais ligados a questões afetas à reivindicação de territórios ou a melhores condições de vida.

1.3 O Tekoha, as relações sociais, e a Territorialidade Kaiowá-Guarani

Há registros de que os processos de “aldeamento” compulsório foram retomados pelo Serviço de Proteção ao Índio no século XX, depois de três séculos sem registros expressivos de intervenções dessa natureza. Esperava-se com isso que os índios “evoluíssem” até uma assimilação à civilização para o progresso comum. Para tanto, quanto mais próximas de povoados preexistentes, melhor. Contudo, os resultados dessa política foram nulos. Dentre as consequências, pode-se enumerar a prostituição, a vida *“sedentária para homens que não têm as artes necessárias para viver nela”*, a submissão a novas formas de trabalho para obter alimentos inferiores (MAGALHÃES, 1913, p.142 apud ALMEIDA, 2001, p.21,22),

o que, com menor trabalho, conseguiriam na caça e na pesca, enquanto pudessem livremente entregar-se a elas na vida seminômade a que estão habituados, alguns permanecem trabalhando em *determinadas* fazendas, e não em qualquer uma, por considerarem aquele o seu *tekoha* tornado fazenda (Idem).

O Tekoha é uma unicidade que é dada pelos Kaiowá quando tratam da relação entre o grupo, o indivíduo e seu território. A terra não é apenas um meio de subsistência, ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural, mas tão importante quanto este, é um recurso sociocultural (RAMOS, 1986 apud MACIEL, 2012, p. 57). É onde a comunidade vive mantendo seus costumes e intercambiando saberes já que não são comunidades isoladas. Num Tekoha é possível viver de maneira semiautônoma ou semiautônoma, e perpetuar as relações sociais segundo as tradições. Na concepção não indígena essa é uma relação complexa (incompreensível, por vezes) de uma sociedade com o espaço que ocupa, em termos físicos e cosmológicos.

O tamanho do *tekoha* pode variar, bem como a quantidade de famílias (até 120 em casos extremos), mas a área é bem definida, geralmente delimitada por colinas, riachos e rios. Trata-se de uma instituição divina. A propriedade é da terra e dos recursos naturais no entorno é das divindades, a repartição do espaço é comunitária, e não é permitida a incorporação de estranhos (MELIÁ, 2008, p.131 *apud* PIMENTEL, 2012, p.53).

Originalmente, a estrutura social e política eram caracterizadas pela existência de uma liderança espiritual, uma política, e forte coesão social com promoção de grandes festas, reuniões e assembléias (*aty guasu*) (Idem). Essa caracterização pouco se aplica à que se pode observar atualmente em Panambizinho: Valdomiro Osvaldo Aquino (54 anos) é amplamente reconhecido como a liderança da aldeia, a quem se deve reportar primeiramente para se tratar de assuntos afetos a coletividade e é quem se apresenta externamente como representante de Aldeia. A liderança espiritual não se faz representar por um só indivíduo, ou não existe, ou não é facilmente identificável. O batismo do milho costuma ser conduzido anualmente pelo rezador Jairo Barbosa (60 anos, comumente chamado de “Luí”¹⁴) na maior casa de reza da Aldeia, construída por ele no terreno onde mora. Em março de 2013, a festa de em sua casa foi organizada por Sr. Nailton Aquino da Silva (77 anos). Em abril do mesmo ano, o Sr. Laudelino findou a construção de uma casa de reza e também promoveu o batismo do milho com rezas (cantos) conduzidos pelo Sr. Argemiro Jorge Galeano (73 anos).

¹⁴ É comum que muitos se apresentem e sejam conhecidos por nomes que não os do registro oficial. Fato curioso que, em alguns casos, dificulta o levantamento de dados.



Casa de Reza do Sr. Jairo Barbosa (Luis).
Foto 2: Carlos Salgado, 2012.



Casa de Reza do Sr. Laudelino (em construção).
Foto 3: Carlos Salgado, 2012.

Há, também, mulheres fortemente respeitadas por sua sabedoria em relação a cantos e conhecimentos tradicionais, como as senhoras Alice Pedro (Dorícia Pedro) (93 anos) e Arda Conciância Pedro (75 anos), mãe e filha reconhecidas pelos moradores como as que mais detêm conhecimentos tradicionais a cerca dos cantos, das rezas, da história da Aldeia e do vocabulário kaiowá (elas não falam o português e entendem pouco). Atualmente, D. Arda está transmitindo seus conhecimentos de cantos e reza para sua filha Roseli Conciância Aquino (esposa de Valdomiro Aquino).

O entendimento das relações sociais da aldeia Panambizinho não é de fácil compreensão. O estudo da genealogia é um pré-requisito e está disponível na obra de Nely Maciel, realizado entre 2004 e 2005, e publicado em 2012. Além disso, as relações e laços políticos as tornam a compreensão da organização social e política ainda mais complexa.



Jairo Barbosa (à esquerda) e Nailton encerrando a cerimônia de batismo de milho.

Foto 4: Ione Nascimento, 2013.



Valdomiro Aquino –
Liderança

Foto 5: Knepper, 2013.



Arda Conciança – rezadora
Foto 6: Lêda Souza, 2012.



Alice Pedro – rezadora
Foto 7: Ione Nascimento, 2012.

Nesse sentido, os grupos guarani não podem ser considerados nômades¹⁵. Eles têm uma relação mitológica com territórios específicos, geograficamente determinados. É como uma memória cosmológica que define sua identidade. Dependem disso para se autodeterminarem. Evidentemente, o mesmo não ocorre com todos os grupos indígenas, é algo que varia entre etnias, nem mesmo pode ser considerada uma necessidade de cada um dos guaranis. Há mudanças visíveis entre muitos jovens Kaiowá de Panambizinho que, sem ter muita certeza do que vão encontrar, manifestam o desejo de morar fora da Aldeia, alguns em grandes centros. Alguns já se aventuraram e voltaram. Dentre os mais idosos que foram entrevistados e que viveram fora da Aldeia e mesmo do estado, todos são convictos em dizer que foi bom ter saído para terem a certeza de qual era o lugar deles.

Segundo um informante kaiowá, de Panambizinho, o que ocorre, na verdade, é uma movimentação em espaços tradicionalmente ocupados. Por isso, as áreas reivindicadas são de ocupação tradicional, nelas ocorrem a reprodução de relações interpessoais e intercomunitárias. São áreas amplas, porém, limitadas como revelam estudos das últimas décadas (MACIEL, 2012). Isso mostra que a compreensão do que representa o *Tekoha* precisa estar contemplada em propostas de projetos e políticas fundiárias e sociais, tamanha sua importância.

Por mais que tenha havido um esforço por parte do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em reservar terras para os Guarani-Kaiowá, o entendimento de que aldeiar 'índios dispersos' e 'sem residência fixa' era o procedimento adequado, gerou os problemas fundiários que MS enfrenta atualmente (MACIEL, 2012).

Mesmo com uma compreensão incipiente do significado de *Tekoha*, é possível depreender as consequências do confinamento¹⁶ para os Kaiowá e Guarani, assim como das perspectivas que se apresentam quando lhes concedem um território maior.

Muitos conflitos teriam sido evitados desde o último século, se esse aspecto fundamental da cultura Kaiowá tivesse sido considerado quando da ocupação territorial por colonos e fazendeiros, com apoio e incentivos do Governo Getúlio Vargas.

Por outro lado, a ampliação territorial é refletida, imediatamente, sobre a organização social, contribuindo para a diminuição da tensão interna, decorrente de um maior

¹⁵ O Serviço de Proteção ao Índio (extinto em 1967, como veremos no Capítulo 3), classificava os Guarani como "os sem residência fixa", com base em informações de indivíduos ligados à exploração do mate (ALMEIDA, 2001, p.21).

¹⁶ Entende-se por confinamento compulsório a transferência sistemática e forçada das diversas aldeias tradicionais Kaiowá/Guarani para as oito Reservas demarcadas pelo governo entre 1915 e 1928. Cerca de cem aldeias tradicionais foram perdidas pelos Kaiowá/Guarani no decorrer desse processo (BRAND, 1997).

distanciamento de grupos macrofamiliares distintos. Porém, permanece o desafio de recuperar os recursos naturais, em muitos casos, profundamente degradados no interior das terras reconquistadas, sinalizando para a importância de programas de recuperação ambiental (COLMAN; BRAND, 2008, p.1). Além disso, em muitas terras e reservas, para além da degradação, há o confinamento, devido ao tamanho reduzido da terra homologada e a alta densidade demográfica.

A realidade que se apresenta na Terra Indígena Panambizinho é que os Kaiowá ocupam terras degradadas, com grande incidência de queimadas e pouca estrutura e incentivo à produção agrícola. Fato que, considerando a relação deles com o território, bem como a relevância dos recursos naturais para a vida desse povo, constitui-se em problema grave.

1.4 A Reserva Indígena de Dourados

A importância de tratar da Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa de Dourados (RID) não é apenas geográfica, é preciso destacar aspectos socioculturais e organizacionais que contrastam com os de Panambizinho que, por sua vez, é favorecida pela menor densidade demográfica, pela relativa distância do centro urbano, e por ser uma Terra e não uma Reserva Indígena¹⁷. É também de suma importância relatar a história de colonização do então estado do Mato Grosso, não somente para tratar de como os índios participaram e foram afetados, mas também porque é possível contrastar o apoio dado aos colonos pelo Estado, com a omissão que ocorre com os indígenas que se reapropriam de suas terras, como ocorre em Panambizinho. Soma-se a isso o fato de que os investimentos públicos e privados, quando ocorrem, são destinados majoritariamente para a RID e em menor monta para as aldeias vizinhas.

É igualmente imprescindível mencionar, ainda que sucintamente, o que foi a Companhia Mate Laranjeira e sua influência na economia e organização social. Dentre as razões está o fato de que parte da área que era dominada por aquela Companhia foi integrada à Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), e uma fração dela constitui hoje a Terra Indígena Panambizinho.

Durante a guerra com o Paraguai (1864-1970), Thomaz de Laranjeira era conhecido e respeitado pelo governo local por suprir o exército brasileiro com produtos de subsistência e animais de tração. Nesse período, Laranjeira explorava ervais localizados no Paraguai que

¹⁷ A Terra Indígena é definida na Constituição Federal (Art. 231) como aquela tradicionalmente ocupada, em caráter permanente, utilizada para as atividades produtivas, imprescindível para a preservação ambiental, reprodução física e cultural, segundo seus usos costumes e tradições. Embora sejam bens da União, elas são inalienáveis, indisponíveis, e os direitos sobre elas imprescritíveis. A Reserva indígena, por sua vez, é uma área destinada a servir grupos indígenas de uma ou mais etnias, em tese, com os meios suficientes à sua subsistência. No Brasil, não é necessariamente área de ocupação tradicional (ISA, 2011).

eram comercializados em parceria com uma empresa Argentina. A distribuição do produto ocorria principalmente na Argentina, mas com o tempo, estendeu-se para Paraguai e posteriormente para o Brasil. Em 1882, Thomaz de Laranjeira recebeu a concessão do estado para explorar os ervais, como resultado do bom relacionamento que tinha com representantes do governo e dos serviços prestados ao exército brasileiro na época do conflito com o Paraguai (CARLI, 2008, p.46).

No início do século XX, a Companhia detinha o monopólio de 5.400.000 hectares, tendo se tornado mais forte, em termos políticos e econômicos, que o próprio estado do Mt. A Companhia passou a ser considerada dominadora por atrasar o processo de colonização, se opondo a ele, e por impedir o crescimento de outros exploradores dos ervais da região. Há relatos de que, para afastá-los, era usada desde a influência política até a violência (CARLI, 2008, p.48). A infraestrutura (ferrovias e estradas) criada na região era feita pela Companhia e para ela. De modo que a história documenta vários conflitos entre grupos favoráveis e contrários à Companhia.

Criada em 1917, com o objetivo de “aldear” os índios, isto é, deslocá-los de seus territórios tradicionais para dentro das Reservas, em função do apoio do governo federal à expansão agropecuária, a RID está localizada no município de Dourados¹⁸, ao sul do então estado Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul (MS). Porém, não foram considerados os padrões sociais e territoriais, nem a existência de recursos naturais suficientes, tal como recursos hídricos suficientes para plantio e construção de moradias, em contraposição ao que relata Salgado (2007, p.145).

As estratégias de agrupamento indígena levam em consideração, prioritariamente, a segurança física e o abastecimento alimentar, que se refere aos recursos extrativistas, à água e à terra adequada ao plantio de seus legumes. São aparentemente secundárias, embora igualmente importantes questões de abastecimento com matérias-primas diversas para construção, remédios e confecção de utensílios, ligados tanto ao desenvolvimento da arte utilitária quanto ritual.

A partir de 1923, a presidência (termo usado naquela época) do estado de Mato Grosso foi assumida pelo Coronel Pedro Celestino da Costa que, alegando que a Mate era uma potência dentro do estado e fora dele, reservou 50.000 hectares de ervais para colonização. Esse espaço, localizado entre os rios Brillhante e Panambi era habitado por índios, dos quais um grupo remanescente mora na aldeia Panambzinho.

Durante o Governo Vargas, houve forte incentivo à migração de colonos com o intuito de promover o desenvolvimento da região. Em dezembro de 1937 o contrato de arrendamento entre o estado e a Companhia Mate Laranjeira venceu e não foi renovado.

¹⁸ O município de Dourados tem 200 mil habitantes e a densidade demográfica registrada pelo IBGE (2010) é de 50hab/km². É o segundo município mais populoso do estado, precedido da capital, Campo Grande, com 805 mil indivíduos. Localiza-se a 120 km da fronteira com o Paraguai e a 235 km da capital.

Em menos de um ano depois, a chamada “Grande Marcha para o Oeste” foi declarada, e teve como um dos enfrentamentos varguistas a diminuição de áreas exploradas pela Mate Laranjeira, chegando às fronteiras com Paraguai e Bolívia, para serem povoadas. Note-se que a mão de obra da empresa era composta por indígenas, bolivianos e paraguaios, o que explica a larga disseminação do idioma guarani na região (CARLI, 2008, p.54).

Em 1941, com o intuito de promover o crescimento agrícola e industrial, deu-se início à constituição de Colônias Agrícolas Nacionais que recebiam cidadãos pobres como produtores e proprietários rurais. Em 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi criada com 20.000 hectares, e a Colônia Municipal de Dourados (CMD), com 30.000. A partir desse período, e mais fortemente na década de 50, migrações de todo o país, e imigrações (de japoneses, sobretudo) tomaram impulso na região Centro-Oeste. Esse movimento resultou no crescimento econômico e demográfico da região de Dourados (Idem, p.56).

Lenharo (*apud* MACIEL, 2012, p.35) conta que as colônias agrícolas nacionais eram “a menina dos olhos” da política de colonização e do Estado Novo e a CAND era propagandeada como colônia modelo.

A Marcha para o Oeste visava também gerar o sentimento de propriedade aos colonos, e de pertencimento aos brasileiros em geral, estimulando-os a reconstruir a nação, por meio da agricultura, da ocupação de todos os espaços (CARLI, 2008, p.59). Esse sentimento, somado à perspectiva de melhoria de vida e às características propícias da região sul do antigo estado de Mato Grosso (detentor de grandes áreas de terras férteis, florestas, ampla hidrografia e recursos minerais, e solo argiloso – bom para a agricultura), resultou numa resposta positiva ao chamado dos governos federal e estadual.

Como afirma Eliana Brum (2012), a “visão era a mesma que até hoje persiste no senso comum: ‘terra desocupada’ ou ‘não há ninguém lá, só índio’”. O governo estava, *arbitrariamente*, doando terras de índios aos colonos e isso, futuramente, iria causar sérios problemas, pois os nativos daquela região permaneceriam lá (MACIEL, 2012, p.35. Grifo nosso).

Parte dos indígenas “moradores” das áreas doadas aos colonos que trabalhavam para a Companhia Mate Laranjeira passou a trabalhar para os novos produtores, por razões que podem ser analisadas sob dois pontos de vista: o socioeconômico, devido à diminuição das áreas antes usadas para produção ou extração de alimentos e, portanto, a necessidade de se gerar renda; e o cosmológico: a permanência, de pelo menos alguns grupos familiares, dentro de seus territórios, mesmo como empregados, como forma de se manterem ligados ao seu *tekoha*.

Desse modo, o domínio territorial da Companhia Mate Laranja foi o primeiro a abalar os indígenas do atual MS tanto social, como politicamente. Num primeiro momento, os índios buscaram alternativas de sobrevivência passando a coletar palmito para comercializar. Acabado o palmito, foram ordenados a dar início à derrubada das matas e as implantações das fazendas (BRAND, 1997). Fato que levou à perda da terra, à dispersão das aldeias e, por sua vez, ao enfraquecimento da coesão que caracteriza comunidades indígenas. Portanto, a transferência de dezenas de famílias para dentro das reservas foi a consequência mais visível durante o século XX.

Esses processos levaram à substituição gradativa das florestas e cerrado nativo por fazendas de criação de gado e empresas agropecuárias que introduziram a monocultura da soja, cana de açúcar, milho e arroz em áreas que eram ocupadas, protegidas e manejadas por indígenas e que, por forças externas, passaram a ser desmatadas, muitas vezes, com mão de obra desses mesmos. Valter Spada Betoni Carli (1993, p.19 apud CARLI, 2008) conta como se deu o povoamento da CMD e as dificuldades encontradas pelos colonos:

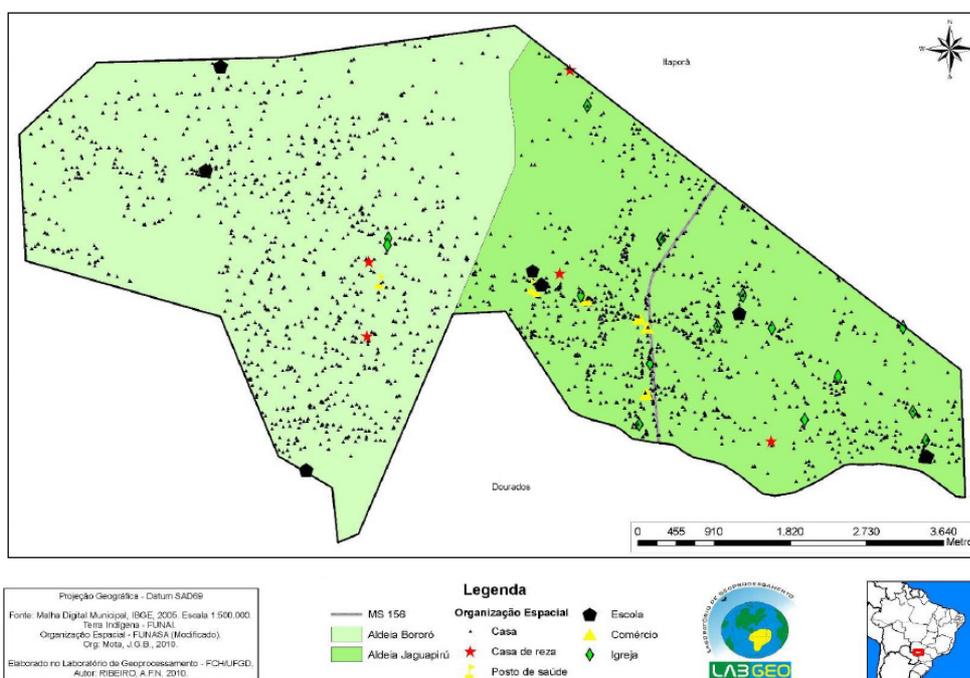
era realmente uma floresta exuberante, digna de Mato Grosso". Da porta do rancho, que distava apenas cem metros do mato, "podia-se contar mais de duzentas perobas, árvores muito grossas, angicos, jatobás, jequitibás e uma infinidade de árvores de pequeno e grande porte". Em face desses "obstáculos naturais", os colonos deram início ao processo de desmatamento, em **uma prática que não obedeceu à legislação que deu suporte legal a este processo** (grifo nosso).

Um fato importante para esta pesquisa que está registrado na história da colonização varguista foi o gesto solidário do Estado diante das dificuldades pelas quais passaram os colonos por falta de infraestrutura e condições materiais e alavancar a produção. Em 1951 o governo do estado concedeu Cr\$ 500.000,00 à Prefeitura Municipal de Dourados para compra de máquinas agrícolas para fomentar o progresso dos colonos da CMD¹⁹. Contudo, as historiadoras Menezes(c) (2011) e Carli (2008) contam que apesar do forte discurso do governo federal que fazia com que os trabalhadores rurais se sentissem os principais instrumentos de promoção do desenvolvimento econômico, muitos colonos se instalaram na região em condições precárias, sem que houvesse sequer estradas para o escoamento da produção agrícola.

¹⁹ Parte da história da região é contada por notícias de um jornal que até hoje é considerado um dos principais da região de Dourados: O Progresso. A notícia de repasse desse montante à Prefeitura foi noticiada pelo O Progresso cuja direção na época era do então vereador Weimar Gonçalves Torres, forte apoiador dos colonos, que deu nome à principal avenida de Dourados. A região da Grande Dourados (constituída por Dourados e outros 6 municípios fundados como resultado do crescimento proporcionado pelo processo de colonização – Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Douradina, Glória de Dourados e Deodópolis), possui vasta iconografia. Há monumentos, bairros, ruas e praças que homenageiam ao então Presidente da República e aos colonos, e há outras representações que remetem a política colonizadora do Governo Getúlio Vargas.

Antecipando parte das considerações finais deste trabalho, é possível se fazer uma analogia com a forma e as condições em que a Terra Indígena Panambizinho (e outras do estado) foi devolvida aos indígenas. A diferença é que governo estadual simpatizava com os colonos por servirem de instrumento para o crescimento econômico da região. Isso explica, em parte, os questionamentos feitos por produtores que atualmente detêm a posse de terras reivindicadas por indígenas, sob o argumento de que a indenização pelas *benfeitorias*, prevista em lei, porque as indenizações não correspondem aos investimentos feitos²⁰.

Atualmente, a RID concentra numerosa população indígena periurbana (Mapa 2), em duas aldeias, a Bororó que é ocupada majoritariamente por indivíduos Guarani (Ñandeva e Kayová, predominantemente), e a Jaguapiru, por Terenas, em sua maioria, mas também por Guarani.

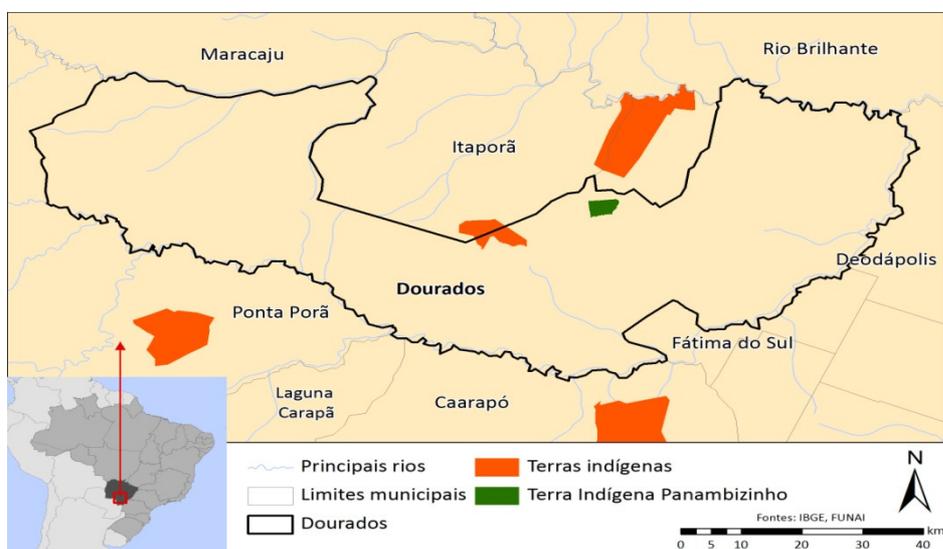


Mapa 2 – Densidade populacional da reserva indígena de Dourados.
Fonte: MOTA, 2011.

Juntas, as aldeias Bororó e Jaguapiru somam 3539 hectares que abrigam aproximadamente 12 mil habitantes das etnias Guarani-Kaiowá, guarani-ñandeva, e aruak-terena. São 352 hab/km², sendo que a média nacional é de 22 hab/km² (IBGE, 2010), o que torna impraticável uma subsistência em grau aceitável de autonomia, do ponto de vista de boa parte dos Kaiowá e Guarani (PIMENTEL, 2012, p.40). Além dessas duas aldeias que são as maiores, há duas outras no município de Dourados, Paso Piraju, distante 18 km da

²⁰ Em reunião realizada no dia 6 de junho de 2013, o Ministro da Justiça afirmou que a possibilidade de pagar proprietários rurais pela terra para que eles saiam de territórios tradicionais no Mato Grosso do Sul estava sendo discutida. Até o término desta pesquisa, em julho de 2013, nenhum avanço sobre o assunto foi noticiado.

cidade, e Panambizinho (Mapa 3) que, por ser o foco desta pesquisa, convém mencionar que será detidamente abordada no Capítulo 4.



De forma sucinta, esta contextualização explica a quase extinção das atividades tradicionais guarani (caça, coleta, pesca, plantio e colheita) para a obtenção de alimentos, a saída de seus territórios em busca de trabalho com remuneração precária, e o consequente aumento da dependência do Estado, cujos resultados serão abordados no capítulo 4 deste estudo.

No próximo capítulo serão apresentados aspectos teóricos da segurança alimentar e do etnodesenvolvimento, áreas do conhecimento essenciais para a proposição e implementação de políticas públicas voltadas para comunidades tradicionais, e povos indígenas, foco desta pesquisa.

CAPÍTULO 2 – ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, E DO ETNODESENVOLVIMENTO

Neste capítulo são *apresentados* aspectos teóricos da Segurança Alimentar e do Etnodesenvolvimento, com o objetivo de destacar a complexidade desses dois importantes eixos para as políticas públicas que precisam ser devidamente apreendidas para serem aplicadas em políticas e intervenções que visem a promoção da segurança alimentar e do etnodesenvolvimento.

2.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

A definição de segurança alimentar e nutricional cunhada na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar (II CNSA), realizada em Olinda, em 2004, é descrita como sendo:

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como princípio práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural, e que sejam social econômica, e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004).

É notório que se trata de um conceito polissêmico. Sua compreensão não é elementar e, dependendo do contexto no qual é usado, pode ter interpretações que serão distintas e irão variar conforme as aspirações e visões de mundo. Parte disso se explica pelos problemas relacionados à oferta e consumo de alimentos enfrentados pelos diferentes países em distintas condições históricas (MALUF, 1995; PESSANHA, 1998; GOMES JUNIOR, 2007 apud PINHEIRO, 2009).

Com base na avaliação histórica de construção do conceito de SAN no Brasil (Pinheiro, 2009: p.116-119), depreende-se que há três momentos históricos destacáveis:

- 1) 1986: quando a noção de Segurança Alimentar foi apresentada a partir de um trabalho desenvolvido por técnicos e consultores na elaboração de um documento para uma Política de Abastecimento, no âmbito do Ministério da Agricultura;
- 2) 1996: quando da adoção pelo Brasil do conceito de SA incorporado no documento brasileiro para a Cúpula Mundial da Alimentação (CMA), no qual se observa um avanço conceitual pela inclusão das dimensões nutrição, qualidade, disponibilidade, continuidade e acessibilidade e, portanto, cidadania. Ampliou-se o olhar dos setores econômico e agrícola para o sanitário, fato que passou a gerar impactos inclusive, no comércio internacional;
- 3) 2004: na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) quando o conceito passa a integrar o componente nutricional na grafia. Convém observar que esse fato se deu oito anos depois da FAO (Food and Agriculture

Organization) ter incorporado o aspecto nutricional em seus documentos relacionados à SA.

A partir de meados da década de 80 e início de 90, passou-se a dar importância à disseminação de informação sobre aspectos elementares para promoção da SA, tais como: não contaminação biológica e química; qualidade nutricional, biológica e sanitária; produção sustentável (uso e manejo de recursos naturais); e *aceitabilidade cultural*. Essa visão foi consolidada nas declarações da Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, em 1992, quando o aspecto nutricional e sanitário foi incorporado ao conceito que, internacionalmente, passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional – SAN (VALENTE, 1997 apud PINHEIRO, 2009, p.70. Grifo nosso).

Com base nisso, ambos os termos “Segurança Alimentar” e “Segurança Alimentar e Nutricional” serão encontrados ao longo deste texto, conforme são citados nas referências bibliográficas ou documentais, sendo que o aspecto nutricional da SA será abordado de modo genérico. Embora saúde seja um dos pilares da segurança alimentar, a nutrição pressupõe um enfoque que não ocorre nesta investigação que tem por pretensão discutir a necessidade de uma visão sistêmica da SAN na proposição e implementação de políticas.

A SAN é um direito e, por isso, deve ser assegurada por meio de políticas governamentais baseadas em princípios e pactos universais tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948; o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966; a Declaração da Cúpula Mundial da Alimentação, de 1996; as Diretrizes Voluntárias para o Direito Humano à Alimentação, de 2004 e; no que tange mais especificamente a esta pesquisa, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007²¹ (MALUF, 2007).

Quanto ao substantivo “segurança”, obviamente, neste contexto há uma acepção distinta de quando é usado referindo-se a violência pessoal, patrimonial e nacional. Sua conotação remete mais ao termo “seguridade” (acesso seguro, segurança no sentido de certeza) e, no entanto, foi o termo “segurança” que se consagrou mesmo tendo sido adotado oficialmente logo após o fim do regime militar (MALUF, 2007).

A soberania alimentar, por sua vez, é um princípio de segurança alimentar, cujo conceito, cunhado durante o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar (realizado em Cuba, no ano de 2001²²) é mais específico:

É o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que

²¹ Documentos da ONU disponíveis em: <<http://goo.gl/8i13G>>. Acesso em outubro de 2012.

²² Declaração final do Fórum disponível em: <<http://goo.gl/2UeiV>>. Acesso em: setembro de 2010.

garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (MALUF, 2007, p.23).

A soberania alimentar significa que todos os povos tenham o direito e todas as condições necessárias para produzir seus próprios alimentos. É um conceito que reafirma o direito dos povos em ter autonomia para decidir o que querem produzir e consumir. Nesse sentido, Stedile e Balduino (Folha de S. Paulo, 2008), defendem que para que as pessoas usufruam da soberania alimentar, e não da segurança alimentar, é imprescindível que se avance para além de uma simples doação de peixe que garanta a segurança alimentar; é necessário, portanto, que o “povo saiba pescar”.

No início da década de 90 a Via Campesina²³ liderou um movimento internacional que reuniu camponeses, pequenos agricultores, trabalhadores agrícolas, indígenas, e representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST). Este movimento definiu a soberania alimentar como: "o direito de cada nação de manter e desenvolver a sua própria capacidade de produzir os alimentos básicos de seus povos, respeitando a diversidade produtiva e cultural" (Via Campesina, 1996, *apud* MENEZES, b-2000).

Entretanto, para Menezes (b-2000), embora seja vital para a segurança alimentar, a soberania alimentar não é suficiente para garanti-la porque precisa estar associada a equidade social, acesso seguro a alimentos de qualidade, nutricionalmente adequados e culturalmente apropriados. Nessa perspectiva, a segurança passa a ser um conceito mais amplo do que soberania alimentar.

2.1.1 A segurança alimentar no contexto internacional

Para além da contextualização que tem por objetivo garantir o bom entendimento e compreensão do amplo significado de SAN, esta parte da pesquisa tem por objetivo apontar, de forma direta e indireta, os impactos locais de discussões e decisões globais.

Os esforços no sentido de combater a fome intensificaram-se com o aumento dos preços dos alimentos devido às guerras, esforços esses convergentes com a criação da FAO, em 1945, na cidade de Québec, no Canadá.

²³ A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Uma das principais políticas da Via Campesina é a defesa da soberania alimentar. Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/>>. Acesso em junho de 2013.

A FAO foi criada “da necessidade para a paz assim como para a libertação da necessidade - os dois são interdependentes”. Naquela época, havia um entendimento de que para alcançar a libertação da fome, era necessário disseminar o conhecimento sobre os melhores métodos de produção, processamento e distribuição e o melhor uso dos alimentos (TAKAGI, 2006). A pobreza, por sua vez, era tida como uma causa importante da fome. Nesse sentido, consumo (renda) e produção de alimentos (autossuficiência ou comércio internacional) eram foco de políticas públicas e da atuação de organismos internacionais.

A conjuntura do pós-guerra, de escassez de alimentos e de campos produtores, provocou a vinculação entre alimentação e segurança nacional, fato que deu início à formação de estoques e à busca de autossuficiência alimentar por cada país, a fim de garantir alimentos suficientes para abastecer sua população (TAKAGI, 2006).

[...] a questão [*da segurança alimentar*] adquiria, já nas primeiras décadas do século XX, um significado de segurança nacional para cada país, apontando para a necessidade de formação de estoques "estratégicos" de alimentos e fortalecendo a ideia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de auto-suprimento²⁴ de alimentos (MALUF, MENEZES, 2000, p.1).

A primeira Conferência Mundial de Alimentação, promovida pela FAO, em 1974, ocorreu em decorrência da crise alimentar causada por problemas climáticos nos primeiros anos da década de 1970, tendo sido agravada pela crise do petróleo. Foram discutidas medidas preventivas para amenizar as consequências daquelas crises, e firmados acordos de políticas e programas para aumentar a produção e a produtividade dos alimentos, especialmente nos países desenvolvidos. A ampliação do consumo e a distribuição de alimentos também foram discutidas, assim como a formação de um sistema de segurança alimentar mundial mais efetivo, que considerasse os estoques de alimentos, as políticas de ajuda alimentar de emergência, e um sistema de comércio internacional mais ordenado (TAKAGI, 2006).

No que tange ao comércio internacional, a teoria das vantagens comparativas, formulada por David Ricardo no século XIX, já explicava os ganhos comparativos entre a especialização na produção de alguns bens e na importação de outros. No entanto, as grandes corporações concentram o comércio de alimentos, o que dificulta ou impossibilita a interferência do Estado em questões de interesse nacional, e faz com que a ampliação do comércio internacional não represente necessariamente aumento da segurança alimentar global.

Na prática, a competitividade que existe no comércio de bens em geral ocorre igualmente no comércio de alimentos, independentemente do caráter vital que esse possa

²⁴ Essa *autossuficiência* nos remete novamente ao conceito de soberania alimentar.

ter. Essa visão econômica sustenta o argumento de Maluf (2007, p.59), de que o “comércio internacional não é fonte confiável de SAN [...], e que o abastecimento alimentar fica sob o domínio de formas de regulação privada com pouco ou nenhum sentido público”. E de Castro (2000, p. 18) de que interessa ao imperialismo econômico que a produção, distribuição e consumo de alimentos sejam fenômenos exclusivamente econômicos, sem ligação com os interesses da saúde pública.

Esse aspecto do comércio internacional está diretamente relacionado ao modelo de agronegócio brasileiro que é predominantemente monocultor, pecuarista, voltado para o mercado externo. Na visão econômica, esse modelo é gerador de emprego e renda, e de alimentos de boa qualidade e baixo custo. Por outro lado, há altos custos sociais (como exclusão de pequenos produtores), ambientais (esgotamento dos recursos naturais), de saúde (padrão alimentar nutricionalmente desequilibrado), e culturais (comprometimento da diversidade alimentar e cultural construída pelas sociedades) (CONSEA, 2007; MADELEY, 2003 *apud* PINHEIRO, 2009, p.64).

Esses diferentes perspectivas explicam a longa ocorrência de embates entre grandes produtores e povos indígenas que, mesmo com respaldo constitucional e relativo amparo do poder público, são muitas vezes acusados de retardar o crescimento econômico de algumas regiões.

Durante a década de 1990, o enfoque nutricional da SAN passou a ser mais enfatizado, de maneira especial depois da Conferência Mundial sobre Nutrição, realizada em 1992 pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), na qual a Declaração sobre Nutrição foi aprovada. Em 1996, foi realizada a Cimeira Mundial da Alimentação, na qual foram aprovados a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial e um Plano de Ação para erradicar a fome no mundo, iniciando com a meta de reduzir o número de subnutridos pela metade até 2015 (FAO, 1996).

A partir desse período, foram incorporados mais aspectos nas análises de segurança alimentar, tais como, diversidade nutricional das dietas e autossuficiência produtiva nacional, e não somente diversificação nas exportações. Passou-se, então, a enfatizar tanto a disponibilidade física quanto o sistema econômico internacional, considerado assimétrico no que tange às relações de troca. Nesse sentido,

o objetivo da segurança alimentar passou a figurar como sendo a busca de uma situação na qual “[...] todas as pessoas têm, em todo momento, acesso físico e econômico a alimentos suficientes e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e suas preferências quanto aos alimentos que lhes permitam levar uma vida ativa e sã” (MALUF, 2007, p. 62).

Em setembro de 2000, a ONU lançou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), sendo o primeiro deles a redução da fome e da pobreza extrema à metade do era

em 1990, até 2015, reforçando, por conseguinte, uma meta anteriormente estabelecida pela FAO, em 1996. O lançamento dos ODM teve incontáveis desdobramentos em todo o mundo. De forma pontual, é preciso citar como exemplo a relação entre o estabelecimento dos ODM e a SAN na Terra Indígena Panambizinho.

Ocorre que, uma das mais longas intervenções realizadas em Panambizinho desde a efetiva reconquista da Terra, em 2005, foi o Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas (PCSAN). Trata-se de um Programa implementado pela ONU e pelo Governo brasileiro, com recursos do Fundo Espanhol para o Alcance dos ODM. Os impactos desse Programa na SAN, e da interseção dele com outras ações públicas e privadas na Aldeia Panambizinho, serão abordados mais detalhadamente nos Capítulos 3 e 4.

2.1.2 Histórico e consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

Apesar da diversidade sociocultural, de línguas e etnias presentes no Brasil, historicamente, as políticas instituídas no País são majoritariamente universais, o que corresponde a afirmar que ainda é preciso avançar tanto na proposição, quanto na implementação de políticas específicas²⁵ para povos e comunidades tradicionais. Essa afirmação cabe, inclusive, para povos indígenas e quilombolas, uma vez que a Constituição prevê direitos específicos para eles que não são observados, mesmo havendo instâncias públicas com mandatos direcionados para a promoção dos direitos desses povos.

É essencial que isso seja considerado, pois, discorreremos a seguir sobre fatos que são importantes para bom entendimento do que vem a ser e como a política de segurança alimentar é implementada atualmente, mas, fica clara a ausência de referências e atenção específicas em SAN por parte do Governo, seja para povos indígenas, seja para povos e comunidades tradicionais, em geral. No caso dos PI, parte significativa da sociedade ignora que alguns vivem em situação de relativo isolamento e têm plenas condições de autossuficiência alimentar, mas, para outras, a situação atual é de dependência parcial ou total do alimento externo (SALGADO, 2005).

Por outro lado, neste item do trabalho, mais adiante apresentaremos um breve histórico do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) que é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil que tem subsidiado tanto os povos indígenas nos pleitos que fazem ao poder público, quanto o Governo na busca por soluções para o bom atendimento do direito à alimentação adequada. Trata-se de uma instituição não governamental, porém constituída paritariamente por representantes da sociedade civil e

²⁵ Lacuna que começou a ser preenchida somente em 2007, quando da publicação do Decreto 6040 que instituiu a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais que será abordada no Capítulo 2.

dos governos federal e estadual que, desde 2003, assessora a Presidência de República na formulação e reformulação de políticas e programas.

O Governo Getúlio Vargas foi, marcadamente, o que deu início à implementação de políticas sociais no país. A formulação da lei do salário mínimo teve como base a garantia do acesso de trabalhadores a uma Ração Alimentar Mínima (RAM) a partir de um inquérito dietético coordenado por Josué Apolônio de Castro que identificou que o trabalhador brasileiro comprometia mais de 70% de sua renda em uma dieta constante e restrita, de apenas 1.645 calorias (PINHEIRO, 2009).

Em 1946, Josué de Castro publicou a “Geografia da Fome” que, pioneiramente, trouxe uma abordagem para o problema da fome que ultrapassava a esfera biológica e geográfica e teve alcance político, econômico e social. Até então, a fome era considerada um fenômeno natural, uma questão de oportunidade, ou mesmo tabu. Por isso, o legado de Josué de Castro é de grande relevância para a compreensão do tema.

Tendo estudado o problema em diferentes regiões do país (mosaico alimentar), enquanto geógrafo, médico e escritor, Castro concluiu que sua causa estava relacionada a pelo menos dez fatores, dentre os quais merecem destaque:

- (i) A má infraestrutura agrária (propriedade privada, baixa remuneração ao trabalhador rural, baixa produtividade do solo – monocultura latifundiária, transporte e armazenamento precários);
- (ii) A inflação;
- (iii) A má educação alimentar;
- (iv) A industrialização e a urbanização desordenadas; e
- (v) A ausência do tema nos planos de desenvolvimento.

Josué de Castro afirmava que a fome é resultado de falhas na estrutura econômica (desigualdade social, por exemplo) e não um problema de limitação da produção. Ele defendia que o grande gargalo era a distribuição²⁶ e, portanto, um problema social que só se resolve por mediação de políticas públicas.

As idéias de Josué de Castro influenciaram as discussões sobre a fome mundialmente, de sorte que ele assumiu a presidência do Conselho da FAO em 1952. No Brasil, a fome passou a ser tema de debates políticos e pesquisas escolares e acadêmicas até o início do regime militar, em 1964, quando Josué de Castro foi exilado e os debates de cunho político, tolhidos (CASTRO, 1984).

²⁶ Fonte: “A explosão demográfica e a fome no mundo”. Publicado na revista *Civiltà delle Machine*. Disponível em: <www.josuedecastro.com.br/port/indice.html>. Acesso em maio de 2012.

As principais instituições de abastecimento criadas nesse período, baseadas na Lei do Salário Mínimo (Decreto Lei 399 de 1938) eram ligadas ao Ministério da Agricultura (MA), como a Comissão do Abastecimento, em 1939; a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), regulamentada em 1951 e ligada ao Conselho Federal de Comércio Exterior e posteriormente transferida para o Ministério da Educação e Saúde; e a Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab), na década de 1960, que coordenava a Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos), a Cibrazen (Companhia Brasileira de Armazenagem) e a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), vinculada ao MA a partir de 1967 (TAKAGI, 2006).

Até a década de 70, o Brasil adotou diversas medidas para sanar a crise de abastecimento alimentar mas, o que preocupava não era a fome em si, mas a escassez, os preços e o escoamento dos alimentos que atingia toda a população. A capacidade produtiva da agricultura e do abastecimento urbano brasileiro consolidou-se a partir da década de 1980. Contudo, ao mesmo tempo em que se instalavam grandes redes privadas de supermercados ocorreu também uma queda do poder aquisitivo dos salários e aumento da fome. O salário mínimo, que em maio de 1980 representava 35% do valor necessário para assegurar a sobrevivência de uma família, caiu para 10% em 1989, e atingiu 18% em 1991 (SILVA, 1996 *apud* TAKAGI, 2006).

Em 1985, em meio a essa crise econômica, a Superintendência de Planejamento do Ministério da Agricultura lançou o documento “Segurança alimentar – proposta de uma política contra fome” que continha as diretrizes de uma política nacional que objetivava suprir as necessidades alimentares da população, atingir a autossuficiência produtiva nacional, e propunha a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea). O documento salientava que a fome não era um problema a ser tratado exclusiva ou majoritariamente como sendo agrícola e que, portanto, a segurança alimentar se estabelece quando atende às necessidades alimentares da população e atinge à autossuficiência produtiva. O Conselho deveria coordenar a política de abastecimento, formular planos nacionais por temas, como preços, abastecimento, agroindústria, cesta básica, entre outros (TAKAGI, 2006).

Em 1986, foram realizadas a VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS) e a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição. A VIII CNS resultou do movimento Reforma Sanitária Brasileira (contra a ditadura) com o tema Saúde e Democracia, e contou com a participação de mais de quatro mil representantes de vários segmentos da sociedade, considerado um dos marcos no combate à fome pós-período militar.

As discussões durante o evento tinham como pressuposto que as condições de vida e a renda são determinantes para o satisfatório estado nutricional da população. Eventos dessa natureza, com a participação de segmentos sociais diversos ocorrem concomitantemente com mudanças significativas, como o fim da ditadura e a promulgação da Constituição. A partir daí, foram abertos novos espaços para participação e controle social e, pouco-a-pouco, a criação de novos direitos definidos em decretos e outros instrumentos jurídico-administrativos. De tal sorte que os resultados da VIII CNS também contribuíram para a inclusão da saúde como direito do cidadão na Constituição de 1988 (VILAÇA MENDES, 1994 *apud* PINHEIRO, 2009, p. 84).

Observe-se que, dentre os segmentos da sociedade que participaram tanto da Conferência como do movimento pró Constituinte, estavam os povos indígenas e as comunidades tradicionais, invisíveis para o poder público, populações pobres, sem políticas ou benefícios condizentes com suas formas próprias de organização. No caso dos Kaiowá-Guarani, especificamente, as mobilizações ocorriam por meio das *Aty Guasu* (grande assembléia) onde os assuntos políticos e sociais são discutidos entre os Guarani-Kaiowá, como se verá no Capítulo 3.

No início da década de 90, houve o que Pinheiro (2009) chamou de desmantelamento dos programas sociais, uma vez que dos doze programas nas áreas de saúde e nutrição em vigor no início do governo Fernando Collor somente três foram mantidos: o Programa de Combate ao Bócio Endêmico, os Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional e o Programa de Amparo ao Trabalhador.

Nesse mesmo período, o Programa de Suplementação de Alimentos (PSA) substituiu alimentos básicos por industrializados (como fiambre bovino, macarrão de milho, leite desnatado enriquecido), enquanto que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) interrompeu o processo de descentralização da alimentação escolar para tornar a distribuir alimentos formulados (não naturais), como se fazia até 1986.

Muito embora a distribuição de alimentos formulados, algo em torno de 40% dos alimentos distribuídos tenha contribuído para absorver considerável parte dos recursos financeiros, que eram escassos, aplicados nos programas sociais, Silva (1995) admite que ainda assim facilitou a distribuição e a armazenagem dos alimentos.

O Governo Paralelo, Organização não-Governamental (ONG) criada por pessoas que trabalharam na campanha eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República com o objetivo de acompanhar as ações do governo Fernando Collor e formular políticas nacionais, lançou, em 1991, o documento “Política Nacional de Segurança Alimentar” como

resultado de uma das agendas temáticas que foram criadas como parâmetro e como mecanismo de pressão sobre o Governo (PINHEIRO, 2009).

Esse documento era visto como complementar às políticas governamentais agrícolas e agrárias, voltadas para a oferta, pois tratava do acesso aos alimentos e propunha a adoção da Segurança Alimentar como tema nacional estratégico, permeando todas as ações sociais, em todos os níveis de governo. Além disso, o documento resgatava ideias básicas do documento elaborado pelo Ministério da Agricultura, em 1985 (MALUF, 2007; TAKAGI, 2006).

Entre 1992 e 1993, Herbert de Souza (o Betinho) coordenou o movimento social denominado “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”, por meio do qual foram organizados 3.000 comitês para coleta e distribuição de alimentos e roupas, com o apoio de empresas públicas. Essa mobilização e os subsídios técnicos dados pelo Governo Paralelo deram origem e forma ao Programa de Combate à Fome e à Miséria durante o período do Governo de Itamar Franco (TAKAGI, 2006) cuja gestão alcançou os seguintes resultados:

(1) a organização do Mapa da Fome pelo IPEA que revelava a dimensão do problema da fome no país, (2) a elaboração de um Plano de ação – Plano de Combate à Fome e a Miséria (abril de 1993) como conjunto articulado de compromissos de ação de governo e (3) a criação do CONSEA (em 24 de abril de 1993, sob o decreto n.º 807) com função de assessorar e indicar prioridades ao Presidente de República (CONSEA/SECRETARIA EXECUTIVA AÇÃO DA CIDADANIA, 1995 *apud* PINHEIRO, 2009, p. 92).

Portanto, a primeira composição do Consea, desde 1985, foi instituída em 1993, resultado de uma parceria entre o governo federal e o movimento Ação e Cidadania. O Conselho era formado por um grupo interministerial²⁷ (oito Ministérios), presidido pelo Presidente da República, secretariado executivamente pelo Ministério da Agricultura, com participação de membros do setor produtivo, trabalhadores e consumidores. A grande realização do Conselho foi a I Conferência Nacional de Alimentação (CNSA), entre os dias 27 e 30 de julho de 1994, em Brasília, com o tema “Uma questão nacional”, e com o objetivo principal de promover o debate sobre a inserção do conceito de segurança alimentar no projeto nacional (MALUF, 2007).

Durante a I CNSA também houve a proposição de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), cuja discussão foi retomada em 2004, na II CNSAN, quando

²⁷ O Decreto 807/1993 instituiu o Consea, presidido por Dom Mauro Morelli, com a seguinte constituição: Ministério da Justiça, Educação, Cultura, Fazenda, Saúde, Agricultura, Trabalho, Bem-Estar Social, e Planejamento, além da Secretaria Geral da Presidência da República e de 21 representantes da sociedade civil (PINHEIRO, 2009, p. 128).

houve a junção do adjetivo “nutricional” como forma de interligar dois enfoques que baseiam a noção de SAN no país: socioeconômico e de saúde e nutrição.²⁸ (MALUF, 2007).

O Consea foi extinto em 1995, no início do Governo de Fernando Henrique Cardoso, quando a questão da fome passou a ser um subtema do programa Comunidade Solidária (regulamentado pelo Decreto nº 1.366/95) que previa o combate à pobreza, a redução da mortalidade infantil, melhoria da alimentação escolar, do saneamento básico, da agricultura familiar, do ensino fundamental e da geração de emprego e renda por meio da estabilização econômica (IPEA, 2005; PINHEIRO, 2009). Com isso, “a questão da SAN perde a centralidade enquanto eixo estratégico de articulação das políticas setoriais no governo e a questão da pobreza assume destaque” (BURLANDY, 2003, p.124 *apud* PINHEIRO, 2009, p.95).

Nesse período, o tema fome foi retomado de modo mais específico durante a elaboração do Relatório Nacional Brasileiro para a Cúpula Mundial de Alimentação, promovida pela FAO, em 1996. O grupo responsável pelo Relatório era composto por representantes do Governo, da sociedade civil e do setor privado que garantiram participação ativa da delegação brasileira na Cúpula. Essa articulação para elaboração do Relatório resultou na criação do Fórum Brasileiro de SAN (FBSAN), em 1998. O FBSAN é consequência de mobilizações sociais especialmente municipais e estaduais, já que, em âmbito federal, a apropriação da SAN não avançava.

A participação do Brasil em fóruns internacionais foi garantida pelo FBSAN que também influenciou a restituição do Consea nacional, em 2004, a partir de um encontro realizado em 2003, em São Paulo. Até então, e como consequência do uso da noção de SAN predominantemente pelo setor de saúde, esse assunto não ultrapassava a esfera da saúde pública. A inserção da SAN na administração pública se deu a partir das mobilizações da FBSAN, e também por meio da assistência e desenvolvimento social, ensejando um tratamento mais intersetorial para com a SAN (MALUF, 2007).

Nessa ocasião, três eixos para a proposta de Política Nacional de Alimentação e Nutrição foram estabelecidos: primeiro eixo, ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir seu peso no orçamento familiar; segundo eixo, assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados; e, terceiro eixo, garantir a qualidade

²⁸ Para Maluf (2007), seria possível adjetivar ainda mais a expressão adicionando termos tais como “sustentável” ou “equitativa”, mas essa qualificação do termo poderia tornar sua definição extensa por demais. Por outro lado, a ausência de outras expressões qualificadoras faz com que muitas políticas e planos de ação não contemplem todas as dimensões necessárias para sua efetiva promoção. Há, ainda, duas outras perspectivas de SAN: disponibilidade e qualidade dos alimentos, os quais em inglês corresponderiam a *food security/segurança alimentar* e *food safety/segurança dos alimentos* que nos remete à definição de “soberania alimentar” e à SAN sob o enfoque apenas quantitativo.

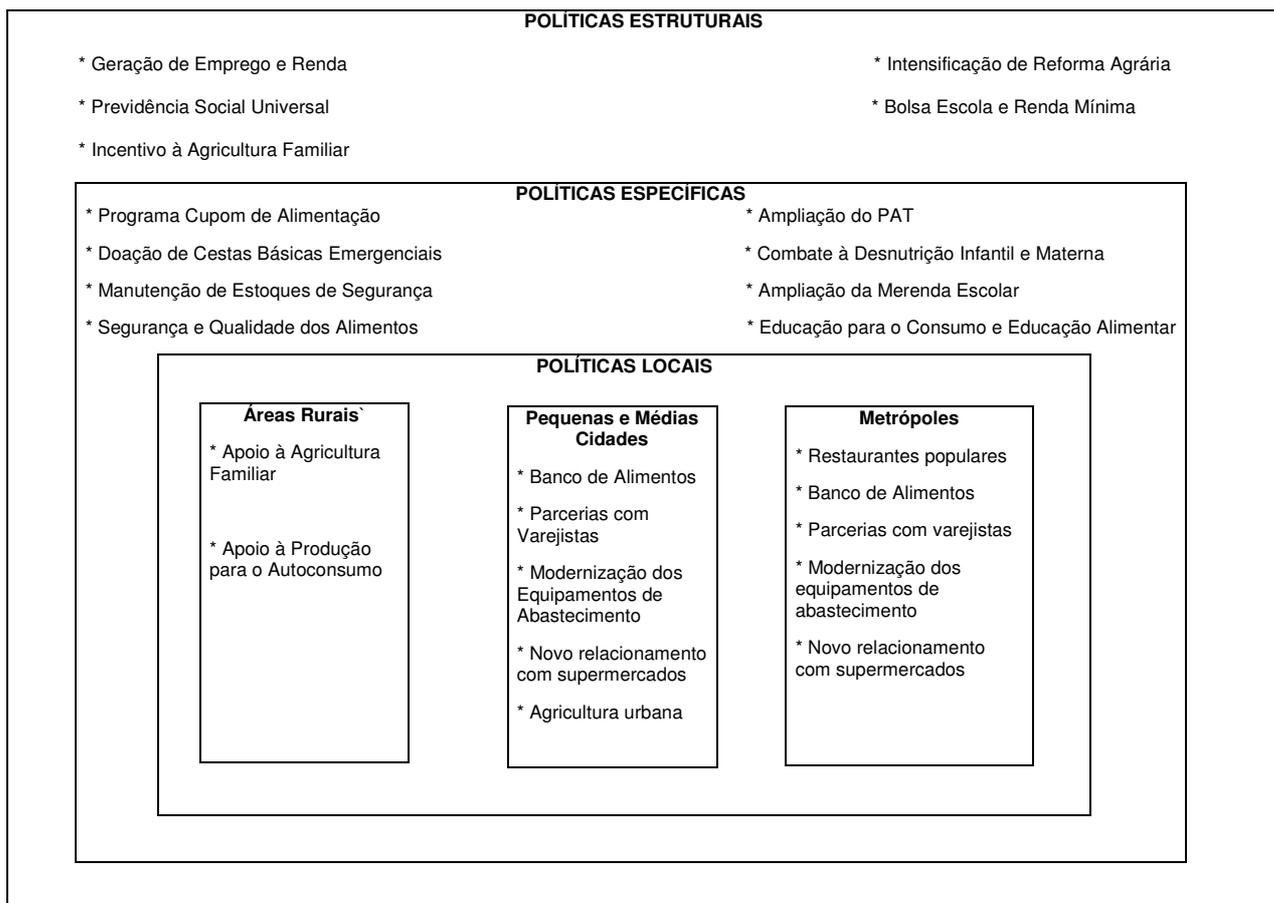
biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis.

Em 2001, o Instituto Cidadania (organização não governamental criada e presidida por Luiz Inácio Lula da Silva antes e depois de seus mandatos, oriunda de movimentos como o Governo Paralelo e as Caravanas da Cidadania, composta por técnicos, estudiosos e militantes políticos identificados com sua candidatura) criou, entre outros, o Projeto Fome Zero – uma política nacional de segurança alimentar para o Brasil. O projeto foi coordenado por José Graziano da Silva, na época professor universitário e colaborador do ex-presidente brasileiro, nomeado Diretor Geral da FAO, em 2011. (PINHEIRO, 2009; INSTITUTO CIDADANIA, 2011).

Essa seria a segunda proposta de política de SAN apresentada pela sociedade civil ao Governo. A primeira, de 1991 (anteriormente citada), foi coordenada pelo pai de Graziano, José Gomes da Silva, então colaborador de Luiz Inácio Lula da Silva (INSTITUTO CIDADANIA, 2011).

A proposta sintetizava as três causas que explicam o problema da fome no país em momentos distintos: primeira, falta de alimentos por incapacidade produtiva para consumo interno e exportação; segunda, falhas de distribuição (transporte ineficiente que gera desperdício e encarece a comercialização); e, por fim, falta de poder aquisitivo da população decorrente de desemprego e de subemprego, e propunha a implementação de políticas em três níveis: estrutural, específico e local (Idem, ibidem).

Para melhor visualização das ações do programa, o Quadro 3, a seguir, ilustra as principais políticas pertencentes a ele:



Quadro 3 – Projeto Fome Zero.
 Fonte: Instituto Cidadania, 2001.

O Projeto Fome Zero serviu de base para a política instaurada pelo Governo Luiz Ignácio Lula da Silva, em 2003, e tinha como foco a população pobre e em situação de fome. Essa política possibilitou um entendimento da SAN como um objetivo que demandava ações e políticas governamentais, não governamentais, articuladas e dirigidas à população como um todo, não somente aos seguimentos mais pobres.

A fim de dar início à implementação da política definida no Programa Fome Zero, o Consea foi recriado em 30 de janeiro de 2003 pelo governo federal, como articulador entre sociedade civil e governo, na proposição de diretrizes nas áreas de alimentação e nutrição. No ano seguinte, foi instituído o então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), que tem entre as suas atribuições a coordenação e implantação de ações e políticas de SAN e a gerência do Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e o apoio ao Consea. Além disso, mencione-se que os princípios da SAN no Brasil nos quais a sociedade e o Governo se baseiam atualmente são oriundos desse histórico, especialmente da criação do FBSAN.

Entre 2003 e 2007, o CONSEA contava com apenas 3 câmara técnicas permanentes intituladas conforme os temas: I. Economia, Produção, Distribuição e Comércio Internacional

dos Alimentos; II. Qualidade, Adequação Nutricional e Consumo de Alimentos; III. Indicadores, Instrumentos de Ação e de Monitoramento de Segurança Alimentar e Nutricional.

A partir de 2008, a estrutura de funcionamento do Consea passou a integrar Comissões Permanentes (CP) temáticas como resultado da publicação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, e de demandas feitas por sujeitos de direito durante a III CNSAN. São elas: CP 1 – Regulamentação e Institucionalização do SISAN; CP 2 – SAN e estratégias de desenvolvimento; CP 3 – Política e Plano Nacional de SAN; CP 4 – Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA); CP 5 – SAN e as populações negras e comunidades tradicionais; **CP 6 – SAN e os Povos Indígenas.**

Dez anos após a realização da I Conferência²⁹, o Consea promoveu a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), subtitulada “A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”, entre os dias 17 e 20 de março de 2004, em Olinda. Além de referendar o conceito de SAN que foi adotado pelo Consea, durante essa Conferência foram aprovadas resoluções, moções e apresentadas propostas baseadas em princípios como: a alimentação saudável como direito humano; acesso universal e permanente a alimentos de qualidade, prioritariamente, por meio da geração de trabalho e renda e contemplando ações educativas; transversalidade das ações por intermédio de planos articulados intersetorialmente e com participação social; equidade de gênero e **etnia, reconhecendo a diversidade e valorizando as culturas alimentares**; promoção da agricultura familiar baseada na agroecologia, em conexão com o uso sustentável dos recursos naturais e com a proteção do meio ambiente; e água como alimento essencial e patrimônio público (CONSEA, 2005).

As propostas e resoluções aprovadas durante a II CNSAN culminaram na criação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Entre elas, merecem destaque como principais ações entre os anos de 2006 e 2010:

- (i) 2006: Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, Lei 11.346/2006 e a realização da “II Conferência Nacional de SAN + 2”;
- (ii) 2007: publicação do Decreto nº 6273 que cria o Conselho Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), e do Decreto nº 6272, que institui o CONSEA; e a realização da III Conferência Nacional de SAN;

²⁹ Mais detalhes sobre a I CNAN, a I CNSA e as demais CNSAN podem ser encontrados no quarto capítulo de Pinheiro (2009, p.122), pois, como afirma a autora, “as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional escrevem por si só um capítulo completo sobre o tema (SAN)”.

- (iii) 2009: realização da III Conferência Nacional de SAN + 2;
- (iv) 2010: (somente então houve a) inclusão do direito humano à alimentação na Constituição Federal, por meio da Emenda Constitucional (EC) 64; promulgação do Decreto nº 7272/2010 que regulamenta o SISAN e cria a PNSAN (CONSEA, 2005);
- (v) 2011: realização da IV Conferência Nacional de SAN, com o tema “Alimentação Adequada e Saudável: direito de todos”. Cerca de duas mil pessoas participaram do evento, com representação de todos os estados da federação. Foi mantida a proporção de dois terços da delegação composta por representantes da sociedade civil, entre eles, indígenas, quilombolas, povos de terreiro, além de outros povos e comunidades tradicionais.

2.2 Insegurança Alimentar Indígena

“Uns não comem, outros comem, mas não se alimentam”.
Carlos Salgado (2005)

A análise da situação de segurança ou insegurança alimentar de uma sociedade deve considerar que políticas públicas que enfocam práticas alimentares apenas pela ótica da ingestão de nutrientes, desconsiderando os aspectos socioculturais que produzem a comensalidade³⁰, podem ser ineficazes. A insegurança alimentar ocorre não apenas pela falta de alimentos, mas também pelo consumo inadequado e desbalanceado, de sorte que obesidade³¹ e desnutrição – e não somente a fome – podem ser indicadores de insegurança alimentar.

Segundo a FAO, as causas da insegurança alimentar podem estar relacionadas a uma diminuição drástica do acesso aos alimentos, ou dos níveis de consumo, devido a riscos ambientais ou sociais ou a uma reduzida capacidade de resposta. Observa-se, portanto, que o conceito de insegurança alimentar está principalmente relacionado com *vulnerabilidade* (FAO, 2011).

Mas existem outras faces desse problema, tais como a incapacidade de acesso pelo baixo poder aquisitivo, a falta de acesso aos bens de produção, principalmente para os que não tem terra, e a falta de acesso aos serviços públicos como água, esgoto, educação e saúde (MENEZES, a-1998).

³⁰ Comensalidade significa comer e beber juntos ao redor da mesma mesa. Esta é uma das referências mais ancestrais da familiaridade humana, pois aí se fazem e se refazem continuamente as relações que sustentam a família [...], supõe a solidariedade e a cooperação de uns para com os outros, permitiu o primeiro salto da animalidade em direção à humanidade. Disponível em: <goo.gl/CCmvl>. Acesso em abril de 2013.

³¹ Associar obesidade à insegurança alimentar ainda causa espanto a muitas pessoas, especialmente as que consideram que esse conceito é sinônimo de fome, ou as que ignoram que, embora haja conhecimento acumulado (formal e tradicional) sobre o valor nutricional dos alimentos e sobre como são produzidos, somente uma parte da população se apropriou devidamente ou tem acesso a esse conhecimento. A obesidade é consequência de problemas alimentares não apenas quantitativos, mas também qualitativos.

No Brasil, Menezes-a (idem), considera que a insegurança alimentar também pode estar relacionada ao crescimento das importações de alimentos que, por sua vez, ameaça a soberania alimentar do país, bem como valores culturais e padrões alimentares. Sobre valores culturais, padrões e hábitos alimentares, Maluf e Menezes (b-2000) destacam que:

Os hábitos mais antigos de uma sociedade guardam uma identidade. [...] graças a esta cultura alimentar ela [a sociedade] pôde se manter, durante séculos, auto-suficiente e com um maior controle sobre a qualidade da alimentação. Uma vez decifrada sua cultura alimentar fica mais fácil o restabelecimento de algumas práticas alimentares, mesmo que estas tenham sido completamente abandonadas (MALUF; MENEZES, b-2000, p.38).

No que diz respeito à segurança ou insegurança alimentar indígena, os fatores que mais interferem são: (1) a condição territorial em que se encontram (porque, mesmo em terras demarcadas, nem sempre é possível manter o modo tradicional de sobrevivência); (2) os sistemas alimentares estabelecidos pelo contato ou imposição externa que modificaram tanto seus modos de vida como seus padrões alimentares e nutricionais, gerando o que Salgado (2007, p.131) chama de “ruptura com o ethos tribal. Por isso, tratar de alimentação indígena em um país de dimensões continentais como o Brasil requer um criterioso cuidado, para não cairmos em generalizações” (Idem).

A condição territorial é um fator primordial, pois, a identidade indígena é definida pelas condições ambientais que, por sua vez, define a qualidade de vida de uma sociedade em determinado território. Fato que se aplica à humanidade, em geral, e que pôde ser constatado quando do “surgimento das grandes civilizações em locais onde a fartura proporcionada pelo ambiente permitia não só a sua manutenção como também condições ideais para o seu constante crescimento” (Ibidem, p.133).

Contudo, com o colonialismo, a industrialização e a revolução científica, recursos naturais tornaram-se matéria-prima para o comércio e a indústria. Esses processos históricos provocaram uma “alienação do direito ancestral de utilização da natureza como fonte de sustentação, com a apropriação não só dos direitos, mas também dos recursos naturais e saberes imemorais a eles associados”. Passou a predominar uma visão sobre o mundo natural na qual sua utilidade não diferencia uma pessoa que vive diretamente ligada à natureza e com ela interage constantemente de outra que vive sem esse contato. Como também não diferencia uma cultura tradicional de uma contemporânea (Ibidem, p.134-135).

Essas são especificidades que precisam ser consideradas quando se pretende tratar de segurança ou insegurança alimentar indígena. No entanto, 1995, quando da publicação do Mapa da Fome entre os indígenas, pouco se sabia sobre segurança alimentar indígena, fato que se deve, em grande parte, às influências colonialistas e etnocêntricas. Em sociedades indígenas em situação de insegurança alimentar, além do abastecimento de

alimentos, em si, as dimensões histórica, social, econômica e ambiental devem ser consideradas em qualquer trabalho que tenha como objetivo reverter ou amenizar a situação (SALGADO, 2007).

Nesse sentido, em 2001, foi realizada a III Conferência Nacional de Saúde Indígena na qual se propôs uma política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas e, no ano seguinte, foi criado o Programa de Promoção da Alimentação Saudável em Comunidades Indígenas (PPACI). Embora outras iniciativas tenham ocorrido desde então, o tratamento dessa questão de maneira específica é recente e as informações e dados ainda estão dispersos.

2.3 Etnodesenvolvimento, etnicidade e desenvolvimento

A noção de etnodesenvolvimento surgiu como uma alternativa à ideia de que os povos indígenas são um obstáculo ao desenvolvimento nacional, e passou a ser disseminada a partir de três eventos: 1) o simpósio sobre “Fricção Interétnica na América Latina”, realizado em Barbados, em 1971, que gerou a Declaração de Barbados; 2) o “Movimento de Liberação Indígena na América Latina”, outro simpósio realizado em Barbados, em 1977, que produziu a II Declaração de Barbados; 3) a “Reunión de Expertos sobre Etnodesarrollo y Etnocídio en América Latina”, realizada em São José da Costa Rica, em 1981, durante o qual o termo “etnodesenvolvimento”, cunhado pelos antropólogos mexicanos Rodolfo Stavenhagen e Guillermo Bonfil Batalla, foi apresentado. A “Declaración de San José” resultante desse evento discorre não apenas sobre etnocídio, mas, também, sobre etnodesenvolvimento como direito dos povos indígenas e dever dos Estados nacionais (VERDUM, 2006, p.72).

Trata-se de um modelo alternativo ao padrão de desenvolvimento ocidental, que valoriza o patrimônio sociocultural (eticidade) e a autonomia, e resulta no

exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando suas experiências históricas, e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações (BATALLA, 1982, p. 478. Tradução livre).

Em 1984, Stavenhagen publicou um ensaio “Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista”, por meio do qual fez uma crítica ao modelo ocidental de desenvolvimento e de pesquisas sobre etnicidade (não somente indígena, mas de grupos minoritários, em geral). Nessa publicação, que segue sendo referência para o tema, ele definiu etnodesenvolvimento como sendo “o desenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades mais amplas” (STAVENHAGEN, 1984, p.41), e que “etnodesenvolvimento significa que um povo, autóctone, tribal ou outro, detém o controle

sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses” (AZANHA, 2002, p.31).

Stavenhagen dá início aos argumentos usados para justificar a adoção e a importância do termo, levantando questões tais como "Quais são as bases da mobilização étnica em nossos dias? É possível distinguir as reivindicações étnicas de outros tipos de reivindicações no sistema político? De que forma a etnicidade se articula ao processo de desenvolvimento?”.

Outra importante reflexão do antropólogo é sobre o termo “desenvolvimento” que, segundo ele, é cheio de implicações de valor e, no entanto, até hoje, parece não haver uma substituição adequada.

“Desenvolvimento” significa mudança, evolução, crescimento, metamorfose. Mas devemos perguntar: desenvolvimento de onde para onde, e de quê para quê?; de pequeno a grande?; de atrasado a adiantado?; de tradicional a moderno?; de pobre a rico?; de inferior a superior? As questões são muitas e complexas e, no entanto, aceitamos o termo “desenvolvimento” como instrumento de trabalho da ciência social, realizamos estudos de desenvolvimento, e até praticamos “desenvolvimento” enquanto economistas e sociólogos do desenvolvimento, ou planejadores e agentes de desenvolvimento (STAVENHAGEN, 1984, p.12).

As mesmas questões se aplicam a termos derivados, tais como “subdesenvolvimento”, “em desenvolvimento” (em relação a que, ou a quem?), “menos desenvolvidos”, “maldesenvolvimento” e “desenvolvimento perverso”, todos considerados problemáticos, pois carregam valores implícitos e pressupõem algum tipo de patologia desviante de um tipo ideal de desenvolvimento válido e sadio que não estaria sendo observado (Idem, p.13).

A qualificação ou definição de desenvolvimento deve ser feita, também, em termos étnicos. Por isso, Stavenhagen defende que a maior tarefa teórica que o mundo deve assumir é integrar a teoria do desenvolvimento ao conhecimento confessadamente parcial da sociedade global sobre a dinâmica étnica. Ele aponta o fato de que com exceção de ramos especializados das ciências sócias (como o estudo das relações raciais nos Estados Unidos ou no Reino Unido), ou da antropologia cultural (que se preocupa com o estudo de culturas ou povos específicos) a teoria econômica, social e política (e, especialmente, a teoria do desenvolvimento) praticamente ignorou a questão étnica e ainda não foi capaz de integrá-la coerentemente em seus quadros analíticos (Ibidem, p.24).

Essa parcialidade se traduz nos diferentes entendimentos do que vem a ser etnicidade. Para alguns, é uma forma de ligação irracional que, inclusive, representa um obstáculo ao desenvolvimento político, e que a lealdade ao *ethos* deveria ser transferida para uma sociedade civil mais ampla. “Outros pensam que esses vínculos primordiais não

impedem a construção de uma sociedade mais ampla e que podem, perfeitamente, coexistir com as exigências de uma nação moderna” (Ibidem, p.37,41).

O termo vem sendo cada vez mais empregado na contextualização de problemas que envolvem desenvolvimento econômico em sociedades culturalmente diversas daquelas ditas “ocidentais” que, por sua vez, reforçam a concepção de que colônias e ex-colônias européias são ou possuem regiões “atrasadas” econômica, social, política e culturalmente. Atraso esse que se traduz em pobreza, fome, produto nacional e renda *per capita* baixos. Tal concepção tende a vincular “desenvolvimento” a “crescimento econômico”, vínculo esse rebatido pelo etnodesenvolvimento que possui duas grandes acepções na literatura especializada: (1) o desenvolvimento econômico de um grupo étnico; e (2) o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social (STAVENHAGEN, 1985, apud LITTLE, 2002; VERDUM, 2006 p. 74).

Esse “modelo” de desenvolvimento pressupõe o direito à autodeterminação, a extinção de um estereótipo do que é ser índio, algo imutável, que resulta em preconceito e à utilização de termos tais como “aculturados” e “civilizados”, até mesmo quando se trata de suas práticas agrícolas e envolvimento com o ambiente (MEDEIROS, 2011).

Dentre as críticas ao conceito de etnodesenvolvimento, uma está relacionada ao debate sobre classes e ao enfraquecimento do Estado-nação por meio do separatismo, por exemplo. Outra é de que o etnodesenvolvimento tenderia a isolar os grupos étnicos de correntes culturais majoritárias, perpetuando, assim, o “subdesenvolvimento” desses grupos. Stavenhagen rebate essa crítica fazendo uma analogia aos grandes rios e seus afluentes cujas confluências, em separado, fazem o maior existir e, a medida que os menores secam, o maior deixa de existir: “a corrente cultural principal não passa de uma confluência de múltiplas correntes separadas. E se estas correntes separadas não puderem crescer, a corrente principal acabará por secar” (STAVENHAGEN, 1984, p.43).

Não se pode negar que o Etnodesenvolvimento é uma perspectiva intimamente ligada à administração de políticas públicas, porém, fica clara a necessidade de se incluir a tal construto, aspectos econômicos, culturais (MEDEIROS, 2011) e sociais que devem ser contemplados na elaboração, execução ou avaliação de programas e projetos de etnodesenvolvimento. Dessa forma, poderiam denominar-se também “desenvolvimento com identidade cultural” (VERDUM, 2006).

Os conhecimentos, valores e aspirações do grupo que se pretende beneficiar devem ser identificados e inseridos desde a definição do projeto por participantes e tomadores de decisão legítimos perante aquela sociedade.

No entanto, há entendimentos diversos sobre a abordagem pluriética por considerá-la de “cima para baixo” (*top down approach*). Gustavo Lins Ribeiro (1994), por exemplo, entende que quando ocorre um “encontro desenvolvimentista” (entre agentes externos e populações locais) o risco de cooptação é obvio e a *participação* controlada por instituições externas às comunidades quase sempre resulta em clientelismo. Por outro lado, a atuação simultânea de governo, sociedade civil e organismos de cooperação internacional podem gerar resultados convergentes e divergentes durante a implementação de projetos de *etnodesenvolvimento*. Em diferentes níveis, o processo afeta a estratégia de ação de todos os envolvidos devido às múltiplas formas de ação.

Essa breve revisão da literatura nos leva a compreender que para a promoção do etnodesenvolvimento é preciso que haja um encontro entre interlocutores imbuídos menos de verdades e mais de pontos de vista, em lugar de confronto étnico (OLIVEIRA, 2000 apud MEDEIROS, 2011).

No próximo capítulo discorreremos sobre a relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas por meio de um levantamento de iniciativas públicas direcionadas para eles ou que os afetam diretamente.

CAPÍTULO 3 – POLÍTICA INDÍGENA E POLÍTICAS INDIGENISTAS

Ao longo deste capítulo será apresentada uma síntese de resoluções e eventos internacionais relacionados aos direitos indígenas, e algumas das principais iniciativas governamentais direcionadas para os povos do Brasil. No entanto, é preciso que haja uma compreensão prévia de que o movimento indígena brasileiro vem crescendo desde os anos 1970, que foi forte o suficiente para buscar o apoio de civis e de políticos durante a Constituinte na década de 1980, e de que conquistou mais direitos ao longo dos anos 1990 (embora nem sempre com efetividade necessária), por meio de decretos, portarias e de suas regulamentações, culminando, em 2007 e 2012, respectivamente, na instituição de políticas específicas, como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e a PNGATI.

É mister salientar que em todos esses processos ocorreram com a participação simultânea de indígenas, de representantes do governo e da SCO, de organismos internacionais e de instituições religiosas e acadêmicas, resultando nos *movimentos políticos indigenistas* (conduzidos por não indígenas, não exclusivamente pelo Estado) e nos *movimentos políticos indígenas* (organizados e dirigidos pelos próprios índios), a exemplo da *Aty Guasu* que pode ser considerada uma instituição política indígena, a qual é tratada a seguir.

Ao final do capítulo, ocorre uma quebra na ordem cronológica dos acontecimentos que se faz necessária para apresentação do marco legal internacional sobre os direitos indígenas com o objetivo de introduzir um tópico diretamente relacionado à SAN da aldeia Panambizinho (objeto do próximo capítulo e cerne desta pesquisa): o Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas (PCSAN), executado conjuntamente (por isso assim é denominado) pela ONU e pelo Governo Federal entre os anos de 2010 e 2013.

3.1 *Aty Guasu*: Grande Assembléia Guarani e Kaiowá

A *Aty Guasu* não tem personalidade jurídica, trata-se de uma instância que, periodicamente, reúne o povo guarani da região do cone sul para discutir, decidir, propor soluções e encaminhá-las às diversas representações dos governos local, estadual ou federal, a depender do assunto.

Para Pimentel (2012) é um evento e um movimento político, ao mesmo tempo. Nas suas palavras,

Toda comunidade kaiowá organiza, periodicamente, suas assembléias [...]. A reunião, ajuntamento (*Aty*) é um foro de decisões da comunidade local,

uma espécie de microassembléia de uma democracia em escala local. A evocação da ágora grega é evidente (PIMENTEL, 2012, p. 235)³².

Por se tratar de uma instância de consulta e de tomada de decisão sobre assuntos afetos a esses povos, as *Aty Guasu* contam, muitas vezes, com a presença de representantes das três esferas governamentais (destacadamente a Funai e o MPF), organizações não governamentais e universidades, além de jornalistas e observadores em geral. Além disso, destaque-se que é atribuído a Meliá (PIMENTEL, 2012, p. 245) a localização de um relato sobre a primeira *Aty Guasu* da história, realizada em 1630: “seria uma assembléia dos trabalhadores indígenas nos ervais de Mbaracayú”.

O acadêmico Guarani-Kaiowá Tônico Benites (2012) relata o advento da *Aty Guasu* nos moldes em que ocorrem hoje em dia em um texto publicado na página oficial do movimento³³. Seu relato da história se confunde com o que ocorre há décadas. Assim, o autor conta que a relação entre indígenas e não indígenas na região onde a erva mate era explorada pela Cia. Matte Laranjeiras era pacífica, uma vez que os trabalhadores eram Guarani-Kaiowá.

Quando do início da implantação das fazendas, com o apoio do governo federal, muitos desses indígenas passaram a trabalhar na derrubada da mata. Depois de terminado esse trabalho, eles foram sendo expulsos da região que habitavam, na maior parte das vezes de forma truculenta. Não obstante, nesse período as lideranças Guarani-Kaiowá começaram a organizar assembléias de modo a:

[...] fazer frente ao processo sistemático de etnocídio, à expulsão e dispersão forçada das famílias extensas indígenas do seu território tradicional. Foi das *Aty Guasu* que partiram nas últimas décadas as reivindicações de demarcação de terras, além de denúncias e sugestões sobre possíveis soluções para o problema dos Guarani-Kaiowá (BENITES, 2012, p. 1).

Nos casos em que a terra era reconquistada, os indígenas mudavam definitivamente para essas áreas, saindo das reservas do SPI ou das margens de rodovias onde se encontravam assentados depois de terem sido expulsos pelos fazendeiros. Paralelamente, os fazendeiros se organizaram e passaram a recorrer a pistoleiros – para eles, “seguranças armados” –, que despejam os indígenas dos locais reocupados, em meio a assassinatos e torturas, inclusive às crianças, mulheres e idosos. Outros contratavam advogados para providenciarem ordens de despejo. Benites (2012) relata que a ação de muitos policiais não diferia muito da dos pistoleiros.

³² A tese de Pimentel (2012) apresenta de forma ampla e detalhada todos os fundamentos do que pode ser considerada uma teoria política Guarani-Kaiowá e, por isso, é sem dúvida uma fonte essencial para o bom entendimento da organização política e social de uma sociedade guarani.

³³ Disponível em: < <http://goo.gl/mmbOI>>. Acesso em novembro de 2012.

Na década de 1970, o Projeto Kaiowá Ñandeva (PKN), coordenado por Rubem Thomaz de Almeida, contribuiu significativamente para dar visibilidade para a *Aty Guasu*. Embora o projeto objetivasse prioritariamente o apoio à agricultura nas reservas, passou a apoiar também a organização das reuniões que serviam para discutir assuntos relacionados à produção agrícola e, no mesmo ensejo, para mobilização política (ALMEIDA, 2001; PIMENTEL, 2012).

Em 1972 foi criado o CIMI, instituição por meio da qual os missionários atuantes nas questões indígenas passaram a apoiá-los formalmente nas reivindicações por terra e por autonomia. A atuação ocorria em áreas estrategicamente distintas do PKN, esse sediado em Amambai, e o CIMI, em Dourados.

O CIMI também fortaleceu o Movimento *Aty Guasu* na década de 1980, por meio do apoio à realização dos encontros organizados por indígenas, paralelamente aos movimentos sociais que ocorriam nacionalmente em prol da redemocratização no país (PIMENTEL, 2012).

Toda *Aty Guasu* tem início com cantos conduzidos por rezadores (xamãs, Nhanderus) que são acompanhados por grande parte dos presentes em movimentos circulares em torno de um *altar*. Ao final desse rito de abertura, todos fazem gestos circulares com as mãos, como que afastando para os lados as “coisas ruins”, gesto esse que se repete ao final de rezas e cânticos, em geral. Esse momento pode ser entendido como necessário tanto para proteger o evento quanto para “centrar” os participantes, em grande parte, recém-chegados de longas viagens. Além do lugar onde acontece, o público varia (Idem, ibidem).

Assuntos diversos são tratados nas assembléias, tais como acesso o a bens e a serviços sociais, a segurança, a educação, a saúde, a alimentação e as legislações específicas que afetam os povos indígenas, entre outros. Uma das decisões tomadas em cada reunião é o local do próximo evento que, normalmente são determinados pela conjuntura política relacionada à luta pela terra como forma de chamar a atenção para aquele local onde a reunião ocorre, ainda que a situação esteja aparentemente tranquila. *Aty Guasu* extraordinárias ou emergenciais também ocorrem. Tanto a variação de público, de pauta e do local onde ocorre uma “*Aty Guasu* pode ser determinado pelo momento político pelo qual passa certo grupo local” (Ibidem).

Agregue-se que essa oscilação não é automática, porque reunir-se em assembléia supõe, ainda, a possibilidade de definir a pauta do debate. Uma vez que as *Aty Guasu* concentram-se na discussão dos temas ligados à luta pela terra, o fato é que, uma vez que determinada TI está regularizada, progressivamente o grupo local vai sendo envolvido por uma série de assuntos que se distanciam dessa pauta, e acaba ocorrendo que boa parte dessas pessoas simplesmente se afasta das assembléias (PIMENTEL, 2012, p. 283).

A *Aty Guasu* é tida também como uma oportunidade para transmissão de saberes e ensinamento da história Guarani, o que serve de motivação para os adultos e ensinamento aos mais jovens presentes. Esse fato remete a uma das características marcantes dessas reuniões, destacadas no estudo de Pimentel (2012), em que uma fala sempre é respeitada, nunca interrompida. Embora falem pouco durante o evento, os rezadores são ouvidos com distinta atenção.

Atualmente, centenas de lideranças Guarani-Kaiowá participam dos eventos (em um número total que costuma variar entre 200 e 300 pessoas), durante os quais, ao “mesmo tempo em que ocorrem discussões políticas, se realizam também rituais para o fortalecimento da luta” (BENITES, 2012). Esses rituais, as grandes sessões de reza (*jerosy guasu*) foram precursores das *Aty Guasu*, pois já ocorriam como reação aos ataques e expulsões mesmo antes do movimento político (PIMENTEL, 2012, p. 237).

Visto isso, interessante é notar que o foco principal ainda é a recuperação das terras, do *tekoha* que, grosso modo, parece se resumir à reconquista dos territórios tradicionais. Contudo, como essa pesquisa almejou demonstrar, a reocupação dos territórios é um passo fundamental, embora não seja o único, para o exercício da cidadania e da dignidade do povo guarani. Ademais, todos os encontros ocorrem pela iniciativa indígena que busca o apoio e os meios (transporte, alimentação, equipamentos e alojamentos) necessários para sua realização.

A abrangência dessa instância e alto grau de politização indígena são demonstrados pela diversidade de temas que os mobilizam, a exemplo da *Aty Guasu* de da juventude Kaiowá Guarani (a primeira realizada em maio de 2012), e das mulheres guarani, kaiowá e nhandeva (*Kuña Aty Guasu*), realizada em abril de 2012.

Os principais temas discutidos e registrados no documento final da *Kuña Aty Guasu* foram elencados em 19 subitens reivindicatórios com foco em (i) segurança para as mulheres nas aldeias e acampamentos; (ii) saúde diferenciada e de qualidade para a mulher indígena; e (iii) sustentabilidade e segurança alimentar (ISA, 2012).

Em maio de 2012, jovens Guarani-Kaiowá organizaram a I *Aty Guasu* da juventude para discutir temas relacionados ao histórico e conjuntura atual dos conflitos territoriais, identidade, direito, cidadania e sustentabilidade indígena. Apesar de não ter personalidade jurídica, que pode lhe atribuir falsa impressão de informalidade para os padrões ocidentais, o entendimento das lideranças indígenas que a coordenam, conforme documento final da assembléia realizada em novembro/dezembro de 2012, é de que:

[...] a *Aty Guasu* deve ser consultada de forma livre, prévia e informada sobre qualquer processo realizado pelo governo, no que diz respeito aos [...] interesses e garantias, de modo especial para as reuniões e articulações em torno da demarcação de [...] territórios (CAMPANHA GUARANI, 2012).

Pode-se afirmar que “consultar” a *Aty Guasu* é seguir os preceitos da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) porque o consenso é de fato construído por ter como base a cultura arraigada do “pensar junto”. Esse entendimento já foi assimilado por muitas instituições públicas que promovem intervenções em localidade ocupadas por Guarani-Kaiowá, embora isso nem sempre ocorra. Tampouco a presença de alguns participantes ou o conhecimento do teor dos documentos oriundos da assembléia seja suficiente para atender aos pleitos dos indígenas.

Pimentel (2012, p. 291) recorre às idéias de Rosa Luxemburgo na tentativa de elucidar essa forma de política ameríndia que, para ele, somente alguns indivíduos (parte de uma vertente com “tradição intelectual e política”) são capazes de compreender. Logo,

Falar em conselhos significa falar em democracia direta, ou democracia radical (em oposição à democracia representativa). A primeira vez que os conselhos como forma política de organização democrática das classes subalternas surgiu no ocidente foi com a Comuna de Paris de 1871. Era uma tentativa de superar a crise do Estado moderno decorrente das desigualdades da ordem capitalista e da pouca influência dos indivíduos as decisões que os afetavam. Os conselhos visavam criar uma nova forma de soberania popular e assim pretendiam substituir (ou complementar) o Estado de direito burguês (com sua separação dos poderes) por um novo princípio estatal. Numa democracia conselheira o povo se organiza de baixo para cima em pequenas unidades: fábricas, comunidades, bairros, escolas, etc. que foi o que se viu p. ex., por um curto espaço de tempo em Munique [...].

[...] Do degrau mais alto do Estado até o menor vilarejo, a massa proletária tem que substituir os órgãos superados da dominação burguesa de classe [...] – as assembléias, parlamentos, conselhos municipais – pelos seus órgãos próprios de classe, quer dizer, os conselhos de operários e de soldados. Devem-se ocupar todos os postos, fiscalizar todas as funções, medir todas as necessidades oficiais segundo os interesses próprios de classe e os objetivos socialistas (adaptado de LUXEMBURGO, 2008, p. 3 *apud* PIMENTEL, 2012, p. 289).

O objetivo de tratar da *Aty Guasu* como ponto de partida neste capítulo é de chamar a atenção para o fato de que, para teorizar ou propor programas e políticas relacionadas ou destinadas aos povos indígenas, é preciso que haja uma reflexão crítica sobre o que pode ser entendido como “política” na perspectiva deles e, no caso desta pesquisa, do povo guarani de Mato Grosso do Sul. Ora, se existe um modo específico de “fazer política” entre os Guarani, não há de ser diferente entre outros povos indígenas! Essa pressuposição leva à conclusão de que políticas públicas desenvolvidas para povos indígenas devem, em sua origem, prever e contemplar as especificidades e a diversidade desses povos. Esse parágrafo pode ser considerado uma justificativa para a propositada desordem de apresentação cronológica dos fatos. Embora sejam igualmente relevantes, os relatos e a discussão sobre *instituições e políticas indigenistas* vêm a seguir.

3.2 A Funai: o órgão indigenista governamental

A Funai foi criada em 1967 com o objetivo de promover e assegurar os direitos dos povos indígenas de todo o território brasileiro, e em substituição ao SPI³⁴ que foi extinto após uma crise institucional iniciada com acusações de genocídio (diante das péssimas condições em que viviam os indígenas brasileiros), corrupção e ineficiência. Tais acusações levaram o SPI a ser investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), resultando na demissão ou suspensão de mais de 100 funcionários de todos os escalões. Apesar disso e mesmo com notório despreparo para a complexidade das questões indigenistas, parte de seu quadro transferido para a Funai (OLIVEIRA; FREIRE, 2006 apud ISA, 2011).

A atuação da Funai se manteve em linha com a política e estratégia nacional do governo militar, de expansão econômica, construção de estradas, hidrelétricas, ampliação de fazendas e extração de minérios, mantendo a perspectiva assimilacionista do SPI (Idem, ibidem).

Como mencionado nos parágrafos introdutórios deste capítulo em referência à *Aty Guasu*, todavia, a partir da década de 1970 emergiram movimentos em prol das questões indígenas liderados por organizações como as Comissões Pró-Índio (CPI), as Associações Nacionais de Apoio ao Índio (ANAIs), o CIMI, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a Operação Amazônia Nativa (Opan), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI). Com isso, a atuação da Funai e a falta de perspectivas para o indigenismo brasileiro passaram a ser fortemente questionadas e culminaram com a Constituinte de 1987-1988 (LIMA; BARROSO-HOFFMANN, 2002).

As reivindicações de povos indígenas passaram a ser tratadas como direitos somente com a Constituição de 1988³⁵, por meio do Artigo 231, que prevê o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. No entanto, mesmo 25 anos após a promulgação da Carta Magna, os interesses desses povos não são suficientemente considerados nas decisões políticas e econômicas do Estado.

O órgão indigenista é subordinado ao Ministério da Justiça desde 1990 (DE PAULA; VIANNA, 2011), década durante a qual ocorreram mudanças decisivas para a política

³⁴ Criado em 1918 como resultado da desaglutinação do então Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) criado em 1910. Fonte: ISA. Disponível em: < <http://goo.gl/Me6zs>>. Acesso em novembro de 2012.

³⁵ Não havia qualquer menção aos índios nas Constituições de 1824 e 1889. A “catequese e civilização dos índios” era responsabilidade de líderes locais ou das províncias, conforme seus interesses. Nacionalmente, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), em 1910, passou-se a estabelecer mecanismos jurídicos e administrativos para regular a relação com os indígenas. Mais informações sobre a relação entre Estado e indígenas a partir desse período estão disponíveis no sítio do Instituto Socioambiental: <<http://goo.gl/jM6Qn>>. Acessado em janeiro de 2013.

indigenista brasileira. Durante Governo de Fernando Collor, a Funai foi amplamente reformada, tendo atribuições relacionadas à saúde, educação, desenvolvimento rural e meio ambiente transferidas para os Ministérios da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente. Como consequência, ocorreu também a migração de recursos humanos e materiais da Funai para a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), e o estabelecimento do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse mesmo período, algumas ONGs e associações indígenas passaram a atuar de forma ativa do processo de implementação das políticas públicas (LIMA; BARROSO-HOFFMANN, 2002).

Diante desse cenário, e, principalmente, antes de dar continuidade à ordem cronológica dos acontecimentos, convém dedicar um parágrafo a uma breve reflexão sobre os fatos que se perpetuam por intermédio de interesses políticos e de frentes anti-indígenas que insistem em propor a extinção da Funai, alegando seu esvaziamento institucional desde os anos 1990, com a transferência dos serviços de saúde e de educação para o Ministério da Educação (MEC). Nesse bojo, há fortes críticas à atuação de ONGs que desconsideram a experiência positiva acumulada via convênios públicos, forçando o governo a optar pela execução direta, sem que haja uma avaliação da capacidade técnica e operacional e da disponibilidade de recursos humanos suficientes.

Em uma entrevista ao jornal Folha de São Paulo³⁶, Manuela Carneiro da Cunha cita um caso desastroso: “a Urihi, uma ONG que há anos prestava assistência de saúde aos Yanomami, foi deixada de lado. São médicos, antropólogos que há décadas trabalham na área. Tudo é jogado fora”, relata a antropóloga.

Analogamente, em Mato Grosso do Sul, a Missão Evangélica Caiuá é a organização da sociedade civil que possibilita a efetividade de ações da Funasa desde 2000 (e da Secretaria de Saúde Indígena, desde 2010), fazendo-se presente em muitas aldeias. O convênio entre o governo federal e a Missão garante a contratação de profissionais tecnicamente qualificados e com perfil adequado para atuar nas áreas indígenas. No entanto, a “concessão” a uma entidade não-governamental da prerrogativa de contratar pessoal e de comprar material médico-hospitalar com recursos públicos é questionada. O risco existe, evidentemente, porém, nesse caso, há especificidades que precisam ser consideradas.

De acordo com um informante-chave desta pesquisa que atua no órgão de saúde indígena local, isso representa um risco de colapso e ruptura, uma vez que a única alternativa que existe no governo é a realização de concursos públicos por meio de editais que geralmente são elaborados por profissionais que desconhecem as necessidades locais.

³⁶ Disponível em: <<http://goo.gl/NthGI>>. Acesso em novembro de 2012.

Por consequência, os profissionais aprovados nem sempre são os mesmos que já atuam localmente como “terceirizados”. Apesar de deterem notório saber em comparação com muitos candidatos, nem sempre são os melhores pontuados nas provas. Do mesmo modo, os melhores pontuados nem sempre têm perfil e conhecimento necessários para atuar numa área indígena, apesar da capacidade comprovada no resultado do concurso. Situações como essa ensejam críticas internas e externas ao governo por meio de uma expressão usual dentre os que fazem essa análise: a estrutura administrativa das três esferas governamentais é “engessada” e excessivamente burocrática.

Retomando a ordem histórica dos fatos, com a transferência das ações de saúde e de educação indígena da Funai para os Ministérios com os respectivos mandatos, a Fundação indigenista passou a se dedicar majoritariamente à regularização fundiária. De modo que, em 1994, a Funai, assinou acordo de cooperação técnica com o PNUD para executar o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), como parte do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7).

O PPTAL foi concebido com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das populações indígenas, promovendo a conservação dos seus recursos naturais por intermédio da demarcação participativa das terras indígenas da Amazônia Legal. Apesar dessa inovadora forma de atuação por parte da Funai, as avaliações do PPTAL mostraram que para manter a integridade das demarcações realizadas seria necessário fortalecer a capacidade das comunidades indígenas na gestão sustentável dos recursos naturais, por meio de atividades econômicas que não agredissem o seu patrimônio ambiental, tampouco suas peculiaridades sócio-culturais.

Este fato motivou a criação do Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI), em 2001, pelo MMA. O PDPI serviu como contrapartida do governo brasileiro para o PPG7, além de aportar recursos do KfW para apoiar iniciativas locais voltadas para a sustentabilidade pós-demarcatória das Terras Indígenas (pequenos projetos) para além da dimensão econômica, como as atividades produtivas, a valorização cultural e fortalecimento institucional. O Programa se cosubstanciou como uma das principais ações do Estado com relação aos povos indígenas no Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Enquanto os anos 1990 foram marcados por mudanças radicais na política indigenista do Brasil, pode-se afirmar que a partir dos anos 2000 passou a ocorrer uma institucionalização de programas e políticas públicas específicas para segurança alimentar

de povos indígenas. Mais especificamente em 2002³⁷, ano em que foi aprovada a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e criado o Programa de Promoção da Alimentação Saudável em Comunidades Indígenas com base no entendimento de que:

[...] a atenção à saúde dos povos indígenas deve ser organizada e orientada por suas especificidades étnicas e culturais; que os problemas nutricionais entre populações indígenas estão associados não somente à escassez de alimentos, mas também ao processo de sedentarização a que foram forçadas essas populações e à degradação das condições ambientais e sanitárias geradas pelas mudanças nos padrões de assentamento; que as iniciativas atualmente existentes visando à segurança alimentar dos povos indígenas são insuficientes para atender as suas necessidades e não se articulam entre si, devendo ser apoiadas ou ampliadas; que é imperativo atuar na redução das desigualdades e empreender todos os esforços para equalizar as chances dos povos indígenas terem uma vida saudável e terem assegurado o seu direito à alimentação (BRASIL, 2002).

Em 2002, ainda, foi promovido o Primeiro Seminário Nacional para Articulação de uma Política Pública de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável para os Povos Indígenas, ao término do qual foi aprovada uma proposta de realização de oficinas regionais para discussão e aprofundamento da questão sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (SALGADO, 2007, p.137).

Passado um ano, dezessete oficinas regionais haviam sido realizadas, eclodindo no Primeiro Fórum Nacional para Elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas do Brasil, do qual participaram seiscentos e oitenta lideranças indígenas que definiram diretrizes e recomendações para a formulação de uma política pública específica. Entre as conclusões resultantes das oficinas estavam:

- (i) Problemas de autossustentação na maioria das Terras Indígenas;
- (ii) Fome e carência alimentar em todas as regiões;
- (iii) Alto índice de mortalidade infantil, principalmente nas terras impactadas pelos grandes projetos e intrusão de fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e posseiros, sendo agravados pela seca que assola principalmente os povos indígenas do Nordeste; e
- (iv) Processo contínuo de redução territorial e degradação ambiental.

³⁷ Ano em que também ocorreu a ratificação da Convenção 169 pelo Brasil. Em janeiro de 2012, o Governo Federal estabeleceu um grupo de trabalho com vinte e dois Ministérios para regulamentar a consulta a povos e comunidades tradicionais em casos de empreendimentos ou prospecção de biodiversidade em suas terras. Até o término desta pesquisa, o processo de regulamentação não havia avançado. Dentre os desafios, mencione-se a diversidade sociopolítica, que inclui uma definição aceitável de representatividade, já que os sistemas de representação política variam inclusive dentro de um mesmo grupo. Para alguns especialistas, a regulamentação é um risco desnecessário.

Em resumo, a constatação foi a de que o tema segurança alimentar indígena é tratado pelo Estado ainda sem efetiva atenção aos problemas apontados durante o Fórum, e sem uma política pública de enfrentamento da fome e da miséria (SALGADO, 2007, p. 139).

Entre os desdobramentos do Fórum e das oficinas, ocorreu a criação de uma Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas (Carteira Indígena - CI) por meio de uma parceria entre o então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), o MMA, a Funai, as instituições representativas dos povos indígenas e o Pnud, com o apoio do Consea, MDA, Funasa, MEC e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A Carteira Indígena foi instituída em dezembro de 2003, como uma ação do Governo Federal em parceria com o PNUD (Projeto BRA/00/022), para apoiar e fomentar o desenvolvimento sustentável, a gestão ambiental das terras indígenas e a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas em todo o território nacional. As principais linhas temáticas estabelecidas foram:

- (i) Apoio a atividades econômicas sustentáveis;
- (ii) Apoio à realização e fortalecimento de práticas, rituais e saberes tradicionais associados à autossustentação econômica dos povos indígenas;
- (iii) Apoio à gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas;
- (iv) Fortalecimento institucional das organizações e associações comunitárias indígenas; e
- (v) Apoio à consolidação e integração de atividades econômicas sustentáveis e gestão ambiental (BRASIL, 2009).

A proposta da Carteira Indígena é de apoiar projetos que sejam não apenas demonstrativos, mas estruturantes e sempre propostos e executados pelas comunidades indígenas, respeitando as identidades culturais e os conhecimentos tradicionais (LOUREIRO; PEREIRA, 2008). Tratam-se, em sua maioria, de projetos relacionados a atividades produtivas de agricultura, de pesca, de criação de animais e de artigos derivados, geradores de alimentos para consumo e também de excedentes para comercialização, que, por sua vez, geram renda e criam, assim, um ciclo contínuo que dá a característica estruturante ao modelo proposto pela CI.

Com a criação da Carteira Indígena passou a haver uma “marginalização” do PDPI, de modo que foram feitas denúncias ao MMA quanto a esse fato. Antes, por iniciativa de gestores e entidades beneficiárias do PDPI, uma proposta de criação de um Programa Interministerial já vinha sendo feita pelo PDPI no intuito de se promover programas ou projetos de gestão ambiental em terras indígenas.

Em março de 2006, o governo federal criou a Comissão Nacional de Política Indígenista (CNPI)³⁸, com a tarefa de, juntamente com a Funai, integrar o conjunto das ações estatais de defesa dos direitos indígenas, com vistas a promover o paradigma participativo e superar definitivamente o seu papel tutelar. Em 2008, em atendimento às reivindicações da CNPI, foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de elaborar uma proposta de PNGATI. Em dezembro do ano seguinte foi oficializado um plano de reestruturação da Funai que veio a ser regulamentado por decreto um ano depois (em dezembro de 2010), como resultado do Programa "Proteção e Promoção dos Povos Indígenas", previsto no PPA 2008-2011. As Administrações Executivas Regionais (AERs) e Postos Indígenas (PINs) foram substituídos por Coordenações Técnicas Locais e Regionais, formadas por técnicos melhor qualificados que, desde então, têm como objetivo o desenvolvimento de ações efetivamente participativas com os povos indígenas.

Os resultados anunciados no processo foram de ampliação da capacidade institucional da Funai, com aumento do quadro de 2,4 para 5,1 mil funcionários, sendo os novos contratados destinados a atividades de ponta e não burocráticas, e criação de 85 novos cargos comissionados.

Como não podia deixar de ser, o processo de reestruturação da Funai foi fortemente questionada por algumas entidades indígenas e indigenistas e, ao mesmo tempo, apoiada por outras, de ambos os lados havia, inclusive, servidores da instituição.

Os que se opuseram, o fizeram especialmente com o argumento de não ter havido consultas como prevê a Convenção 169, em mais uma ação que atinge profunda e diretamente aos PI. Outro argumento para a não aceitação das mudanças era o de que os processos de demarcação³⁹ seriam postergados, pois a reestruturação implicaria necessariamente numa mudança na sistemática de funcionamento e no foco das ações para gestão territorial e conservação ambiental, embora houvesse um reconhecimento quanto ao lado positivo dessa abordagem, qual seja: de aproveitamento dos potenciais naturais e culturais, que se traduziram na criação de novos departamentos dentro da Funai, o de sustentabilidade e etnodesenvolvimento econômico. De modo que ocorreram inúmeras manifestações e ocupação da Sede da Funai por indígenas de todo país antes e depois da publicação da portaria.

A vertente favorável, por sua vez, defendia que a proposta havia sido elaborada por pessoas que detinham conhecimento destacado sobre a questão indígena e que, por isso, reformulações ensejadas outras vezes estavam incorporadas, sendo a principal delas

³⁸ Instituída por Decreto, a CNPI é presidida pelo Ministério da Justiça e é composta por onze órgãos federais, vinte representantes indígenas e por duas ONGs indigenistas.

³⁹ Do total de 988 terras, apenas 366 (37% do total reivindicado) haviam sido demarcadas.

mudanças estruturais nas Administrações Regionais e nos Postos Indígenas. Ainda, esse processo poria fim a concepções herdadas do SPI.

[...] a estrutura dos PINs não respondia mais minimamente a atualidade das questões indígenas (autonomia indígena – 169; urbanização crescente; interferência das políticas locais; impactos externos de outra natureza etc.) e ao crescimento do próprio movimento indígena. Os que protestam hoje sabem da realidade precária dos PINs onde se contam nos dedos os funcionários (“chefes”) realmente capacitados para um diálogo aberto e franco com os índios para auxiliá-los no encaminhamento de suas demandas e reivindicações. E todos sabem que grande parte dos atuais chefes de PIN foi nomeada por interesses políticos locais ou para agradar lideranças, nada a ver com o real trabalho indigenista (exceto raríssimas exceções...) (AZANHA, 2010).

Não obstante as manifestações pró e contra a reestruturação, um dos resultados efetivos desse processo, até 2012, foi a contratação de 700 entre os 3,1 mil previstos, sendo que o preenchimento dos cargos esteve condicionado à substituição de e, paralelamente, a Fundação continuou sofrendo cortes orçamentários. Em 2011 a redução foi de R\$ 350 milhões, de modo que, naquele ano, a instituição pôde contar com apenas R\$ 150 milhões para fiscalização, demarcação de terras, concessão de direitos sociais e previdenciários, construção de moradias e de infraestrutura em todas as aldeias do país.

No que tange à Coordenação Regional da FUNAI em Dourados, após a realização do concurso, em 2010, a CR passou a contar com 4 novos indigenistas especializados (nível superior) e 4 agentes de indigenismo (nível médio), a de Campo Grande com 8 e 6, e Ponta Porã com 10 e 10, respectivamente. Desde então, a Coordenação Regional de Dourados conta com o total 38 servidores para atender a 6700 famílias das aldeias localizadas em 8 municípios da região (Amambai, Caarapó, Dourados, Douradina, Itaporã, Naviraí, Juti e Maracaju) e dos acampamentos da região. São 15 funcionários a mais desde a gestão de 2010, sendo que dentre esses há servidores lotados em Dourados desde 1986, no entanto, segundo informante-chave da CR Dourados o ideal seria que houvessem pelo menos 50 servidores com perfil multidisciplinar.

Em 2012, o planejamento orçamentário previu gastos de 1,5 milhão de reais e o montante repassado para a CR foi de 450 mil reais. Parte significativa desse recurso foi destinada ao apoio a movimentos sociais, como , como as *Aty Guasu* que ocorrem cerca de 4 vezes por ano, além de reuniões de conselhos indígenas locais. Em todos os encontros há pelo menos 2 servidores presentes, e o investimento de cerca de R\$ 50 mil em alimentação e transporte de indígenas de diversas partes do estado para os encontros.

Até 2012, a apoiar as atividades produtivas na região, a Fundação contava com 5 tratores adquiridos na década de 70, abastecidos pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul (AGRAER – MS).

Portanto, a exemplo do que ocorre nacionalmente, a assistência técnica na região é precária devido ao reduzido número de funcionários, como de insumos.

3.3 As mais recentes políticas públicas indigenistas brasileiras: peças de um mosaico em construção

É possível afirmar que até a instituição da PNGATI, as políticas indigenistas foram concebidas sob a perspectiva ocidental, de maneira fragmentada, em nichos temáticos (cultura, meio ambiente, educação, saúde) que, na ótica indígena, são indissociáveis, e não podem ser concebidos isoladamente. Talvez, por isso, a PNGATI represente o grande mosaico, dito de outra maneira: seria a junção de várias ações e políticas que, embora fundamentais para os PI até aqui, foram concebidas para o alcance de resultados pontuais, de forma que nem sempre geram impactos significativos e estruturantes.

Para melhor apreender como o Estado brasileiro tem tratado as questões indígenas, as subseções a seguir abordam os principais órgãos federais que concentram parte das suas ações para os povos indígenas. Isso, contudo, sem a pretensão de esgotar o leque de órgãos, tampouco as políticas públicas oriundas do poder executivo relativas ao tema em discussão.

3.3.1 As políticas sociais e de combate à fome

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate (MDS) desenvolve duas políticas públicas já consolidadas: primeira, a doação de aportes financeiros para o projeto “Carteira Indígena”, sob gestão do MMA; e, segunda, a extensão, desde o ano de 2006, do Bolsa Família aos povos indígenas (DE PAULA; VIANNA, 2011).

Para além dessas ações, em 2006, foi formalmente instituído o Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas para a Região da Grande Dourados que vinha atuando desde 2005 sob a coordenação do MDS, com a participação de catorze órgãos federais. Em 2008, dados da Funasa apontavam que 80% das famílias Guarani-Kaiowá dependiam das cestas básicas para viver, e que quando houve suspensão temporária de fornecimento, sete crianças morreram por desnutrição em MS (PIMENTEL, 2012, p. 44).

Em Panambizinho, a distribuição de cestas por parte da Funai normalmente ocorre a cada trinta dias, e quarenta e cinco dias pelo Estado. Entretanto, todas as famílias entrevistadas se queixaram do fato de que há atrasos constantes em ambos os casos. Todavia, em entrevista realizada com servidores da Funai ao longo desta pesquisa, a informação foi de que isso de fato ocorre por razões diversas, entre elas a falta de estrutura (veículos) para distribuição (problema supostamente sanado em 2012 depois que novos veículos foram adquiridos pela CR Dourados) até o atraso na distribuição de itens por parte da Conab por problemas nas safras oriundos de causas naturais, como estiagens.

Além das políticas supracitadas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também constitui uma política de combate à fome e de promoção social que atinge aos povos indígenas (de forma efetiva ou potencial), na medida em que atende às necessidades alimentares e nutricionais dos discentes durante a sua permanência em sala de aula, contribuindo assim para o crescimento e para o desenvolvimento dos alunos da educação básica, da rede pública ou filantrópica, ou do sistema da Universidade Aberta do Brasil (FNDE, 2013).

O PNAE determina que os cardápios escolares sejam elaborados por nutricionistas, de acordo com a “sazonalidade e diversificação agrícola da região”. Trata-se de uma iniciativa de “apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos à aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos localmente e preferencialmente pela agricultura familiar [...], priorizando as comunidades tradicionais indígenas”. O Programa prevê que, no mínimo, 30% (trinta por cento) da merenda escolar advenham destes produtores, dispensado processo licitatório se os preços cobrados sejam compatíveis com os vigentes no mercado.

O Programa é de responsabilidade do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à promoção de uma alimentação adequada, com “alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis [...] dos alunos, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde [...]”.

Para que o Estado possa influir na qualidade da alimentação oferecida aos discentes, o PNAE conta com as participações do FNDE, das Entidades Executoras (estados, municípios), do Conselho de Alimentação Escolar (CAE)⁴⁰ e da Unidade Executora, entidade privada sem fins lucrativos, que representa uma determinada escola, no que concerne ao recebimento de recursos financeiros e à prestação de contas (Ibidem).

Outra iniciativa governamental de incentivo à pequena agricultura é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído em 2003 com o objetivo de:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança

⁴⁰ De caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, o CAE é um órgão colegiado instituído nos estados, municípios e no Distrito Federal, cuja estrutura contempla “um representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado; [...] dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes [...]; dois representantes de pais de alunos matriculados na rede de ensino a qual pertença a [Entidade Executora] [...]; e dois representantes indicados por entidades civis organizadas [...]. [É recomendado] que o CAE dos Estados e dos Municípios que possuam alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas ou em áreas remanescentes de quilombos tenha, em sua composição, pelo menos um membro representante desses povos ou comunidades tradicionais [...]” (FNDE, 2013, p. 16-17).

alimentar e nutricional, sob a perspectiva de direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais, incluída a alimentação escolar [...].

As diretrizes do PAA são estabelecidas por um colegiado de caráter deliberativo combinado pelo MDS, pelo MDA, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPO), pelo Ministério da Fazenda (MF) e pelo MEC. No entanto, a participação da sociedade civil é incentivada, sendo os Conseas as suas instâncias de controle e de participação social no Programa (Idem, ibidem).

O PAA é operacionalizado pelos estados, pelos municípios, pelo Distrito Federal e pela Conab. Quanto ao seu orçamento, este é originário do MDS e do MDA, e sua execução se dá por cinco modalidades distintas (compra com doação simultânea, apoio à formação de estoques, incentivo à produção e ao consumo de leite, compra direta e compra institucional). Além disso, como ocorre no PNAE, o processo de licitação de compras pode ser dispensado, desde que sejam obedecidas as exigências de preços similares aos do mercado, valor máximo anual ou semestral para aquisição de alimentos por unidade familiar.

Em Panambizinho, de modo específico, o alcance desses Programas é quase nulo. O CAE do município de Dourados foi constituído em 2010 (Decreto municipal 1086/10), porém, até 2012, não contava com nenhum representante indígena. Em 2012, o PCSAN promoveu encontros entre órgãos públicos, professores das escolas municipais e produtores indígenas. Nesses encontros estiveram na pauta: o PNAE, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) aos alunos da educação básica (Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009) que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE, bem como sobre a aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares conforme prevê o PAA.

Em abril de 2012, a prefeitura de Dourados decretou a descentralização dos recursos do PNAE para serem gerenciados pelos Diretores das escolas, enquanto ordenadores de despesas das unidades de ensino. No entanto, dentre os achados desses encontros estão muitas dúvidas por parte dos participantes relacionadas à alimentação indígena, ao cardápio culturalmente adaptado, à gestão e execução do PNAE, e à participação dos agricultores indígenas. O programa não observa as especificidades da população indígena no que tange à alimentação escolar culturalmente adequada (Quadro 4). Tal fato é reforçado pela não aquisição dos gêneros alimentícios dos produtores indígenas, por desconhecimento dos atores envolvidos sobre os hábitos alimentares indígenas (SANTOS.b, 2013).

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESCOLAS MUNICIPAIS INDÍGENAS (1- 2013)
FAIXA ETÁRIA= 6 A 10 ANOS

1ª SEMANA 3ª SEMANA	SEGUNDA - FEIRA	TERÇA - FEIRA	QUARTA - FEIRA	QUINTA - FEIRA	SEXTA - FEIRA
DESJEJUM	Chá Mate e Bolacha Salgada (Tipo Cream Cracker)	Leite Caramelizado*	Chá Mate e Bolacha Salgada (Tipo Cream Cracker)	Leite com Achiote e Bolacha Salgada (Tipo Cream Cracker)	Bolo de Milho e Chá Mate
ALMOÇO	Baião de Três, Salada de Repolho com Tomate e Xixa (Canjica com Açúcar)	Polenta com Carne Moída, Feijão, Arroz e Maçã	Arroz, Feijão, Carne com Quiabo, Salada de Tomate com Beterraba	Arroz Carreiteiro, Feijão, Couve Refogada e Laranja	Sopa de Mandioca com Couve, Legumes e Frango Banana e Mamão Picados
Valor Nutricional Diário (Desjejum + Almoço)	Energia: 728,12Kcal, Carboidratos: 134,18g, Lipídeos: 14,53g, Proteínas: 29,87 g, Vit. A: 31,43 µg, Vit. C: 22,28mg, Ca: 91,21, Magnésio: 117,35 mg, Zinco: 4,25 mg, Fe: 5,33mg	Energia: 577,39 Kcal, Carboidratos: 236,76 g, Lipídeos: 13,30g, Proteínas: 26,76g, Vit. A: 92,08µg, Vit. C: 12,53mg, Ca: 294,62, Magnésio: 126,76 mg, Zinco: 4,06mg, Fe: 4,23mg	Energia: 555,79 Kcal, Carboidratos:101,87 g, Lipídeos: 11,60 g, Proteínas: 25,77 g, Vit. A:72,25 µg, Vit. C: 20,57mg, Ca: 91,84mg, Magnésio: 123,48 mg, Zinco: 4,04 mg, Fe: 4,43mg	Energia: 767,55 Kcal, Carboidratos:126,94g, Lipídeos: 20,56g, Proteínas: 33,50g, Vit. A: 142,82 µg, Vit. C: 58,24 mg, Ca: 307,16 Magnésio: 156,79mg, Zinco: 4,67 mg, Fe: 4,54 mg	Energia: 635,96 Kcal, Carboidratos: 100,46g, Lipídeos: 20,10g, Proteínas: 20,10g, Vit. A: 643,03µg, Vit. C: 72,12mg, Ca: 87,29, Magnésio: 120,52 mg, Zinco: 1,47mg, Fe:2,46 mg
2ª SEMANA 4ª SEMANA	SEGUNDA - FEIRA	TERÇA - FEIRA	QUARTA - FEIRA	QUINTA - FEIRA	SEXTA - FEIRA
DESJEJUM	Leite com Achiote e Bolacha Doce (Tipo Maisena)	Chá Mate e Batata Doce Cozida	Leite Caramelizado* e Mandioca Cozida	Chá Mate e Bolacha Doce (Tipo Maisena)	Leite com Achiote e Bolacha Salgada (Tipo Cream Cracker)
ALMOÇO	Macarrão Frio com Sardinha (Macarrão Parafuso/ Sardinha/Tomate/Cenoura/ Cebola e Temperos) Feijão, Salada de Chuchu com Ovos	Arroz com Abóbora e Charque, Feijão, Salada de Repolho com Cebola e Laranja	Arroz, Feijão, Farofa de Couve com Carne Moída e Ovos Goiaba	Arroz, Feijão, Carne com Batata Doce, Salada de Repolho com Cenoura e Maçã	Galinhada, Feijão, Salada de Repolho com Tomate e Xixa (Fubá, Água e Açúcar)
Valor Nutricional Diário (Desjejum + Almoço)	Energia: 777,47 Kcal, Carboidratos: 107,65g, Lipídeos: 25,06g, Proteínas: 30,95g, Vit. A: 897,51µg, Vit. C: 15,60 mg, Ca: 497,71, Magnésio: 137,40 mg, Zinco: 2,93 mg, Fe: 5,99mg	Energia: 571,60 Kcal, Carboidratos:113,36 g, Lipídeos: 8,35g, Proteínas: 26,20g, Vit. A: 66,56µg, Vit. C: 81,24mg, Ca: 126,65, Magnésio: 140,53mg, Zinco: 3,97mg, Fe: 4,50 mg	Energia: 804,69 Kcal, Carboidratos:137,81 g, Lipídeos: 20,05 g, Proteínas:32,55 g, Vit. A: 101,35µg, Vit. C: 15,78mg, Ca: 304,03, Magnésio: 147,43 mg, Zinco: 4,45mg, Fe: 4,46mg	Energia: 650,54 Kcal, Carboidratos: 266,18g, Lipídeos: 11,64g, Proteínas: 25,73g, Vit. A: 698,68µg, Vit. C: 29,97 mg, Ca: 105,59mg, Magnésio: 115,73mg, Zinco: 3,91 mg, Fe: 4,74 mg	Energia: 907,07 Kcal, Carboidratos: 158,23g, Lipídeos:21,86 g, Proteínas: 35,78 g, Vit. A: 938,03µg, Vit. C: 46,95mg, Ca: 364,02mg, Magnésio: 185,82mg, Zinco: 3,22 mg, Fe: 5,86mg

OBS: ALGUMAS PREPARAÇÕES SÃO SUGESTÕES ENVIADAS PELAS ESCOLAS INDÍGENAS SOB C.I.S
*Leite Caramelizado: Queima-se o açúcar, como se fosse uma calda e depois acrescenta-se o leite

Quadro 4 – Cardápio das Escolas Indígenas do município de Dourados – MS
Elaboração: Secretaria Municipal de Educação
Fonte: SANTOS,b, 2013.

3.3.2 Políticas públicas de promoção à saúde indígena

Como abordado, ao longo da década de 1990 a incumbência da assistência à saúde indígena passou a ser de responsabilidade do Ministério da Saúde (MS), por meio da Funasa. Essa transição, segundo De Paula e Vianna (2011, p. 58), foi uma resposta às mobilizações indígenas, e dos seus aliados, que demandavam “uma nova política pública para o atendimento diferenciado à saúde das populações indígenas”.

Note-se, entretanto, que a mencionada transição, debatida largamente em encontros entre os atores governamentais, não governamentais e, de maneira especial, com o movimento indígena, instituiu o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena que, dentro de sua estrutura, centralizava todas as formulações, as articulações e a execução da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e, portanto, tinha como responsáveis pela implementação do Subsistema o Departamento de Saúde Indígena (Desai) e as Coordenações Regionais (Core) (DE PAULA; VIANNA, 2011).

A transição foi atribuída aos desafios pertinentes à realidade sociocultural complexa dos povos indígenas para melhor atender ao seu público-alvo que possui particularidades culturais, demográficas, geográficas, entre outros. Com isso, o Subsistema Indígena de Saúde foi organizado a partir da distribuição geográfica de Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), concentrados, mormente, nas regiões Norte e Centro-Oeste do País

(Idem, ibidem, 2011). Além disso, a instalação dos DSEIs obedeceu aos seguintes critérios, a saber:

- população, área geográfica e perfil epidemiológico;
- disponibilidade de serviços, recursos humanos e infraestrutura;
- vias de acesso aos serviços instalados em nível local e à rede regional do SUS;
- relações sociais entre os diferentes povos indígenas do território e a sociedade regional; e
- distribuição demográfica tradicional dos povos indígenas, que não coincide necessariamente com os limites de estados e municípios onde estão localizadas as terras indígenas (Ibidem, p. 61).

Com a aprovação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, em 2002, a organização do atendimento aos povos indígenas por intermediação dos DSEIs passou a ser definido como:

modelo de serviços – orientado para um espaço etnocultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado – que contempla um conjunto de atividades técnicas, visando a medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde, promovendo a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias e desenvolvendo atividades administrativo-gerenciais necessárias à prestação de assistência, com controle sociais (Ibidem, p.62-63).

Na interface dessa aparente descentralização do atendimento ofertado, visto que a estrutura dos DSEIs permitia mediações nos mais distintos níveis locais, no entanto, estava, para muitos, uma terceirização prejudicial ao sistema. Destarte, segundo os críticos, ao permitir que seus conveniados, como, por exemplo, ONGs, fundações de universidades, entre outros, executassem parte de suas ações a partir do repasse de recursos públicos, ficando, portanto, basicamente sob sua alçada a fiscalização dos gastos e dos resultados obtidos pelos conveniados, a Funasa acabou por delatar a sua incapacidade de gerir os trinta e quatro DSEIs sem que crises, advindas das interrupções de repasses de aportes financeiros, bem como o mau uso dos recursos públicos, prestação de contas e afins, se fizessem recorrentes (Ibidem).

Em meio às crises que implicaram, sobremaneira, na piora dos índices de morbidade e mortalidade indígena, criaram-se, entre os anos de 2004 e de 2010, os seguintes mecanismos de controle social da saúde indígena (Ibidem, p. 64):

- (i) Conselhos Distritais de Saúde Indígena (Condisi): compostos, paritariamente, por indígenas atendidos pelos DSEIs e por outros atores ligados à saúde indígena, estes Conselhos atuam de modo deliberativo na esfera local e na esfera regional;
- (ii) Conselhos Locais de Saúde Indígena: tem os seus membros indicados pelas comunidades indígenas;

- (iii) Comissão Intersectorial de Saúde Indígena (Cisi): propõe formulações para a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, sendo esta Comissão formada por atores sociedade civil, assim como de uma associação científica, como, por exemplo, a Associação Brasileira de Antropologia; e
- (iv) Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai): originária das manifestações contrárias ao modo com o qual as políticas de saúde indígenas estavam sendo administradas, a Sesai, criada em 2010 e vinculada ao MS, representa a ruptura da exclusividade da Funasa para com as políticas indígenas. Assim, é papel da Sesai, entre outros, coordenar as ações de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena a fim de que a proteção, a promoção e a recuperação da saúde dos povos indígenas sejam asseguradas.

Uma vez que cabe à Sesai o papel de conduzir a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas de forma democrática e participativa, jogue-se luz sobre o tratamento que o Estado brasileiro parece querer sinalizar, ou seja, uma gestão em que a incorporação de indígenas nas proposições, nas execuções, entre outros, das políticas públicas de saúde que lhes interessam, denunciem o que há de mais valioso nesse processo: o respeito e o reconhecimento dos direitos civis dos povos indígenas.

3.3.3 As políticas educacionais

De competência, primordialmente, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (Secad), intermediada pela Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI), do Ministério da Educação (MEC), a Educação Escolar Indígena (EEI) tem como pilares básicos de uma educação de qualidade os seguintes princípios (DE PAULA; VIANNA, 2011):

- (i) A formação de professores indígenas, quer seja em nível médio, quer seja em nível superior, sendo este último em articulação com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e com a Secretaria de Educação Superior (Sesu);
- (ii) Produção de material em línguas indígenas, bilíngüe ou em português financiados com recursos do MEC;
- (iii) Apoio, em consonância com as secretarias estaduais e municipais, para a expansão da oferta de EEI em terras indígenas;
- (iv) Promoção do Controle Social Indígena, vale dizer, dos direitos que os povos indígenas possuem no tocante aos seus direitos educacionais de mecanismos de financiamento e do apoio à EEI; e
- (v) Aporte financeiro para a construção ou manutenção das escolas indígenas.

Entre as ações aludidas, evidencie-se os esforços do MEC para a formação de professores indígenas a fim de sobrepujar a problemática que persistia na EEI: o fato de o professor não ser indígena. Para tanto, mais recentemente, alertam De Paula e Vianna (2011), o governo federal fortaleceu as políticas indígenas educacionais para a formação continuada de professores a partir do Programa de Apoio à Formação Superior e *Licenciaturas Indígenas* (Prolind), iniciado em 2005, e do que se convencionou chamar de “vagas suplementares” ofertadas pelas universidades.

Em 2009, durante a 1ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, foram criados a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI) e os territórios etnoeducacionais. A primeira, de natureza consultiva, é composta por membros do governo, da sociedade civil e dos povos indígenas, tendo como fim o assessoramento do MEC no que tange à formulação de políticas para a EEI. Já a segunda, vislumbra desvinculação da EEI das instâncias convencionais (federal, estadual e municipal), passando a responder por territórios específicos, semelhantes a abordagem adotada pelo DSEIs (DE PAULA; VIANNA, 2011).

Em Mato Grosso do Sul, é imprescindível destacar as iniciativas das principais instituições de ensino superior como a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) que, por meio do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI (criado em 1995) constitui um espaço de discussão dos problemas e questões indígenas, buscando articular a pesquisa com ações de apoio às demandas indígenas, com especial ênfase na discussão e participação na implementação de políticas públicas de atendimento dessa população (REDE DE SABERES, 2013).

Em 2001, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) criou o Curso Normal Superior para atender professores indígenas das etnias Terena e Kadwéu e, a partir do ano de 2003, também os Guarani-Kaiowá, com uma política de cotas e de bolsas para os alunos indígenas (Idem).

Em 2006, a Universidade da Grande Dourados (UFGD), em parceria com a UCDB abriu a primeira turma de licenciatura para formação de professores Guarani-Kaiowá. Trata-se do Teko Arandu, resultado de uma reivindicação do Movimento de Professores Guarani Kaiowá e dos professores indígenas egressos da primeira turma do curso normal em Nível Médio (o Projeto Ára Vera, desenvolvido pela mesma universidade) (MEC, 2013).

O curso começou em 2006, com a parceria da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED) e das Secretarias Municipais de Educação (SEMEDs) dos municípios de Amambaí, Antonio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caarapó, Coronel Sapucaia, Douradina, Dourados, Eldorado, Japorã, Juti, Laguna Caarapã, Maracaju, Paranhos, Ponta Porá, Sete Quedas e Tacuru. No ano de 2008, o Ministério da

Educação (MEC) passou a fornecer recursos para a manutenção e o desenvolvimento do curso através da seleção no eixo II do edital de 2008 do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND). A primeira turma de Licenciatura Intercultural Teko Arandu formou 39 professores Guarani-Kaiowá no ano de 2011 com habilitações em Linguagens, Matemática, Ciências Sociais (aluno morador da TI Panambizinho) e Ciências da Natureza e, em maio desse mesmo ano, mais indígenas iniciaram o curso (DE PAULA; VIANNA, 2011).

Outra iniciativa relevante de Universidades de MS, é o Programa “Rede de Saberes” que tem como objetivo apoiar a permanência na educação superior de estudantes indígenas da região e a inserção dos acadêmicos egressos no mercado de trabalho regional.

O Programa teve início no quadriênio 2004-2007 com recursos da Fundação Ford pleiteado e executado pela UCDB em parceria com a UEMS, e em sua segunda fase, 2008/2007, foi ampliado passando a atender estudantes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)/Campus Aquidauana (REDE DE SABERES, 2013). Até 2012, o Rede de Saberes foi coordenado pelo Prof. Antônio Jacob Brand, quando veio a falecer.

O “Rede de Saberes” já atendeu mais de 500 estudantes universitários indígenas de povos do Mato Grosso do Sul por meio de levantamentos sobre a situação e sobre as demandas dos estudantes indígenas do MS, de formação e capacitação de docentes, funcionários e estudantes das universidades participantes acerca de questões envolvendo a situação dos povos indígenas no Brasil, da criação de laboratórios de informática na UEMS e na UCDB para uso dos acadêmicos beneficiados pelo programa, além de eventos como Povos Indígenas e Sustentabilidade e os Encontros de Acadêmicos Indígenas do Mato Grosso do Sul (REDE DE SABERES, 2013).

3.3.4 As políticas agrárias

Muito embora o MDA não contemple diretamente os povos indígenas em seu regimento interno, as suas competências permitem uma interface com as políticas para essa parcela da sociedade brasileira. No entanto, compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia vinculada ao MDA, “normatizar o reassentamento de ocupantes não índios em terras indígenas, cooperando com a Funai, e participar de uma das etapas que compõem o procedimento demarcatório: levantamento fundiário” (DE PAULA; VIANNA, 2011, p. 64).

Compete ao MDA, também, a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para os povos indígenas, também conhecidas como Ater Indígena. Assistência essa que ocorre por meio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), representada pelo Departamento de

Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), com suporte aos projetos que se visam o “*etnodesenvolvimento das comunidades*, a promoção da *segurança alimentar* e o incentivo às *atividades produtivas* em comunidades indígenas, [...] [valorizando] os elementos culturais, os aspectos ambientais e os alimentos tradicionais” (Idem).

Essas ações se viabilizam em detrimento das parcerias realizadas entre os órgãos governamentais com a sociedade civil, o que, em última instância, acaba influenciando nas diretrizes que norteiam a Política Nacional de Ater e as determinações da CNPI (Ibidem).

A previsão de apoio existe e pode ser considerado mais uma conquista dos povos indígenas, no entanto, a frequência e a forma como se dão são amplamente questionadas por indígenas e indigenistas. Em Mato Grosso do Sul, parte do insucesso nas atividades produtivas apoiadas pela Carteira Indígena, incluindo a construção de mais de 30 tanques de piscicultura, foi atribuído por lideranças das três aldeias pela falta de assistência técnica que embora estivesse prevista em todas as ações apoiadas pelo governo, ela ocorria de forma esporádicas, muitas vezes por profissionais que não se dedicavam majoritariamente a prestar serviço para médios e grandes produtores da região, prejudicando consideravelmente a assistência prestada nas aldeias, tanto em termos de qualidade como de frequência. De forma que esse assunto, a assistência técnica em TI, segue sendo um dos pleitos de representações indígenas e indigenistas no âmbito do Consea e em outras esferas, como a Aty Guasu, e em reuniões oficiais realizadas com representantes do governo federal. Como veremos no Capítulo 4, essa desarticulação do poder público tem impacto direto na SAN da comunidade de Panambizinho.

3.3.5 As políticas de incentivo à cultura

Muito embora o Ministério da Cultura (MinC) esteja desenvolvendo de forma considerável a atenção destinada à cultura indígena desde 2003, “expressões mais concretas” não de ser obtidas com o passar do tempo, posto que o que se verifica firmemente é uma institucionalização das ações em graus mais avançados. Alheio a isso, as principais políticas públicas indigenistas podem assim ser elencadas (Idem):

- (i) Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI): instituído em 2000, o programa tem por base o patrimônio cultural indígena que, embora previsto no artigo 216 da Constituição de 1988, teve como marco regulamentário o Decreto que instituiu o PNPI. Diante disso, a dimensão física, arquitetônica da riqueza indígena passível de tombamento foi sobrepujada pelo entendimento do Estado brasileiro de proteção e de valorização dos bens imateriais da cultura indígena;

- (ii) Pontos de Cultura Indígena (PCI): criados em 2004, e instituídos para os PI somente em 2010 porque, como se pode supor, os Pontos de Cultura não eram específicos para os povos indígenas. Apesar disso, desde a sua origem os pontos de cultura oferecem suporte financeiro para fins de instalação ou manutenção de espaços que corroboram as diversas expressões culturais, e de modo específico passou a denominar-se Pontos de Cultura Indígenas;
- (iii) Prêmio Culturas Indígenas: nos anos de 2006, de 2007 e de 2010 o Minc promoveu o Prêmio Cultura Indígenas, que se destina a avaliar e premiar as práticas religiosas indígenas em comunidades ou não, assim como as práticas de rituais, de produção de artesanato, entre outros.

Pode-se considerar que o Minc vem paulatinamente incorporando políticas públicas indigenistas em seu contexto institucional aparentemente “sem maiores riscos de retrocesso” (Ibidem). Entretanto, exceto pelos eventos promovidos na escola, por iniciativa dos pais e professores, não se verifica apoio significativo do estado diretamente na Terra Indígena. Apesar disso, o movimento cultural entre os jovens é fortemente apoiado pela ASCURI (Associação Cultural de Realizadores Indígenas) que promove eventos e trabalhos audio visuais de grande qualidade técnica e de nível profissional. Parte disso se explica porque alguns dentre os jovens da aldeia atuaram no filme Terra Vermelha⁴¹, conhecido internacionalmente, a partir disso, muitos adquiriram não apenas a experiência de atuar, mas também de operar equipamento de áudio e vídeo em nível profissional.

3.3.6 A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) é resultado de uma série de debates públicos realizados no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) a fim de juntar elementos para a elaboração de uma política nacional. De modo que em agosto de 2004, ocorreu o I Encontro Nacional de Comunidades, na cidade de Luziânia (Goiás) que contou com a participação de povos indígenas e quilombolas, agroextrativistas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais e caiçaras geraizeiros, varzanteiros, pantaneiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, fundos de pasto, faxinais e ribeirinhos do São Francisco.

Na sequência foram realizadas cinco oficinas regionais no período de 13 a 23 de setembro de 2006, nos estados do Acre, Pará, Bahia, Mato Grosso e Paraná, as quais contaram com a participação de cerca de 350 representantes de povos e comunidades

⁴¹ Filme dirigido por Marco Bechis, disponível em: <
http://www.interfilmes.com/filme_20306_terra.vermelha.html>. Acesso em setembro de 2013.

tradicionais de todo o Brasil, e possibilitaram a consolidação de demandas históricas, culminando com a aprovação do Decreto 6070/2007 que instituiu a PNPCT.

O reconhecimento de direitos específicos para os povos indígenas e para quilombolas, foi o primeiro passo no processo de assimilação pela sociedade como um todo do fato de que o País é rico culturalmente e abriga uma “diversidade social e cultural que se expressa pela multiplicidade de comportamentos, institucionalidades sociais, línguas, etnias, saberes e modos de vida” (SILVA, 2007, p.7).

Possivelmente, o primeiro desafio foi identificar as diferenças entre e intragrupos que, por definição, são heterogêneos para, a partir disso, harmonizar (o que não significar consensuar) o entendimento de que povos e comunidades tradicionais (PCTs⁴²) são grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, e que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Outro conceito essencial que é diretamente relacionado ao de PCTs é o de Território Tradicional cuja definição também consta no Decreto 6070/2007 que instituiu a PNPCT, qual seja:

[são] os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os artigos 231 da Constituição Federal e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, 2007).

Essa Política representa o que a então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, chamou de “radicalização da democracia”, e “um resgate e afirmação dos direitos universais dos brasileiros” previstos na Constituição de 1988”. É uma política que “demanda a participação e o engajamento de ministérios das mais diversas áreas, de infra-estrutura à inclusão social, para não falar dos mais óbvios, como Desenvolvimento Social, Cultura ou Meio Ambiente” (SILVA, 2007, p.7)

O seu grande mérito é tirar da invisibilidade [...] expressiva parte da população brasileira, estabelecendo diretrizes e objetivos que permitem às políticas universais do governo brasileiro se adequarem para atender às demandas e características singulares deste público. [A PNPCT] é fundamental não somente por propiciar a inclusão política e social dos povos e comunidades tradicionais, como também por estabelecer um pacto entre o poder público e esses grupos, com obrigações de parte a parte e o

⁴² “Público expressivo não só do ponto de vista cultural e social, mas também em números – de 8 a 25 milhões de pessoas, dependendo dos autores – e em cuidado com o território e a biodiversidade – as estimativas são de que cuidam de 25% do território nacional” (SILVA, 2007). Dentre os principais segmentos PCTs estão povos indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, povos atingidos por barragens, fundo de pasto, povos de terreiro, ciganos, faxinais, pescadores, ribeirinhos, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varjeiros, pantaneiros, geraizeiros, veredeiros, caatingueiros e barraqueiros.

comprometimento maior do Estado ao assumir a diversidade no trato com a realidade social brasileira (Idem).

O reconhecimento tanto da existência como da importância da diversidade leva, gradativamente, à criação de instâncias do poder público e de políticas específicas que permitirão o acesso *adequado* aos serviços sociais estatais. Por sua vez, o estabelecimento dessas políticas específicas traz consigo a expectativa de mudança no que diz respeito à capacitação dos agentes públicos para lidar com essa diversidade, possibilitando o exercício da cidadania e a preservação desses modos de vida diversos.

3.3.7 O PCSAN - Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas

O Programa Conjunto “Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil” (PCSAN) foi aprovado em dezembro de 2009 com o objetivo de contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil, promovendo ações que melhorassem a segurança alimentar e nutricional de crianças e mulheres indígenas dos municípios de Dourados (MS) e da região de Alto Rio Solimões (AM), reconhecidamente, grupos vulneráveis da sociedade brasileira. Ao longo de 3,5 anos (janeiro de 2010 à junho de 2013), foram executados 6 milhões de dólares americanos, oriundos do Fundo para o Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (F-ODM)⁴³ (ONU, 2013).

A concepção e a implementação contou com a participação de quatro agências e um programa do sistema da ONU (Organização Panamericana de Saúde – OPAS, Fundo das Nações Unidas para a Infância e Juventude – UNICEF, Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, Organização Internacional do Trabalho – OIT, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), e cinco instituições governamentais: a Funai, como contraparte principal, a Funasa (em 2010, a interlocução foi transferida da Funasa para a Sesai), o Ministério da Saúde (MS), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Agência Brasileira de Cooperação vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

⁴³ O F-ODM é um acordo de cooperação entre o Governo da Espanha e o PNUD, assinado em dezembro de 2006. O Fundo possui oito janelas temáticas e opera por meio de agências da ONU que atuam no país, com o objetivo de fortalecer a coerência e eficácia das intervenções de desenvolvimento realizadas entre agências, fundos e Programas do Sistema Nações Unidas, para tanto, são estabelecidos “Programas Conjuntos” (PC). O orçamento inicial era de 528 milhões de Euros, mas em 2008, foram acrescidos 90 milhões para a janela temática “criança, segurança alimentar e nutrição”, tendo se tornado a maior das janelas com 20% do total de recursos, e 24 projetos aprovados, totalizando de 134,5 milhões de dólares. Até 2013, 128 programas conjuntos haviam sido implementados em 49 países das cinco regiões do mundo. No Brasil, foram aprovados 3 PCs (Segurança Cidadã, Gênero e Raça e SAN). O objetivo da janela temática que financia o PCSAN é de contribuir para o alcance das metas dos ODM, reduzindo a mortalidade infantil e erradicando a pobreza extrema e a fome. No Brasil, por iniciativa do PNUD, optou-se por propor ao F-ODM que os recursos fossem destinados a povos indígenas, tanto para promoção de saúde entre mulheres e crianças, como também, para contribuir com a transversalização do direito a uma alimentação adequada nas políticas e programas nacionais.

Além desses órgãos signatários do programa, em Dourados, o PCSAN teve outras contrapartes nacionais, como os Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, da Pecuária e Abastecimento, e da Educação, e outros parceiros locais como as Universidades Católica Dom Bosco e da Grande Dourados (UCDB e UniGran, ambas privadas) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), o CIMI, a Associação Cultural de Realizadores Indígenas (Ascuri) e a Associação de Jovens Indígena (AJI).

Foram três os resultados propostos no Programa: (1) Melhora da segurança alimentar e nutricional das crianças e mulheres na região de Alto Solimões e no município de Dourados; (2) Povos indígenas empoderados para exigir seu direito humano à alimentação adequada e saúde, e instituições públicas capacitadas e fortalecidas para desempenhar suas funções; (3) Diagnóstico, monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional das populações indígenas realizados.

Mais da metade do orçamento total foi destinado ao primeiro resultado, com ações focadas na saúde (incremento do acesso a políticas de saúde pública), troca de conhecimentos e práticas de cuidado da criança, nutrição (incremento da produção e do acesso e consumo de alimentos saudáveis, com algum esforço em reconhecer os sistemas de produção e a etnicidade dos povos envolvidos).

Dentre as principais atividades implementadas e resultados efetivos tanto em Dourados como no Alto Rio Solimões, destacamos: Melhoria da situação nutricional das crianças menores de cinco anos; Fortalecimento dos serviços de saúde indígena, Levantamento de demandas de segurança alimentar e nutricional, Troca de saberes sobre os direitos e cuidados da criança, Integração da Política Nacional de Atenção de Saúde dos Povos Indígenas e a Política Nacional de Humanização; Etnomapeamentos; Assistência Técnica e Extensão Rural indígena; Hortas Escolares; Troca de experiências dos sistemas de extrativismo e agroflorestais; Participação dos povos indígenas em instancias de controle social; tradução e disseminação da Convenção 169; Fortalecimento da participação social de adolescentes e jovens indígenas por meio da Comunicação; Diagnóstico de percepção de direitos das crianças e mulheres indígenas; Articulação de políticas para a integração da Rede de Proteção à Infância indígena; Fortalecimento do SISVAN indígena e, por fim, a assinatura de uma Carta de Intenções, com o intuito de assegurar a continuidade dos esforços conjuntos para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas.

3.3.8 A Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas: finalmente uma política indígena, indigenista e transversal?

A Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas começou a ser constituída em 2008, com a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) por

meio de portaria assinada conjuntamente pelos Ministros da Justiça e do Meio Ambiente. O grupo foi constituído para elaborar uma proposta de política nacional de gestão ambiental em terras indígenas que contemplasse estratégias para assegurar a proteção e o apoio necessário ao desenvolvimento sustentável dos povos indígenas em seus territórios.

A constituição desse grupo é mais um dos resultados de um processo de fortalecimento do movimento indígena que começou na década de 1970 e se consolidou com a Constituinte de 1988.

A composição do GTI da PNGATI era paritária, com representantes do Governo federal e das organizações indígenas, todos com o mesmo poder de voto nas deliberações. No âmbito do Governo Federal participaram Funai, MMA, ICMBio, como membro, e Ministério da Defesa e o Serviço Florestal Brasileiro, como convidados. Pelo movimento indígena participaram representantes indicados pelas organizações indígenas regionais e aprovados pela Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI). Toda o processo contou com o apoio da CI (enquanto projeto do PNUD executado pelo MMA), TNC, ISA e IIEB.

O GTI aproveitou consideravelmente o acúmulo de experiências adquiridas ao longo da execução do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG7), especialmente dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), do PPTAL, e do Projeto Funai/MMA/PNUD “Catalisando a contribuição das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros” mais conhecido como “GATI”, cujo objetivo é fortalecer as práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais nas suas terras e a inclusão social dos povos indígenas, consolidando a contribuição das Terras Indígenas como áreas essenciais para conservação da diversidade biológica e cultural nos biomas florestais brasileiros.

O projeto GATI está em execução desde agosto de 2009, por meio de um acordo de cooperação técnica internacional entre Funai, PNUD, ABC/MRE, e recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), com previsão para término no fim de 2014.

Além de apoiar o processo de construção da PNGATI, o projeto GATI também visa contribuir para o alcance dos objetivos dessa Política, por meio de ações de conservação da biodiversidade, e de apoio aos povos indígenas na busca pela gestão e manejo sustentável dos recursos naturais. Para este fim, deverá criar e consolidar novos mecanismos, conceitos e arranjos institucionais para apoiar e aprimorar a gestão territorial e ambiental terras indígenas.

Entre novembro de 2009 e junho de 2010 foram realizadas três reuniões prévias e cinco consultas regionais. Participaram representantes indígenas, bem como os membros do GTI, representantes de instituições federais, de organizações não governamentais parceiras, membros da CNPI e autoridades estaduais e municipais. As consultas tiveram como objetivo principal apresentar, debater e colher propostas e sugestões dos povos

indígenas acerca do que o Estado deve fazer com vistas a assegurar a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais presentes nos territórios indígenas. Durante o processo de elaboração da PNGATI foram realizadas consultas públicas em todas as regiões do Brasil, o que envolveu 1300 indígenas de 156 etnias. Foram investidos mais de R\$ 2 milhões somente para a realização das consultas.

Ainda como apoio à PNGATI, o projeto GATI deverá alcançar três grandes resultados até 2015: (i) desenvolver mecanismos e ferramentas que permitam que as TIs brasileiras sejam reconhecidas e fortalecidas como áreas efetivas de conservação da biodiversidade, de recursos naturais e serviços ambientais; (ii) criar uma rede de TIs que sirvam de modelo de práticas de gestão ambiental destinadas à conservação em diferentes biomas, sendo efetivamente administradas pelos povos e organizações indígenas; (iii) criação de modelos de gestão florestal sustentáveis e replicáveis, baseados em princípios de etnogestão, implementados como pilotos em 32 TIs selecionadas em diferentes biomas florestais. A TI Panambizinho não está dentro das áreas de referências constantes no projeto, apesar disso, parte das intervenções que ocorreram em MS deverão beneficiá-la direta ou indiretamente.

A Política contempla, entre outros, estratégias para assegurar a proteção e o apoio necessário ao desenvolvimento sustentável dos povos indígenas em seus territórios. A minuta de Decreto foi encaminhada à Presidência da República em junho de 2011, e a PNGATI foi instituída em 05 de junho de 2012 (no dia Mundial do Meio Ambiente, poucos dias antes do início da abertura oficial da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20).

A expectativa é de que a PNGATI seja um instrumento eficiente no sentido de reconhecer e fortalecer essa contribuição efetiva dos povos indígenas na conservação da biodiversidade, por meio do manejo tradicional e comunitário dos recursos naturais, ou na recuperação de áreas degradadas como as existentes no MS. E, ao mesmo tempo, um instrumento capaz de promover a atuação articulada e integrada das instituições governamentais e da sociedade civil, superando as ações demonstrativas, pontuais e às vezes isoladas no tocante à promoção da gestão ambiental e territorial das terras indígenas.

3.4 Direitos indígenas reconhecidos internacionalmente

Com o lançamento do Relatório Brundtland⁴⁴, em 1987, os povos indígenas passaram a ser chamados de “habitantes e guardiães dos ecossistemas em perigo”. A partir de então,

⁴⁴ Em 1983, o Secretário-Geral da ONU convidou a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega, para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Sua visão da saúde ultrapassa as barreiras do mundo médico para os assuntos ambientais e de desenvolvimento humano. Em abril de 1987, a Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou um relatório inovador, “Nosso Futuro Comum” – que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público, qual seja: “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais

agências multilaterais e instituições “facilitadoras” passaram a financiar em maior volume e mais diretamente esses povos. Com isso, o uso de conceitos como “capital social” e “empoderamento” tornaram-se mais freqüentes, assim como o apoio para a criação e “fortalecimento institucional” de representações indígenas genuínas e capazes de participar direta e efetivamente de negociações de cooperação internacional.

Em 1989, a OIT propôs aos países membros da ONU a adoção da Convenção de número 169, que prevê o direito de povos indígenas e tribais de serem consultados antes da tomada de decisões que possam afetar suas vidas, bens ou direitos. São três os critérios para determinar os grupos aos quais se aplicam a Convenção: (i) a existência de condições sociais, culturais e econômicas diferentes de outros setores da sociedade nacional; (ii) a presença de uma organização social regida total ou parcialmente por regras e tradições próprias; (iii) e a autoidentificação, entendida como a consciência que tem o grupo social de sua identidade tribal. No Brasil, os principais sujeitos de direito a que se aplica a Convenção são os povos indígenas e quilombolas (ISA, 2010).

Em 1992, como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD ou Eco92), tanto a Declaração do Rio (Princípio 22) como a Agenda 21 (capítulo 26), incluíram os povos indígenas de forma específica nas políticas assistenciais de cada país por meio de projetos e programas com participação indígena a fim de dirimir problemas relacionados à cultura, à educação, à saúde, ao meio ambiente, ao desenvolvimento e aos direitos humanos.

Durante a reunião realizada em 1993 pelo “Grupo Interagencial para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina”, formado por organismos internacionais – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e *Fondo Indígena* (FI) –, a conclusão a que se chegou foi a de que, apesar do aumento significativo de componentes para povos indígenas nos projetos de desenvolvimento rural integrado, manejo de recursos naturais e/ou infraestrutura rural apoiados pelo Bird, até então não havia projetos desenhados para beneficiar diretamente ao desenvolvimento indígena.

Também em 1993, a ONU estabeleceu a “Década Internacional dos Povos Indígenas” entre 1994 e 2004, período no qual ocorreram eventos internacionais de elevada importância na América Latina (VERDUM, 2006, p. 121), bem como a ampliação de demarcação de terras indígenas e a promoção de educação intercultural bilíngüe.

sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”. Disponível em <<http://goo.gl/7QYk9Z>>. Acesso em agosto de 2013.

Em 2000, as Nações Unidas estabeleceu um Fórum Permanente para os Povos Indígenas, por meio do qual deu destaque às injustiças sofridas pelos aproximadamente 500 milhões de indígenas que vivem em 90 países no mundo e que estão entre as pessoas mais vulneráveis do mundo, em termos econômico, ambientais e sociais.

A principal meta para a “Década Internacional dos Povos Indígenas” seria a aprovação da Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas, fato que veio a ocorrer em 2007. Os principais tópicos da Declaração da ONU sobre direitos de povos indígenas sintetizam-se em (ISA, 2010):

- (i) Autodeterminação: os povos indígenas têm o direito de determinar livremente seu *status* político e perseguir livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural, incluindo sistemas próprios de educação, saúde, financiamento e resolução de conflitos, entre outros. Este foi um dos principais pontos de discórdia entre os países, pois os contrários a ele alegavam que isso poderia levar à fundação de “nações” indígenas dentro de um território nacional;
- (ii) Direito ao consentimento livre, prévio e informado: à luz da Convenção 169 da OIT, a Declaração da ONU garante o direito de povos indígenas serem adequadamente consultados antes da adoção de medidas legislativas ou administrativas de qualquer natureza, incluindo obras de infraestrutura, mineração ou uso de recursos hídricos;
- (iii) Direito a reparação pelo furto de suas propriedades: a declaração exige dos Estados nacionais que reparem os povos indígenas com relação a qualquer propriedade cultural, intelectual, religiosa ou espiritual subtraída sem consentimento prévio informado ou em violação as suas normas tradicionais. Isso pode incluir a restituição ou repatriação de objetos cerimoniais sagrados;
- (iv) Direito a manter suas culturas: esse direito inclui, entre outros, o direito de manter seus nomes tradicionais para lugares e pessoas e de entender e fazer-se entender em procedimentos políticos, administrativos ou judiciais inclusive através de tradução; e
- (v) Direito a comunicação: os povos indígenas têm direito de manter seus próprios meios de comunicação em suas línguas, bem como ter acesso a todos os meios de comunicação não indígenas, garantindo que a programação da mídia pública incorpore e reflita a diversidade cultural dos povos indígenas.

Observe-se que a aprovação da Declaração da ONU se deu após forte pressão de lideranças indígenas que, em 2004, fizeram greve de fome em frente à sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, pleiteando por mais uma Década Indígena entre 2005 e 2015. Pleito atendido como resultado de uma **estratégia do movimento indígena de preferir**

estender o tempo de negociação a ceder suas reivindicações básicas* frente aos países contrários, como Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia (esses últimos tendo ratificado em 2009 e 2010, respectivamente, após forte pressão interna e externa) (ISA, 2010. Grifo nosso).

Finalmente, como forma de introduzir os tópicos que seguem, o grifo acima visa chamar à atenção para um fator crucial que tem implicações diretas nas relações entre comunidades indígenas e aqueles que se propõe a realizar intervenções em suas Terras, especialmente em se tratando de ações curto e médio prazo cujos cronogramas de execução são breves e, por isso, demandam celeridade. Subliminarmente a frase acima destacada nos remete a esse fator que, grosso modo, pode ser denominado ***“tempo indígena”***. Esse tempo precisa estar contemplado em qualquer programa, projeto ou ação voltada para povos indígenas e não pode, em absoluto, ser mal interpretado, como sendo uma característica comumente estereotipada: morosidade ou lerdeza de índio. Não. Nesta pesquisa, defende-se que esse é o período necessário para que o interventor se aproprie minimamente da realidade local, ainda que tenha havido a apresentação de um diagnóstico previamente. Por mais detalhado que ele seja, ele nunca será definitivo capaz de conter em si a previsão de como a relação entre o público beneficiado (os indígenas) e o promotor da intervenção (seja ele governo, SCO, ou indivíduos).

Parte do sucesso e do insucesso do PCSAN em Panambizinho pode ser explicado pela compreensão e pela indiferença a esse fator, especialmente por parte da ONU. De modo que, ainda que o PCSAN seja infinitamente menor (em termos de abrangência e de recursos), esse Programa também tem lições aprendidas que devem ser observadas em novos programas e projetos propostos pela ONU, bem como durante a implementação da PNGATI.

CAPÍTULO 4 – SEGURANÇA ALIMENTAR E ETNODESENVOLVIMENTO EM PANAMBIZINHO: CONSIDERAÇÕES* SOBRE A EFETIVIDADE DE INTERVENÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Neste capítulo estão descritos aspectos históricos (a ocupação, desocupação e reconquista do território), socioculturais (relações sociais e heterogeneidade geracional) e ambientais (degradação, estoque de capital natural disponível) da Terra Indígena Panambizinho cujo território, como em muitos outros casos, foi reconquistado em meio a conflitos entre indígenas, colonos e fazendeiros.

Nesta última parte do trabalho há, também, uma reflexão sobre como ocorre a promoção da segurança alimentar e do etnodesenvolvimento em Panambizinho, particularmente no que tange à distribuição de cestas básicas, ao apoio à produção local de alimentos e à geração de renda e emprego.

4.1 O surgimento, a retirada e a reconquista

Em uma pesquisa acadêmica finalizada em 2005, que deu origem a um livro publicado em 2012, a autora Nely Maciel, moradora da Vila Panambi (que faz divisa com a aldeia) desde a infância, apresenta as estratégias de uma pequena comunidade indígena que, entre os anos 1940 e 2005, permaneceu exprimida em 60 hectares (destacados em azul no Mapa 4), em defesa do direito de reocupação do território que lhe foi usurpado no século XX, “foi em um contexto colonialista que os Kaiowá protagonizaram uma história marcada pela resistência” (MACIEL, 2012, p.10 e 13).

Nessa obra, Maciel (2012, p.59) conta que, para os Kaiowá, o *tekoha* é uma inspiração divina, um lugar destinado por “deus”, como aconteceu em Panambizinho, por meio do Xamã Pa’i Chiquito⁴⁵. No início da década de 1910, Chiquito Pedro chegou à região de Panambi com cerca de trinta pessoas, a procura de um lugar para fundar um *tekoha*; rezou três dias sem parar e recebeu a resposta divina quanto ao local e, então, informou aos parentes de que ali passaria a ser a aldeia onde iriam construir a casa para morar. Como não existia água, não houve aceitação por parte dos parentes. Ele, então, pediu para que rezassem no local durante dois dias. Terminado o tempo da reza, enviou pessoas para ver a baixada, e logo voltaram como a notícia de que havia surgido uma grande mina, confirmando, assim, o sinal que Pa’i Chiquito esperava para levantar o *tekoha* (Idem, p. 97). A partir daí, as famílias que ali moravam passaram a se identificar com aquele território, a se

⁴⁵ “Em Panambizinho, todos reconhecem unanimemente a precedência de Chiquito Pedro como fundador da aldeia [...]. Sua liderança é incontestável, [...] seja no âmbito sócio-religioso interno, seja nas relações interétnicas. Falecido em 1990, Chiquito foi um líder religioso de grande ascendência interna, cujo carisma contribuiu para infundir na comunidade de Panambizinho uma identidade fortemente arraigada a serem “Kaiowá puro”. [De modo que] Eles mantiveram na aldeia diversos traços da organização social, da visão de mundo e dos valores tradicionais da cultura” (MACIEL, 2012, p. 64).

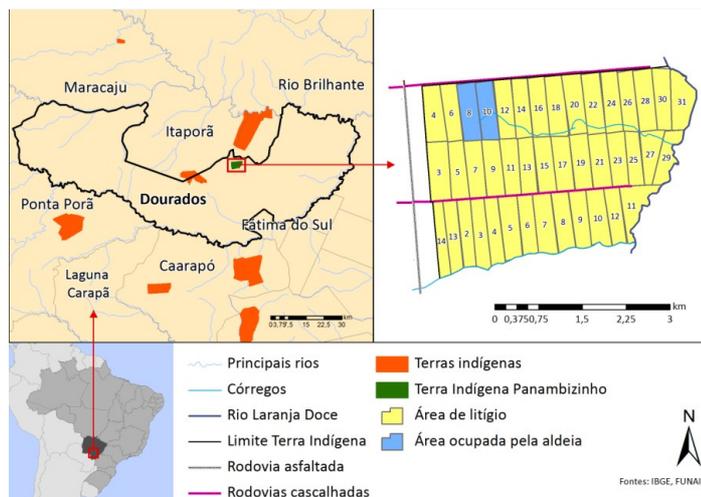
sentirem parte dele e, com isso, a se reproduzir tradições seculares, repassando-as às gerações descendentes.

Algumas décadas mais tarde, a pressão para que se retirassem dali passou a ocorrer de forma mais intensa, embora a história indique que isso já vinha ocorrendo desde a década de 1920, quando então eram liderados por Pa'i Chiquito. Com o processo de desterritorialização os indígenas foram pressionados a se retirar de seus costumeiros territórios para áreas demarcadas pelo governo federal dentro da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (apresentada no Capítulo 1).

A implantação da Colônia trouxe para os Kaiowá problemas novos para os indígenas que entende não terem sido “desterritorializados somente de suas terras, mas também de hábitos sócio culturais que entrelaçavam suas redes de convivências no local por eles habitado” (MACIEL, 2012, p. 43). Diferentemente da Companhia Matte Larangeira “que se interessava somente pelos ervais nativos localizados dentro da terra dos Kaiowá, e pela mão-de-obra necessária para a exploração das ervas, [...] os colonos vinham em busca de propriedades, que atingiam diretamente os territórios indígenas, o que fez com que o conflito entre comunidades indígenas e colonos da CAND ocorresse de imediato (Idem, p. 48).

Durante o período da instalação e pós-instalação do Projeto de Colonização de 1943, até por volta da década de 1960, a tentativa de retirar os Kaiowá de Panambizinho para a Reserva Indígena de Dourados foi frustrada.

Ludibriando a Constituição Federal de 1937, os índios passam a ser tratados de maneira diferente, tanto na esfera estadual como federal. Exigia-se o respeito aos direitos adquiridos por terceiros, assim, a estratégia utilizada passou a ser a de garantir a permanência das famílias interessadas no “lote” de terras que habitavam. No tocante à distribuição das terras, os Kaiowá passam a ser tratados da mesma forma que os colonos, recebendo 30 hectares por família. [Porém] após recebimento dessas terras [os indígenas] foram pressionados a vendê-las ou trocá-las com os colonos que chegavam à região por um custo [baixo] ou [por] produtos de pouco valor. Esses fatos foram acontecendo com a maioria dos lotes de terra adquiridos pelos indígenas. Resistindo às pressões, permanecem dois lotes [indicados no Mapa 4] na posse indígena, o de Pa'i Chiquito e de seu seu filho Martins Capilé (MACIEL, 2012, p. 57. Grifos nossos).



Mapa 4 – Terra indígena Panambizinho antes de sua ampliação/retomada.
 Fonte: SANTOS, 2000 *apud* MACIEL, 2012, p. 77.

As consequências do confinamento são várias, muitas não podem ser enumeradas ou percebidas sequer por eles mesmos. A organização social é afetada porque o grupo não encontra mais as condições necessárias para reproduzir as tradições ou mesmo para se reproduzirem.

Sobre esse aspecto, um entrevistado da Prefeitura Municipal chamou a atenção para um dado importante, considerado positivo, que foi o aumento populacional desde a reocupação das terras. Fato esse que pode ser explicado pela concentração da população em 60he (área conhecida hoje como “Aldeia Velha”), antes da reconquista, que era uma inquietação dos que ali moravam porque os Kaiowá preocupam-se em ter terra suficiente para abrigar as famílias de seus descendentes.

As novas frentes de ocupação não-índia disputavam diretamente com os Kaiowá e Guarani a propriedade e a posse da terra, sinalizando não só para a perda de terra, mas, especialmente, para a desintegração dos rituais básicos necessários para a reprodução do modo de ser tradicional que deixaram de ser praticados, em especial o rito de iniciação dos meninos à vida adulta, o *Kunumi Pepy* (MACIEL, 2012, p.57).

Ainda assim e, apesar de todas as pressões e riscos de colapso sobre os quais não tinham controle, os Kaiowá conseguiram permanecer naqueles dois últimos lotes, correspondentes à Aldeia Velha, sobre os quais detinham e ainda detêm posse intacta. Apegados aos seus valores e à visão de mundo tradicional, orgulham-se de sua identidade indígena, reclamando tão somente o direito de possuírem um território suficiente para continuarem sendo Kaiowá legítimos⁴⁶ (MACIEL, 2012, p. 66).

⁴⁶ Os índios Kaiowá se acham legítimos por se relacionarem somente com Kaiowá na aldeia; conseqüentemente, segundo eles mesmos, é possível manter suas tradições culturais entre elas o ritual do *Kunumi Pepy* (MACIEL,2012, p.66). O relacionamento com não indígenas normalmente é velado e ocorre fora da Aldeia.

Somente no século XXI o Estado veio a homologar a Terra Indígena Panambizinho⁴⁷, ampliando a área de 60 para 1.272 hectares, sendo um pouco maior do que a que foi determinada pelo então Ministro da Justiça Nelson Jobim, que seria algo em torno de 1.240 hectares (Idem, p.11).

O sentimento de reconquista do território é presente entre os Kaiowá, no entanto, na fala de Lauro Conciância, em entrevista concedida a Maciel (2012) em 25 de março de 2005, fica clara a idéia de incompletude, de conquista parcial: “*hoje ganhô terra, 1.272 hectares, mai a área é maió, tudo rio Briante, tudo corgo Hum, tudo Naranja Doce e tudo Panambi. Pra vivê caçano, pescano*” (Ibidem).

A fala de Lauro Conciância, que participou do movimento de resistência e permanência em Panambizinho visando à reconquista da terra, é emblemática e nos remete ao conceito de *Tekoha* e de territorialidade apresentados no Capítulo 1 desta pesquisa. A permanência nos 60 hectares, sob a liderança de Pai Chiquito e Lauro Conciância, foi sábia e estratégica, essa concentração

[...] constitui um “resíduo” do antigo *tekoha* [...]. Cabe indicar, porém, que se trata de um processo no qual esse “resíduo” representa uma aglomeração populacional anteriormente existente e que poderá servir, como visto em muitos casos, de “semente” para uma reapropriação futura do novo espaço pelas famílias que tiveram de abandoná-lo, através de critérios específicos de organização social (ALMEIDA, 2001, p. 165).

Isso explica o fato de que não obstante a implementação de variadas políticas públicas e práticas missionárias voltadas para a integração dos indígenas à sociedade envolvente, a seu modo pacífico e brando, os guaranis resistem e mantêm sua organização social, cultural e territorial. De modo que, “a situação atual, de restrição espacial, violenta profundamente tais especificidades” (CAROSO, 2008).

A rigor, os guaranis de Mato Grosso do Sul nunca deixaram seus territórios, perdendo apenas a exclusividade de uso e de assentamento. Vivendo em reservas indígenas, fazendas, periferia de cidades, beiras de rodovias e terras indígenas recentemente demarcadas, as famílias guaranis seguem explorando amplos espaços territoriais, caçando, pescando, coletando e, inclusive, trabalhando nas propriedades rurais da região, o que lhes permite a manutenção da memória e das relações simbólicas com os lugares de origem (Idem).

Essa reflexão feita por Caroso (2008) elucida, ao menos em parte, os recorrentes ataques de fazendeiros e funcionários sul-mato-grossenses a indígenas dentro de suas propriedades. Um dos informantes indígenas desta pesquisa afirma que ainda é comum ver indígenas caminhando nos terrenos das fazendas tão somente em busca de “mistura” para

⁴⁷ Todo o processo de reconquista da TI Panambizinho é objeto de uma tese de Doutorado de Katya Vietta (2007) que foi quem coordenou o grupo técnico de estudo de demarcação da terra, responsável pela elaboração do Relatório final da Perícia na Área Indígena Panambizinho, Distrito de Panambi, Município de Dourados.

complementar uma refeição, como o que foi morto, ainda muito jovem, em Caarapó, em fevereiro de 2013⁴⁸.

Durante o trabalho de campo, foi possível registrar uma situação prática que ilustra uma situação real de movimentação dentro do *tekoha*, uma mudança aparentemente temporária de casa: trata-se do deslocamento de uma família do Travessão superior (a distribuição das residências em dois travessões pode ser visualizada no Mapa 5 e na Foto 3) para o inferior, após a ocorrência do suicídio do filho mais jovem. A relação entre o trágico episódio e a mudança é óbvio e pode ser facilmente compreendida por muitas sociedades. No entanto, ao longo de uma das entrevistas, tanto o filho mais velho, como a mãe do jovem suicida de 11 anos, declararam que a mudança era temporária, apenas uma maneira de aliviar a tristeza. E, embora não tivessem previsão de quando retornariam para a casa antiga, ficou claro de que o distanciamento era previsto e natural, porém, a família se manteria dentro do Tekoha Panambizinho. Isso mostra que o *território* é

um elemento dinâmico, funcionando como um espaço onde suas tradições físicas, míticas e culturais podem ser desenvolvidas a contento. Se uma determinada população passa por dificuldades em um local, ela estará constantemente procurando, em outros locais de seu território, uma nova localização que atenda aos seus princípios de sobrevivência. (SALGADO, 2007, p.145)

Contudo, tanto o território quanto a cultura são dinâmicos, como defende Fabio Mura (2000, p.11 *apud* MACIEL, 2012, p.42), como veremos no próximo item que apresenta uma breve caracterização da Terra Indígena Panambizinho pós-reconquista.

4.2 O ambiente e a sociedade Kaiowá da Terra Indígena Panambizinho

Embora também esteja localizada no município de Dourados, a realidade da aldeia Panambizinho difere significativamente da Reserva Indígena de Dourados, a começar pelo relativo distanciamento do centro urbano (cerca de 25 km), e pela densidade populacional que é de aproximadamente 26 hab/km², são 336 indivíduos (93 famílias⁴⁹) ocupando 12,72km². Segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígenas obtidos por meio do Serviço de Informação ao Cidadão, em 2008 eram 322 habitantes.

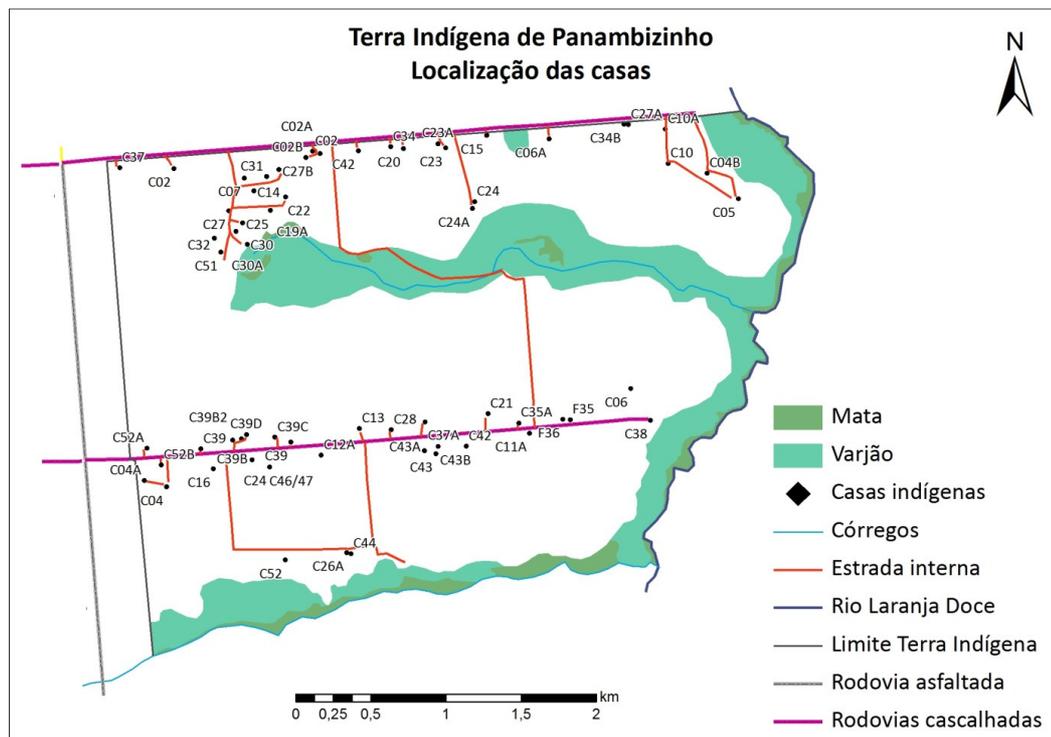
Somente índios Kaiowá moram na Terra Indígena Panambizinho. Por definição, a TI constitui-se no espaço necessário para a reprodução da cultura de uma etnia, incluindo o

⁴⁸ Fato noticiado nos principais telejornais em todo o País (ie: <http://goo.gl/4eF79s>).

⁴⁹ A dificuldade de se obter dados precisos sobre povos indígenas é grande. Em 2013, em atendimento à solicitação de dados para esta pesquisa, a FUNAI disponibilizou a lista de famílias beneficiárias da cesta de alimentos, cujo total é de 98 famílias/casas. A SESAI, por sua vez, também respondendo ao pedido de dados para esta dissertação, informou outro número que, embora próximo é diferente (93). Anteriormente, uma servidora do estado tentou justificar a dificuldade em se obter dados, relatando a crise institucional que havia ocorrido há alguns anos entre a Secretaria de Saúde da Prefeitura e o Polo de Saúde Indígena quando o Ministério Público questionou a diferença entre os dados de desnutrição apresentados pelas duas instituições. O Brasil tem avançado nesse sentido, o Inquérito Nacional de Saúde Indígena e o Censo Indígena lançado pelo IBGE são exemplos, mas ainda resta muito a se fazer.

território necessário para tal, sendo esse um dos aspectos que diferencia a TI Panambizinho de uma Reserva onde se concentram diferentes etnias, sem a posse tradicional, como ocorre na RID.

A TI Panambizinho está localizada à margem esquerda do Córrego Laranja Doce, afluente do Rio Brilhante. A configuração espacial das 64 casas da aldeia, distribuídas em dois grandes “Travessões”⁵⁰, está representada no Mapa 5, assim como as estradas de terras nas quais os moradores se deslocam a pé, de bicicleta e, mais raramente, de moto.



Mapa 5 – Localização das casas da aldeia Panambizinho.
Fonte: SMANIOTTO, 2010.

Na área anteriormente ocupada pelos colonos havia 25 imóveis rurais, sendo a maioria de alvenaria e algumas de madeira que passaram a ser ocupados e/ou habitados por indígenas. Nas áreas sem construção, foram levantadas casas típicas, porém, diante da escassez da matéria prima “sapé”, as paredes foram feitas com restos de materiais deixados pelos colonos como tábuas e telhas de amianto, e mesmo lonas de plástico, o que as torna bastante precárias. Das 64 habitações levantadas, a metade tem apenas o telhado de sapé, e a maioria tem apenas um cômodo. Dentre os que passaram a morar nas casas dos ex-colonos, a maioria não adotou o hábito de usar pias e sanitários, nem tampouco demonstraram aptidão, ou possuem recursos para custear a manutenção desses imóveis, alguns deles com cerca de 200m² de área construída (SMANIOTTO, 2010).

⁵⁰ Comumente denominados pelos próprios moradores das seguintes maneiras: Travessão de cima, Travessão de baixo e, ainda, Travessão do Valdomiro, Travessão do Reginaldo ou do Sr. Pedro. Esses dois últimos possivelmente após a morte do líder político e religioso Lauro Concianza, em 2007. Até então, Valdomiro Aquino e Lauro Concianza davam os nomes a cada um dos Travessões, sendo que suas cadás se encontram no extremo interno de cada Travessão.



Casa de ex-colono de madeira.
Foto 8: SMANIOTTO, 2010.



Casa de ex-colono de alvenaria.
Foto 9: SMANIOTTO, 2010.



Casa típica: telhado de sapé e paredes de materiais diversos (telha de amianto, placas de alumínio, lona, dentre outros).
Foto 10: Ione Nascimento, 2013.

A distribuição das casas depois da reconquista é, até hoje, uma das causas de conflitos entre famílias e familiares. Os que moram em casas de sapé, especialmente, questionam a razão pela qual foram preteridos em detrimento de outros. A explicação dada por uns foi de que a divisão de lotes e casas se deu na proporção do enfrentamento ou da dedicação durante o período de luta pela reconquista da terra. Outros defendem que houve favorecimento por parte de lideranças por interesses políticos ou materiais.

Como um dos resultados de um trabalho de apoio à produção e gestão territorial, realizado em 2007 e 2008, Almeida e Comar (2008) elucidam esses eventos que afetaram essa ação e precisam ser considerados por qualquer interventor que se proponha a trabalhar naquela comunidade. Nos relatórios de progresso do projeto “Roças Familiares (kokue) no Panambizinho”, financiado pela Fundação Banco do Brasil, eles fazem referência ao conflito entre “facções internas” cuja distinção se dá pelas famílias, consideradas mais ousadas, por terem se assentado em locais que não haviam sido legalmente definidos, como forma de pressionar o governo no sentido de acelerar a regularização da TI; e pelas outras famílias que preferiram aguardar os resultados da controvérsia jurídica sem sair da “aldeia velha”, onde se localizam as famílias que foram impedidas de “ganhar terra”, em virtude da referida luta entre as facções (ALMEIDA, COMAR, 2008).

A omissão da Funai no processo de reintegração do território foi um erro tão grave quanto o do SPI de retirar os índios na década de 1940. O Governo Federal, por meio da Fundação indigenista deveria ter implementado um projeto estruturante durante a reocupação. Afinal, tratava-se (e continua ocorrendo até hoje) de algo novo, nunca vivido antes por aquelas famílias.

De certo modo, o modelo de loteamento adotado pelos colonos foi replicado entre os indígenas, com consequências negativas como disputas de poder, traduzidos na posse dos melhores lotes. Os Mapas 5 e 6 ilustram a maneira desigual como a distribuição de lotes foi feita em Panambizinho a partir de 2005.

Atualmente, quando perguntados sobre qual é a prioridade na aldeia, a resposta é quase unânime: **casas**. Todos querem casas novas, mesmo os que vivem nos casarões deixados pelos colonos. Em sua maioria, querem uma casa “de material” e uma de sapé. Quando o assunto é construir casa, dizem reiteradas vezes que não há mais madeira e sapé disponíveis por perto, por isso, a de alvenaria é, ao que parece, a opção mais viável.

“O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), prevê o direito à moradia em seu artigo 11-1, e define que uma moradia deve “dispor de um local onde se pode se recolher, com espaço, segurança, iluminação e ventilação, infraestrutura adequadas, além disso, deve garantir uma situação adequada em relação ao trabalho e aos serviços básicos. (...) Os povos tradicionais, cujas marcas e sinais de identidade se encontram

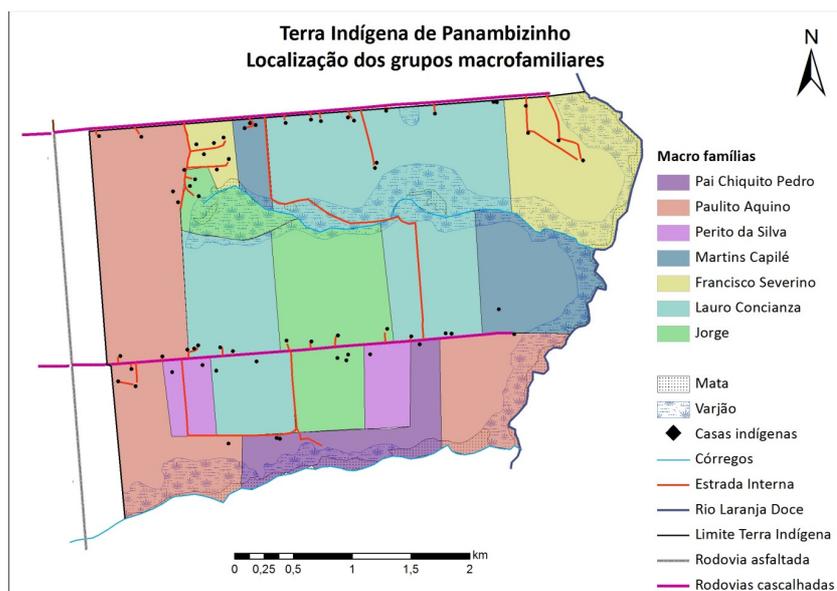
inscritos no espaço, devem ser especialmente atendidos neste item, uma vez que, é um território específico que lhes faz sentido, que é parte de sua cosmovisão. (...) para os povos tribais e originários, a construção de uma morada faz sentido quando em relação com determinado espaço, no âmbito de determinado grupo, resguardando os elementos que compõem o meio ambiente e seu universo de significado, afinal é o conjunto destes símbolos e relações que compõe a cultura do grupo.” (MULLER; ALMEIDA; BECKER, 2012, p.28).

Além dos resultados contraproducentes relacionados à forma como os lotes foram ocupados, há outro que não recebe a devida atenção, mas que, visivelmente demanda uma intervenção preventiva: o superpovoamento de alguns lotes. Quando questionados sobre essa possibilidade, alguns dentre os que vivem em grandes lotes acreditam que, com o tempo, deverá haver ampliação da aldeia para além dos 1272he (o que faz sentido, já que esse era um desejo do Xamã Pai Chiquito, reproduzido na fala de Lauro Concianza, na fala transcrita no início deste capítulo e, certamente, continua sendo uma pretensão da quase totalidade da aldeia). Já para alguns dos que se vêem em lotes diminutos, e seus filhos e netos procriando, esses acreditam que esse é um problema solucionável, bastando que os que possuem os maiores lotes da aldeia cedam parte de seus terrenos.

No que concerne ao fornecimento de energia elétrica, os colonos instalaram uma ampla rede ao longo das duas principais vias da aldeia e, apesar de haver rede na frente de grande parte das novas construções, 18 destas permanecem sem energia, 6 têm acesso, porém, sem relógio, e 40 têm energia com relógio, no entanto, é comum encontrar casas em que o fornecimento de energia foi interrompido por falta de pagamento da conta (Idem).

Os recursos hídricos não foram mencionados como uma necessidade ou demanda por parte dos moradores da aldeia. A FUNASA implantou uma rede que atinge quase a totalidade das famílias, no entanto, não costuma haver água encanada para dentro das habitações, apenas uma torneira próxima à entrada casa. Das 64 casas tradicionais, 5 são abastecidas com água de poço (Ibidem), sendo 3 em condições insalubres.

A distribuição de lotes entre os sete grupos macrofamiliares que formam a comunidade de Panambizinho está disposta no Mapa 6. Além das histórias memoriais dos indígenas, um dos elementos para uma boa pesquisa qualitativa ou para uma intervenção de médio ou alto impacto na Terra Indígena de Panambizinho é a compreensão de como se dão as relações sociais e das genealogias (um dos destaques da obra de MACIEL, 2012), que são importantes para o entendimento de aspectos sociopolíticos da aldeia.



Mapa 6 – Localização dos grupos macrofamiliares.
Fonte: SMANIOTTO, 2010.

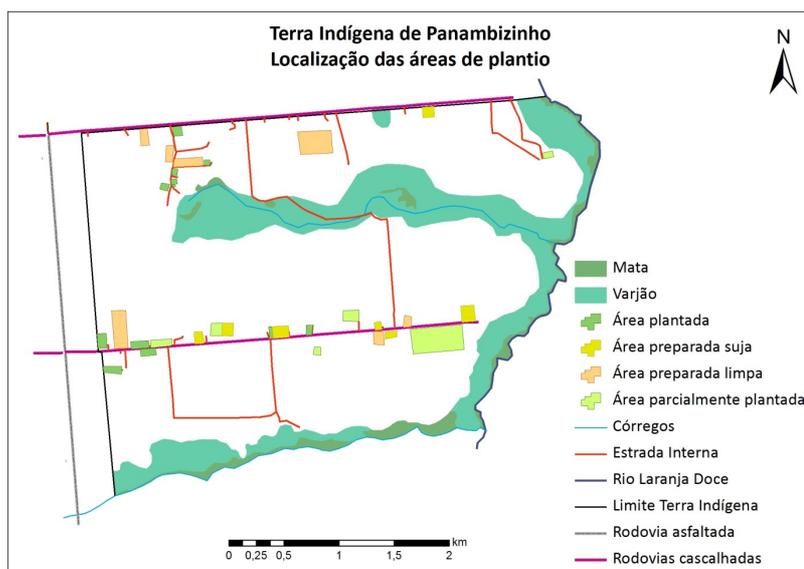
Dentre as características ambientais, predominam terrenos antropizados, explorados por décadas para produção de lavouras de soja, milho, e pastagem plantada. Quase toda a mata nativa foi derrubada pelos colonos, restando uma pequena faixa de mata ciliar e uma vegetação bastante alterada nas áreas de várzea (SMANIOTTO, 2010). Durante muitas décadas as pragas foram combatidas por pesticidas químicos que, com a saída dos colonos deixaram de ser utilizados por falta de recursos e de conhecimento técnico para manter o uso desses produtos, fato que faz com que atualmente, a incidência de formigas seja um dos principais fatores impeditivos do aumento da produtividade na aldeia (ALMEIDA; COMAR, 2008).

4.3 Os principais cultivos, o potencial produtivo, e as fontes de renda

Além do domínio de técnicas agrícolas (notório entre os Guarani), de modo geral, os moradores de Panambizinho demonstram satisfação ou interesse em plantar, inclusive visando à geração de excedente para venda (embora, tradicionalmente, a agricultura seja destinada à subsistência), mas não há assistência técnica – que poderia ser dada não somente pelo governo, mas também por jovens indígenas, se fossem capacitados e estimulados a fazê-lo – suficiente seja para acompanhar a produção e orientar sobre como aumentar a produtividade e eliminar pragas, seja para capacitá-los para comercialização, habilidade que não é trivial nem mesmo entre não-indígenas. Com exceção dos idosos, que por apego à atividade agrícola ou por já estarem aposentados e não necessitarem da *changa* como renda principal, jovens e adultos encontram-se propensos a trabalhar fora de suas terras.

A base da alimentação em Panambizinho é a mandioca (presente em cerca de 50% das roças) seguida do milho e do feijão. Há, ainda, nas pequenas roças e quintais, milho saboró, batata doce, abóbora, abacaxi e manga. O plantio é realizado majoritariamente pelos mais velhos, uma vez que parte significativa dos jovens trabalha fora da aldeia (a *changa*, mencionada anteriormente) (SANTOS.b, 2013).

No Mapa 7 há uma indicação das roças e quintais existentes na TI e que, com investimento (não apenas nos insumos para plantação em si, mas também em programas que permita que os homens, em especial, possam optar entre cultivar sua roça, ou ir para a *changa*) e capacitação, podem ser ampliados. Afinal, é sabido que os “Kaiowá e Guarani possuem, como os outros povos indígenas, um profundo conhecimento sobre os recursos naturais existentes em seu território, sobre a sua produção e as muitas formas de utilização desses recursos” (BRAND, 2001, p. 61). Os Kaiowá observavam o ritmo de recuperação do solo, praticando a agricultura de coivara, deslocando-se ao longo de anos e possibilitando, assim, a recuperação natural do solo (COLMAN e BRAND, 2008).



Mapa 7 – Localização das áreas de plantio.
Fonte: SMANIOTTO, 2010.

Em um dos estudos técnicos feitos pelo PCSAN, observou-se que a redução tanto na frequência de entrega quando na quantidade de alimentos estimulou, a partir de 2010, a reinclusão do plantio da mandioca, ou aumento da quantidade plantada por família, bem como do milho saboró, da batata doce e do feijão de corda (SANTOS.b, 2013).

Em setembro de 2012, o PCSAN realizou levantamento do potencial produtivo na TI Panambizinho com todos os dados necessários sobre os produtores para ser disponibilizado para os órgãos governamentais capazes de prover apoio na implementação do PNAE em Panambizinho. O Quadro 5 apresenta um resumo dos dados extraídos desse levantamento que mapeou 24 famílias com boa capacidade produtiva.

Nr. de família produtoras	N. Casa	Produtos a serem fornecidos para o PNAE
1	6	Banana
2	10	Batata e Banana
3	17	Abacaxi
4	19	Milho e Batata
5	20	Beterraba, Alface, Pepino e Abóbriinha
6	23	Milho e Feijão
7	27	Abacaxi e feijão catador
8	28	Abóbora Milho e Mandioca
9	39	Batata, Abóbora e Banana.
10	43	Batata
11	49	Frango Caipira
12	52	Batata
13	02b	Batata e Banana
14	19A	Abórinha e Cenoura
15	25A	Abóbora
16	27A	Abóbora, Maxixe
17	35B	Batata
18	43A	Milho e Banana
19	43C	Alface, repolho, couve e pepino
20	6b	Banana
21	11A	Mandioca
22	21	Banana
23	37A	Banana e Batata
24	19B	Banana e Batata

Quadro 5 – Resumo dos dados de famílias da TI Panambizinho aptas para o recebimento da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).
Fonte: CARIAGA, 2012.

As fontes de proteína advêm do charque da cesta de alimentos, da criação de galinhas, vacas e porcos, ou da compra de frangos no comércio da Vila Panambi. O consumo de proteína é restrito, não ocorre todos os dias. O churrasco (de porco ou de vaca) normalmente é servido em dia de festa. Smaniotto (2010) observou que a cria de suínos para venda foi influenciada pelos colonos da região, e que a produção de abóbora e melância, em alguns casos, se destina a alimentá-los.

A criação de gado ocorre especialmente entre as famílias cuja renda é maior, oriunda seja dos membros que recebem bolsa família e/ou aposentadoria, seja do comércio de alimentos e porcos que, assim, aumentam os recursos financeiros. Porém, é preciso maior envolvimento com os indígenas para distinguir quando se trata de rebanho próprio ou de arrendamento de terra para criadores vizinhos, o mesmo se aplica às áreas destinadas à plantação. A dificuldade de estimar onde, com que frequência isso ocorre, e quanto a família lucra (ou perde) por negociar o uso de parte de seus lotes com vizinhos equivale à de julgar o que os leva a adotar essa prática⁵¹, pois, não se pode negar que esses também são meios de geração de renda e que, certamente, a opção primeira seria de tornar seus lotes totalmente produtivos.

No entanto, como mencionado anteriormente é notório que faltam recursos próprios e que o apoio externo é limitado. Sob essa perspectiva, os arrendamentos também podem ser considerados como uma dependência, análoga à necessidade de trabalhar em roças alheias para obter o sustento quando a preferência seria por fazê-lo dentro de sua propriedade.

Nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 1980, a geração de renda passou a se dar também por meio de salários, atividades remuneradas tais como professores, agentes de saúde, guardiãs, zeladores dos espaços públicos, dentre outras atividades motivadas pela necessidade de incorporar recursos materiais produzidos fora da aldeia. A atividade econômica deixou de girar em torno da agricultura, caça, pesca e coleta. “A demanda por infraestrutura material dos kaiowa da atualidade ampliou-se consideravelmente, tanto qualitativa como quantitativamente, se comparado com seus parentes de tempos passados” (ALMEIDA, COMAR, 2008).

Hoje, no circuito de troca e reciprocidade estabelecido pelos membros de um grupo doméstico kaiowa, seja no seu interior ou entre parentes mais distantes, não transitam tão somente carne de caça, peixes e convites para mutirões e rituais regados a kaguî (bebida alcoólica fermentada principalmente a base de milho), mas também celulares, aparelhos de som, televisões ou mesmo carros fazem parte do universo material com que lidam esses indígenas (Idem, p.5)

⁵¹ De acordo com o Artigo 18 do Estatuto do Índio em vigor, “As Terras Indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas. 1º - Nessas áreas, é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuária ou extrativa”.

Trata-se de uma mudança totalmente legítima e que também precisa ser reconhecida para sociedade envolvente, de modo geral, e por interventores públicos e privados, de modo específico.

Os Kaiowá seguem se denominando povo agricultor e valorizando sua diferenciação etnosocial, por outro lado, também têm expressado, indiretamente, o entendimento de que somente a produção agrícola não garante uma adequada integração material da forma como é entendida por eles, sentimento que muitas vezes frustra ou gera crises em indivíduos e famílias, algumas, possivelmente, ocasionando depressão, alcoolismo, especialmente entre os mais jovens.

Por outro lado, apesar de aumentar significativamente suas rendas em comparação com o que é produzido na agricultura, as atividades nas usinas de álcool se constituem numa alternativa insustentável e conflitante com os interesses organizativos das famílias kaiowa, gerando indivíduos doentes, com perspectiva de vida reduzida por problemas oriundos do corte de cana (ALMEIDA; COMAR, 2008, p. 6).

Em Dourados, de modo geral, de acordo com informações obtidas pela equipe do PCSAN e em entrevistas realizadas âmbito desta pesquisa com informantes da comunidade e do setor de saúde local, os maiores desafios estão relacionados à falta de meios de vida sustentáveis (produção agrícola e atividades geradoras de renda) para além de outros problemas de índole social, especialmente os problemas com os jovens. A explicação para esse fato, certamente, é que ações emergenciais do governo como a bolsa família e a cesta de alimentos surtiram efeito e, com isso, o risco de morte por fome e desnutrição diminuíram. Embora haja registros de que 6% das crianças das aldeias de Dourados estão abaixo do peso, também há dados oficiais que apontam que “a situação nutricional das crianças indígenas menores de 5 anos nestas áreas melhorou levemente entre 2009 e 2012”, tendo diminuído de 6,07 para 5,87% (LAHOZ, 2013).

Os alimentos produzidos localmente são insuficientes para subsistência da maior parte das famílias, tampouco permite a geração de excedente que permita complementar suas necessidades básicas de alimentação, vestuário ou lazer.

A qualidade do solo e clima favorece a plantação de hortas, mas faltam assistência técnica, ferramentas e insumos. O uso do trator é um ponto muito controverso não apenas em Panambizinho, e divide opiniões: para uns, é fruto da cultura paternalista implantada pelo SPI e pela Funai, para outros, é um mal necessário tendo em vista a quantidade de braquiara e capim colônio presentes na região. Além disso, a quantidade de formigas também impede a ampliação do roçado, pois destroem as plantações, causando prejuízo e servindo de desestímulo.

Parte dessas ocorrências faz com que um número significativo de moradores da aldeia precise trabalhar nas usinas de álcool, nas fazendas, na construção civil ou, quando possível, nas granjas, abatedouros ou nas roças de produtores menores próximos da aldeia. Tanto o trabalho nas usinas de cana e a *changa* (o trabalho em roças alheias, exclusivamente não-indígenas e, geralmente, em localidades distantes, que obrigam o trabalhador a ficar muitos dias fora de casa, mesmo sendo mal remunerado e trabalhando em condições insalubres – a diária em lavouras, canaviais e aviários não passa de R\$30,00) têm impacto na produção local de alimentos, pois a mão de obra masculina quase nunca está presente o que gera um ciclo de improdutividade alimentícia, pois, muitas mulheres ou plantam abaixo do potencial familiar, devido à ausência de seus maridos. Com isso, contam com a renda oriunda do Programa Bolsa Família e com as diárias da *changa* que, em alguns casos, é a alternativa mais viável de geração de renda e não a melhor opção já que, na totalidade dos depoimentos, a preferência seria por trabalhar em suas próprias roças.

Atualmente, a mais destacada forma de exploração ou escravização da mão-de-obra Guarani-Kaiowá são as usinas de álcool e açúcar. É evidente que essa dominação é não só permitida como também fomentada pelos próprios sistemas de poderes políticos e econômicos dominantes no Brasil. Os direitos indígenas garantidos na Constituição Federal estão sendo claramente ignorados em Mato Grosso do Sul (BENITES, 2012, p.1).

No que concerne à distribuição das cestas de alimentos as opiniões divergem dentro e fora da aldeia, mas todos têm clareza de que a interrupção abrupta de seu fornecimento causaria uma crise como as já vivenciadas há uma década, quando foram noticiadas mortes de crianças por desnutrição.

Para alguns indígenas, a cesta é apontada como inibidora da produção e, por isso, ou deveria ser suprimida, ou deveria ser gradativamente substituída por roças familiares, pois as comunitárias tendem a servir para o consumo imediato e são abandonadas.

A distribuição é feita tanto pela Funai, a cada 30 dias, como pelo governo estadual, essa última em intervalos de 45 dias, sendo que a ocorrência de falhas costuma ser maior do que por parte da Funai. A distribuição das cestas pela Funai é resultado de uma ação intersetorial que envolve o MDS e a Conab.

A cesta básica distribuída pela Funai é composta por de 10 kg de arroz, 3kg de feijão, 900ml de óleo de soja, 2kg de açúcar cristal, 1kg de macarrão comum 2kg de farinha de mandioca e 1kg de leite em pó integral, sendo que a composição muda, conforme a disponibilidade da Conab e, eventualmente, incluem Fubá também. Por sua vez, o estado distribui cestas de 27kg que incluem, além dos mesmos alimentos distribuídos pela Funai, sal, Fubá e charque.

Portanto, a complementariedade se dá apenas em termos quantitativos e, qualitativamente observa-se apenas o acréscimo de proteína (charque) na cesta estadual.

Além disso, ao revermos a abrangência dos conceitos de SAN e de soberania alimentar apresentados no segundo capítulo, que trazem em si as idéias de disponibilidade, regularidade no acesso, qualidade, suficiência, diversidade nos modos de produção e hábitos alimentares, nenhuma delas atendem satisfatoriamente aos princípios de segurança e de soberania alimentar, e os indígenas bem o sabem, como afirmou uma indígena diante de um grupo de pesquisadores:

“(...)‘a cesta não supre’ (disse referindo-se à Cesta Básica distribuída aos indígenas), e as mulheres indígenas precisam de verba para comprar ‘bolacha e picolé’ para as crianças, e a ‘mistura’ para as refeições” (MULLER; ALMEIDA; BECKER, 2012, p.157).

Um pré-requisito para a superação desses gargalos é a efetiva promoção do etnodesenvolvimento que, de certo modo, pode ser considerado como uma relativização do que vem a ser “desenvolvimento”, “qualidade de vida” e mesmo “felicidade”, pois, o entendimento dos respectivos conceitos dependerá de alguns fatores subjetivos que não são universais. É sob essa ótica que a situação de sobrevivência de cada comunidade indígena deve ser examinada para que a realidade que os move e as suas dificuldades possam ser identificadas (SALGADO, 2007). O mesmo se aplica à alimentação e às necessidades nutricionais que podem ser supridas por meio de fontes diversas, mas que, idealmente, devem obedecer a padrões definidos por tradições e saberes locais.

O pano de fundo dos conflitos que ocorrem no Mato Grosso do Sul é, sobretudo, a propriedade da terra, colocada em primeiro plano porque as questões e reivindicações indígenas não são entendidas pela sociedade em termos étnicos. Como defende Stavenhagen, as teorias sociais (com exceção da antropologia) não contemplam a etnicidade, e que esse ponto-cego paradigmático⁵² precisa ser eliminado porque tratar os fenômenos étnicos como insignificantes, levou e levará a conflitos, “a exemplo das guerras mundiais [...], do *apartheid* na África do Sul, da questão palestina, do destino dos aborígenes australianos e **das populações indígenas na América Latina**, dentre muitos outros pouco ou nada tratados pela teoria do desenvolvimento e pelas ciências econômicas.” (STAVENHAGEN,1984. Grifo nosso).

A aldeia de Panambizinho é um exemplo de *ponto-cego paradigmático* porque é mais uma aldeia que, sob a perspectiva econômica, não é produtiva nos moldes das fazendas que a circunda, quando o que ocorre é que existe capacidade produtiva tanto para o abastecimento local de alimentos, quanto para geração de excedentes, mas ela é ocultada pela falta de infraestrutura para a reprodução de práticas agrícolas seja tradicional, seja convencional.

⁵² Termo usado por Stavenhagen (1984, p. 24-25) para se referir ao ato de “ignorar” as diferenças étnicas ao se definir desenvolvimento, por entender que é impossível tratar os fenômenos étnicos como insignificantes, especialmente se considerarmos os conflitos mundiais que ocorreram e ocorrem.

(...) os dilemas destes sujeitos extrapolam os marcos da terra. Se eles já “têm terras” (...) lhes falta acesso a um conjunto de direitos, interdependentes, capazes de lhes assegurar uma condição humana digna, com respeito aos seus códigos ecológicos, sociais e culturais. Condições estas que não podem, hoje, ser produzidas por eles mesmos, por motivos muito vis: faltam-lhes políticas públicas básicas, seja para comer, seja para morar, seja para sobreviver, ao invés, de viver (MULLER; ALMEIDA; BECKER, 2012. p.14).

Como agravante, há a percepção distorcida de parte da sociedade que enxerga a transferência da posse da terra para indígenas como resultado de manipulação de grupos minoritários de interesse e não como uma reivindicação desses povos. Vide edição número 2273, de 10 de junho de 2012, da revista VEJA na (COURA, 2012), na qual foi publicada uma reportagem emblemática e distorcida sobre a produtividade agrícola na Terra Indígena Panambizinho cujo título é “Adivinhe qual é a terra indígena?”⁵³. A matéria tem a pretensão de servir de referência sobre o assunto não apenas em relação à Aldeia Panambizinho, mas também a outras terras indígenas. No entanto, a publicação é tida como um ultraje pelos moradores da aldeia, incluindo os que foram entrevistados, e pelos Guarani-Kaiowá de Mato Grosso do Sul, em geral. As imagens (Foto 3) foram usadas contra os personagens da matéria, e a história que a comunidade de Panambizinho esperava que fosse amplamente divulgada para dar a visibilidade de que necessitam não foi contada. Até a finalização deste trabalho o direito de resposta (feito por meio de petição via Avaaz⁵⁴) aos Kaiowá-Guarani não havia sido concedido.



Vista aérea da Terra Indígena Panambizinho e de fazendas vizinhas
Fonte: Revista Veja, 10 de junho de 2012.
Foto 11: Antonio Milena.

⁵³ Vide Foto no Anexo II. Reportagem disponível em Disponível em <<http://goo.gl/xBSRZB>>. Acesso em julho de 2013. Após a publicação da petição no site Avaaz e até a finalização desse trabalho, a reportagem ficou indisponível no sítio oficial da revista.

⁵⁴ Disponível em: <<http://goo.gl/YoRGUF>>. Acesso em julho de 2013.

Ao conceder a entrevista, houve o que se pode denominar uma manifestação étnica para apontar injustiças econômicas e sociais, no entanto, nessa reportagem, o sentido real da mensagem dos indígenas foi desviado para o viés econômico, sob a perspectiva de uma classe dominante (da qual alguns indígenas optaram por – *tentar* – fazer parte), quando o mais adequado teria sido apresentar os contrapontos do grupo minoritário (ou dominado), atentando para o viés *etnopolítico* ou *etnoeconômico*.

Esse breve relato ilustra uma relação entre grupos dominados e dominantes o que, de acordo com Batalla (1982) e Stavenhagen (1984) representa uma forma de colonialismo interno e mesmo de etnocídio, definido como a política de destruição da identidade cultural de um grupo étnico que, diferentemente do genocídio, não possui status legal, mas apenas algumas resoluções que proíbem discriminação de raça, religião e língua. Nesse sentido, o nacionalismo pode ser tanto uma força revolucionária, como de destruição de grupos étnicos não dominantes.

Assim como não se pode ignorar o fator étnico nessas disputas, o grupo étnico minoritário Guarani-Kaiowá reconhece que suas reivindicações têm implicações tanto econômicas quanto políticas que repercutem sobre os interesses dos grupos majoritários. Não há, por parte deles a pretensão de mascarar essas limitações dando destaque apenas aos aspectos étnicos e cosmológicos, não obstante as manipulações que ocorrem.

Portanto, se o etnodesenvolvimento busca garantir aos índios o direito de decidirem sobre as alternativas de vida que pretendem adotar, o que inclui a elaboração de projetos a partir das premissas indígenas (BARROSO-HOFFMANN, 2009), não é isso que ocorre em Panambizinho. Lá, poucos têm recursos, a maioria demanda maior independência e autonomia política, produtiva e mesmo territorial, e todos almejam o reconhecimento da identidade cultural. Não se trata apenas de aspirações econômicas, por isso, é essencial identificar as circunstâncias históricas em que surgem essas demandas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa teve como foco uma comunidade heterôgenea e complexa o que faz com que a tarefa de descrevê-la também o seja. Mas, se fosse necessário apontar, dentre todos, qual é o maior enfrentamento com o qual os moradores de Panambizinho têm que lidar, as dificuldades advindas da inexistência de um projeto (re)estruturante quando da reintegração da posse que ocorreu em 2005 seria um dos mais visíveis.

Gaiger (1993), talvez por ter sido um dos Presidentes verdadeiramente indigenistas da Funai, traduz essa idéia de maneira muito clara:

A experiência ensina que a garantia dos territórios, por si só, não assegura níveis de bem-estar para os índios. Isto porque [...] todos os povos indígenas enfrentam necessidades e condições novas que não permitem a simples continuidade de suas práticas tradicionais de subsistência. Estas precisariam adaptar-se à nova realidade sem, porém, retirar dos índios o controle sobre elas (Gaiger, 1993, p.5 apud SALGADO, 2007, p. 147).

Em Panambizinho, os problemas que mais afligem a comunidade estão relacionados ao preconceito, à degradação ambiental, à impossibilidade desenvolverem atividades produtivas e formas alternativas de geração de renda e emprego, e às más condições de moradia, sendo que todos esses aspectos estão relacionados ao fato de que não conseguem acessar políticas públicas essenciais mesmo depois da homologação da Terra Indígena. Portanto, além do direito à terra (que está aparentemente equacionado em Panambizinho), há direitos que precisam ser concedidos após a posse da terra, dentre eles, a alimentação e moradia seguros.

No que diz respeito ao preconceito, parte dele é ensejado pelos produtores e políticos apoiadores do agronegócio brasileiro que projetam uma imagem errônea dos indígenas que são vistos como causadores de atrasos na economia local por reivindicarem terras que serviriam ou que já servem para produção de ração animal e combustível (em grande parte, por meio de monoculturas destinadas a exportação).

Os moradores da aldeia Panambizinho mantêm relações harmoniosas e conflituosas com os vizinhos *karaí* que os cercam. Sempre providos de cordialidade e bom humor, dentre os relatos registrados nos trabalhos de campo está um em que o morador indígena, em resposta à manifesta insatisfação de seu vizinho (cuja propriedade é isolada por cerca elétrica) em ter indígenas morando nos arredores de sua propriedade, lhe disse em bom português: “não gosta de índio, então se mude!”.

A rejeição é notória não apenas pelos vizinhos de cerca, mas no estado do Mato Grosso do Sul de modo geral. A proximidade não serviu de facilitador para gerar conhecimento e empatia pelos indígenas. A visão que predomina e é imposta inclusive pelo

governo local é a produtivista. Ao mesmo tempo, também no MS se concentra um amplo movimento de apoio à questão indígena.

Por outro lado, em relatos de Vietta (2007) destacados em Maciel (2012, p. 86), “a maioria dos colonos não conseguia compreender exatamente a totalidade dos fatos e, portanto, estão revoltados com o impasse criado, assim como com a possibilidade de perderem suas propriedades que consideram ter o justo direito de usufruir”. Infere-se, facilmente, que não deve ser diferente entre pelo menos parte dos vizinhos da Terra Indígena. Sendo essa, provavelmente, uma aversão que pode(ria) ser amenizada caso se interessassem detidamente sobre o histórico documentado de ocupação das terras da região. O que nos remete, de modo muito mais amplo, ao modo como a História do Brasil é ensinada e repassada, século após século, de geração em geração e que faz com que, segundo Gambini (1988, p.174) nosso povo se funde negando e desprezando suas raízes, seu maior tesouro [...].

A degradação ambiental teve início durante o processo de colonização que ocorreu desde a década de 40. O erro crucial (ainda sanável) foi o processo de reintegração de posse que não foi devidamente conduzido pelo governo. Não houve um projeto social, nem de revisão e adaptação da infra-estrutura, ou qualquer investimento por parte do estado, com o propósito de atender as carências dos indígenas que, apesar de terem recebido a terra, precisavam de uma estrutura mínima para reconstruírem uma sociedade que pudesse se autossustentar. Era notório que esses indivíduos viveriam em condições de pobreza, sem recursos para dar início a qualquer atividade produtiva. Portanto, a forma como as terras de Panambizinho foram devolvidas à comunidade indígena não lhes dava condições mínimas necessárias para restabelecer seus modos de vida (etno)sustentadamente.

Quanto à geração de emprego e renda, esse gargalo está diretamente relacionado à questão mais estratégica de todas dentro da aldeia: boas perspectivas para os jovens. Pimentel (2012) chama a atenção para o fato de que, nas Aty Guasu, os assuntos relativos às crianças e jovens parecem gerar um debate bem mais amplo do que outras discussões mais gerais e abstratas, envolvendo decisões de instância do Estado.

Quase todos os adultos que participam de uma aty têm algo a dizer sobre o comportamento dos jovens e crianças: o que é reprovável, o que denota problemas em casa etc. As pessoas costumam citar seu próprio exemplo, lembrando histórias passadas em sua infância, para sustentar críticas ao modo como, hoje, pais e mães conduzem sua família. O entrelaçamento entre as necessidades relativas à manutenção de uma família e a de um grupo local é recorrente nas formulações que surgem no debate das lideranças (PIMENTEL, 2012, p.293).

Além de todos esses aspectos diretamente relacionados com a atenção às crianças e, de forma mais imediata, aos jovens dentro da aldeia, esta investigação trouxe elementos suficientes para se afirmar que o colapso vivenciado pela comunidade de Panambizinho tem

como causa, dentre outras, os conflitos familiares que aconteceram em decorrência dos critérios adotados para a distribuição das propriedades dentro da Terra Indígena; as crises familiares (entre casais, pais e filhos, irmãos); o alcoolismo que pode ser explicado, em grande medida, pela falta de perspectivas, pela autoestima afetada, por discriminações que afloram em decorrência dos conflitos pessoais.

A questão primordial no caso é o acesso à terra que enseja aversão e preconceito por parte da sociedade envolvente cuja relação com a terra é de propriedade, sempre que possível privada, um bem, ou “uma mercadoria e deve gerar rendas que possam ser apropriadas pelos capitalistas [...]”. No entanto, “para o índio, a terra não é um meio de acumular riquezas, mas é uma forma para manter uma condição específica de vida” (MACIEL, 2012, p.41).

Esse modo de se relacionar com a terra remete a um dos registros de campo, feitos durante a visita de uma importante liderança jovem à Terra Indígena Panambizinho, durante a qual, os jovens da aldeia foram convidados a refletir sobre a necessidade de que ponderem sobre o fato de que, por mais bem intencionados que fossem os *karaí* (termo usado pelos Kaiowá para se referir aos não-índigenas), esses pensam e concebem a vida de forma fragmentada. Em suas palavras, isso se aplica a todos os âmbitos da vida: profissional, emocional, intelectual. Tanto é que na escola, a matemática, o português, as artes são estudados separadamente. Há, sobretudo, uma fragmentação entre a natureza e o indivíduo. Segundo ele, os Kaiowá devem estar atentos a essa marcante diferença, uma vez que isso não ocorre entre eles, e que essa característica deveria ser observada quando lhes fossem apresentadas propostas de intervenção na aldeia (os *projetos*). Estando cientes disso, recomendou que os jovens da aldeia (em especial, uma vez que o futuro da cultura Kaiowá depende deles) fossem capazes de elaborar seus próprios projetos, não de seis ou oito meses, como os dos *karaí*, mas projetos da aldeia de longo prazo, projetos de vida. Chamando-os a refletir *coletivamente* (termo sempre repetido ao longo de sua fala) sobre o que querem para a aldeia.

No que tange ao acesso a políticas públicas voltadas para SAN, parte das dificuldades enfrentadas pelos moradores de Panambizinho em acessá-las está no fato de não contemplarem as especificidades dos povos indígenas e, também, da falta de reconhecimento de que é preciso que haja adaptações ou, mais do que isso, a superação de um recorrente despreparo de agentes públicos para lidar com a diversidade.

No caso do PAA e do PNAE, por exemplo, a oportunidade desperdiçada ao não tratar a alimentação como promotora da preservação cultural ocorre pela falta de divulgação desses programas no município e nas aldeias. Como consequência (conforme achados do PCSAN) tem-se: a ausência de um representante no CAE; a falta de investimento na formação e capacitação de diretores para gestão dos recursos do PNAE, bem como das

merendeiras; a não observância do calendário agrícola tradicional; a inexistência de um cardápio culturalmente adequado e de produtos provenientes da agricultura familiar indígena. Paralelamente, há que haver organização comunitária indígena para responderem às chamadas públicas.

As limitações de cunho político e orçamentário que comprometem o sucesso desses programas também precisam ser superadas, tais como: armazenamento inadequado dos gêneros alimentícios; atuação deficiente do Conselho de Alimentação Escolar; falta de veículos para o adequado transporte dos alimentos; número insuficiente de recursos humanos para o desenvolvimento das ações do PNAE no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Quanto à assistência dada pelo governo por meio da cesta de alimentos, quando questionados, os adultos ou mais velhos concordam com a importância do cultivo na roça mas, ao mesmo tempo, de se manter a cesta. Sobre a possibilidade de supressão da cesta, a resposta que predomina é que, sem ela, faltarão itens importantes da alimentação como, por exemplo, arroz e milho (base da alimentação juntamente com o feijão e a mandioca). De modo que, a própria comunidade enxerga uma alternativa para que o Programa Bolsa Família deixe de ser meramente assistencialista e passe a ser “empoderador” e estruturante para a aldeia, bastando para isso que os condicionantes para recebimento dos benefícios sejam revistos. Uma alternativa seria, por exemplo, a vinculação da cesta à produção de alimentos que fossem destinados à merenda da escola Pai Chiquito, como prevê o PNAE. Para tanto, a primeira providência deverá ser a nomeação de representantes de diferentes etnias no CAE, em seguida, capacitações mais efetivas a todos os envolvidos no Programa.

Antes, ou paralelamente, é preciso buscar a domesticação das espécies que se alastraram pela aldeia e que dificultam ou impedem a ampliação das roças e a reativação de tanques de piscicultura. Muitos investem entre R\$ 300,00 e R\$ 800,00 para custear a diária de tratoristas para facilitar ou tornar possível o processo de preparação da terra para o plantio. Tais recursos poderiam ser revertidos para a produção em si, caso houvesse esse problema fosse efetivamente sanado na terra indígena.

Quanto à atuação do PCSAN, a relação que se estabeleceu com a comunidade foi estreita uma vez que a equipe contratada estava diariamente na aldeia, sem dúvida um diferencial que, em Panambizinho, se dava apenas por meio do CIMI. As atividades em si, foram tão importantes quanto as relações de parceria e confiança. Os momentos de conversa com os indígenas remetem à fala do Prof. Levi Pereira, durante entrevista concedida para esta pesquisa, sobre o diferencial do trabalho dos consultores do PCSAN que, mais do que assistência técnica, conversam, falam e ouvem a comunidade que vive um colapso e quer tanto ser “ouvida”, e precisa falar. Há resultados alcançados imensuráveis,

são intangíveis como a migração de jovens do alcoolismo para atividades produtivas e culturais dentro da aldeia.

O foco do PCSAN era segurança alimentar, e não a assistência psicossocial. No entanto, as intervenções de cunho puramente sócio-assistencial que ocorreram durante a execução do Programa são intrínsecas a intervenções dessa natureza, apesar de não serem previstas, assim como, normalmente, não se prevê que a SAN de povos e comunidades tradicionais é vinculada às dimensões cultural, política e econômica.

Esta pesquisa buscou apontar aspectos que caracterizam essa complexidade. As pistas dadas (algumas delas à margem do objeto da pesquisa, como o exemplo de assistência pseudo-psico-social que os agentes de saúde oferecem, não por opção, mas por força das circunstâncias) servem como oportunidades de futuras investigações, em seguimento a esta que considero incipiente, mas com mais aspectos sociológicos e antropológicos a serem analisados.

Nesta dissertação, além dos achados da pesquisadora, buscou-se dar elementos que podem ser úteis para gestores públicos que se propõem ou que são chamados a executar ações para povos indígenas. Contudo, a dificuldade de se obter dados precisos sobre povos indígenas precisa ser destacada. Em 2013, em atendimento à solicitação de dados para esta pesquisa, a FUNAI disponibilizou a lista de famílias beneficiárias da cesta de alimentos, cujo total é de 98 famílias/casas. A SESAI, por sua vez, também respondendo ao pedido de dados para esta dissertação, informou outro número que, embora seja próximo, não é o mesmo (93). No ano anterior, uma servidora do estado tentou justificar a dificuldade em se obter dados, relatando uma crise institucional que havia se instaurado há alguns anos entre a Secretaria de Saúde da Prefeitura e o Distrito Sanitário Indígena/Polo de Saúde quando o Ministério Público questionou e tornou pública a diferença gritante entre os dados de desnutrição apresentados pelas duas instituições. O Brasil tem avançado nesse sentido, o Inquérito Nacional de Saúde Indígena e o Censo Indígena lançado pelo IBGE são exemplos, mas ainda resta muito a se fazer.

Outro requisito para as políticas sociais é a intersetorialidade, sendo também uma característica que deve ser reforçada na implementação da PNGATI, como lição aprendida das políticas setorializadas, que têm sua importância e aportaram elementos para o entendimento de que intervenções sistêmicas são mais efetivas. Um exemplo de lição que deve ser apreendida pela ONU e pelo Governo pode ser dado pelo PCSAN, que cometeu um erro de origem, ao designar agências especializadas como líderes de um processo que demandava o envolvimento de especialistas de várias áreas do conhecimento. Ora, se a ação é intersetorial, a coordenação das ações não pode ser “departamentada” ou sempre haverá um tendencionamento ao setor no qual a instituição “líder” é especialista, o que é legítimo, mas inadequado para o alcance de resultados efetivos.

Nesse sentido, é essencial que políticos, promotores e planejadores do desenvolvimento considerem os fatores étnicos em seus planos e ações. Pode-se afirmar que quando esse aspecto é ignorado (seja pelo entendimento de se por em risco a unidade nacional, seja por falta de vontade política), conseqüentemente há registros de atos de revolta, muitas vezes violentos, isolados ou em massa, tanto pelo grupo etnicamente minoritário, quanto pelo grupo dominante que, por falta de consciência política e cultural ou por racismo (ou seria etnicismo?) despreza os anseios e necessidades das minorias, por ignorância. Uma medida eficaz, nesse caso, é a adoção do pluralismo étnico e cultural, não somente na Constituição (primeiro passo), mas também na organização do Estado.

No Brasil, isso vem ocorrendo lentamente desde 1988, com a Constituição Federal, tendo acelerado um pouco a partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2002 e 2011, especialmente com a homologação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais que, desde 2007, vem sendo regulamentada. Essa Política, juntamente com a PNGATI e a instituição da SESAI representam uma oportunidade de lidar com as diferenças e não mais ignorá-las.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rubem F. Thomaz de. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o Projeto Kaiowa-Nandeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro, RJ: LACED: Contra Capa, 2001.
- _____, Rubem F. Thomaz de; COMAR, Sonia Elias. *Roças Familiares (kokue) no Panambizinho*. Relatório final de atividades e acompanhamento do projeto de produção de alimentos realizado no tekoha kaiowa de Panambizinho. Programa Trabalho e Cidadania – Projeto 6455. 2008 (mimeo).
- ASSIS, Valéria; GARLET, Ivori. Análise sobre as populações guarani contemporâneas: demografia, espacialidade e questões fundiárias. *Revista de Índias*, v. 64, n. 230, p. 35, 2004.
- AYLWIN, J. *Os direitos dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil: Confinamento e tutela no século XXI*. Grupo Internacional de Trabalho sobre Assuntos Indígenas (IWGIA) e Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/7YGox>>. Acessado em setembro de 2011.
- AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para sociedades indígenas no Brasil. In: LIMA, A. C.; BARROSO-HOFFMANN, M. (orgs.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: LACED; Contra Capa, 2002. P.29-37.
- _____. *Nota do Centro de Trabalho Indigenista sobre a reestruturação da Funai*. Centro de Trabalho Indigenista (CTI), 2010. Disponível em:<<http://goo.gl/ljJ4a>>. Acesso em junho de 2013.
- AZEVEDO, Marta; BAENINGER, Rosana (Org.) *População indígena: mobilidade espacial*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013. 100p.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. B. *Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária*. Artigo apresentando durante o X Congresso Nacional de Educação – Educere. PUCPR, Curitiba, 7 a 10 de novembro de 2011. Disponível em:<<http://goo.gl/79jbd>>. Acesso em abril de 2013.
- BANIWA, Gersem. L. *“Projeto é como branco trabalha; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar”*: experiências dos povos indígenas do alto rio Negro. Dissertação. UnB, 2006.
- BATALLA, Guillermo B. *América Latina, etnodesarrollo y etnocídio*. San José, Costa Rica: Ediciones FLACSO, 1982.
- BATISTA, Enoque. Passo-a-passo da pesquisa. 20??. Mimeo
- BENITES, Adão. *Retomada de Terras e Cosmologia Guarani/Kaiowá: uma Abordagem a Partir de uma História de Vida* (2010). Disponível em: <<http://goo.gl/0AHFf>> Acesso em outubro de 2012.
- BENITES, Tônico. *“História da ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ/MS, entenda o contexto.” História da ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ/MS, entenda o contexto*. Blog Aty Guasu, 30 de abril de 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/mmbOI>>. Acesso em novembro de 2012. (mimeo)
- BETTO, Frei. *Alteridade*. Disponível em <<http://www.freibetto.org/index.php/artigos/45-alteridade-frei-betto>>. Acesso em setembro de 2013. Mimeo.

- BRAND, Antonio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PUC/RS. 1997.
- BRASIL. Fundação Nacional do Índio. As chamadas "aldeias urbanas" ou índios na cidade. *Revista Brasil Indígena* - Ano I - Nº 7 Brasília/DF - Nov-Dez/2001. Disponível em <<http://goo.gl/fMjcb>>. Acesso em setembro de 2011.
- _____. *LOSAN Lei de Segurança Alimentar e Nutricional*. Presidência da República. Casa Civil. Subsecretaria de Assuntos Jurídicos. Brasília, 2006. Disponível em <<http://goo.gl/OKL12>>. Acesso em novembro de 2011.
- _____; MENEZES, Francisco. *Caderno "Segurança Alimentar"*, 2002. (mimeo). Disponível em: <<http://goo.gl/I9IRU>>. Acesso em 17 de outubro de 2011.
- _____; Ministério da Educação (MEC). *Curso de Licenciatura Indígena – projeto pedagógico. UFGD. Faculdade de Educação. 2010*. Disponível em: <<http://goo.gl/fHfvj>>. Acesso em junho de 2013.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. *Carteira Indígena: Diretrizes Gerais de Funcionamento e Acesso aos Recursos para Projetos*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Ministério do Meio Ambiente, 2009.
- _____. Ministério Público Federal – Procuradoria Geral da República. *Populações indígenas e comunidades tradicionais*. Notícias do site. 30 de novembro de 2010. Disponível em <<http://goo.gl/s9KN3>>. Acesso em novembro de 2012.
- _____. Ministério da Saúde. Portaria n.º 2405/GM de 27 de dezembro de 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/4o1eR>>. Acesso em fevereiro de 2013.
- BRUM, Eliana. *Decretem nossa extinção e nos enterrem aqui*. *Revista Época*. Ed. Globo: 20 de outubro de 2012 [s.d.]. Disponível em <<http://goo.gl/7yNGy>>. Acesso em outubro de 2012.
- CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015*. CONSEA, 2011.
- CAMPANHA GUARANI, POVO GUARANI GRANDE POVO. Documento Final do *Aty Guasu* nov/dez 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/nZ3Qo>>. Acesso em janeiro de 2013. (mimeo)
- CARIAGA, Jerusa. *Resumo dos dados de famílias da TI Panambizinho aptas para o recebimento da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)*. Consultoria prestada no âmbito do Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas (ONU/Governo Federal). Setembro de 2012 (mimeo).
- CARLI, Maria A. F. *Dourados e a democratização da terra: povoamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)*. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2008. 240p.
- CAROSO, Carlos. Questão humanitária. OESP, *Espaço Aberto*, p. A2. 06/09/2008. Disponível em: <<http://goo.gl/kurmB>>. Acesso em fevereiro de 2013.
- CASTRO, J. *Geografia da Fome – O dilema brasileiro: pão ou aço*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CHAMORRO, Graciela. O serviço de proteção aos índios o estabelecimento de uma política indigenista republicana junto aos índios da reserva de Dourados, Panambizinho na área da educação escolar (1929 a 1968). Dourados, 2008.

COLMAN, Rosa; BRAND, Antonio. Território para os Kaiowá e Guarani. 2008. Disponível em: <<http://www.campanhaguarani.org.br/pub/publicacoes/territori..2.pdf>>. Acesso em setembro de 2012.

_____. Território e Sustentabilidade: os Guarani e Kaiowá de Ivy Katu. Dissertação de Mestrado, 2007, Campo Grande, UCDB.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Consea). // *Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório Final*, Brasília, 2004.

_____. *III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório Final*, Brasília, 2007.

_____. *A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil - Indicadores e Monitoramento - da Constituição de 1988 aos dias atuais*, Brasília, 2010.

COURA, Kalleo. Adivinha qual é a terra dos índios? *Veja*. Edição. 2273, de 10 de junho de 2012.

DE PAULA, Luís Roberto; VIANNA, Fernando de Luiz Brito. *Mapeando políticas públicas para povos indígenas: guia de pesquisa de ações federais*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria; LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2011. 112p.

FAVARO, Tathiana. *et al. Segurança alimentar em famílias indígenas Terena, Mato Grosso do Sul, Brasil. Cad. Saúde Pública*. 2007, vol.23, n.4, pp. 785-793. ISSN 0102-311X. doi: 10.1590/S0102-311X2007000400006. Disponível em: <<http://goo.gl/yGqGR>>, acesso em julho de 2009.

FOLHA DE S.PAULO - João Pedro Stedile e Tomás Balduino: Soberania alimentar e a agricultura
 - 16/10/2008". Disponível em <<http://goo.gl/trUyv>>. Acessado 21 de fevereiro de 2013.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (FSM). *Declaração Final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar. Havana-Cuba*. 2001. Disponível em <<http://goo.gl/Wu1m3>> Acesso em: outubro de 2011.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). "*Ñade Reko La comprensión guaraní de la Vida Buena*". Editorial Quatro Hnos, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/lzqPc>>. Acesso em outubro de 2012.

FUNDO MUNDIAL PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). *Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação*. [S.l.]: FAO, 1996. Disponível em: <<http://goo.gl/gcoLX>>. Acesso em outubro de 2011.

_____. *La seguridad alimentaria: informacion para la toma de decisiones. Guía práctica*. [S.l.]: FAO, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/AHwEg>>. Acesso em outubro de 2011.

GAMBINI, Roberto. *Espelho índio: a formação da alma brasileira*. Ed. Terceiro Nome, 2000.

GIROTTI, Renata L. *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- _____, Renata L. Por uma nova textura histórica: O movimento de professores indígenas Guarani/Kaiowá em Mato Grosso do Sul – 1988 a 2000. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2001.
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GORZ, André, Celso Azzann Jr., e Celso Cruz. *O imaterial conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HOFFMANN, R. *Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. Estudos avançados*. 1995, vol.9, n.24, pp. 159-172. ISSN 0103-4014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). *Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000*. 2005. Disponível em <<http://goo.gl/chT7A>>, acesso em agosto de 2010.
- INSTITUTO CIDADANIA. *História*. Disponível em:< <http://goo.gl/kocve>>. Acesso em: Novembro de 2011.
- INSTITUTO DE PESQUISAS E ECONOMIA APLICADA (IPEA). *Objetivos de desenvolvimento do milênio – Relatório nacional de acompanhamento*. Brasília: IPEA, 2005.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil - Instituto Socioambiental. *Kaiowá*. 2003. Disponível em: <<http://goo.gl/dykNR>>. Acesso em: mai./2012.
- _____. *Povos indígenas no Brasil 2001/2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.
- _____. *Declaração da ONU sobre direitos dos povos indígenas*. Sítio oficial. Abril de 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/Qll10>>. Acessado janeiro de 2013.
- _____. *O que são Terras indígenas?* Sítio oficial. Disponível em <<http://goo.gl/i8JGB>>. Acesso em setembro de 2011.
- _____. *Povos indígenas no Brasil 2006/2010*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.
- _____. *Mulheres Guarani Kaiowá do MS buscam seus direitos + Documento Final da II Kunã Aty Guasu*. Sítio Oficial. 7 de março de 2012. Disponível em <<http://goo.gl/261IX>>. Acesso em dezembro de 2012.
- JESUS, D; WENCESLAU, M. Os saberes tradicionais dos indígenas Kaiowá de Dourados-MS: transformações culturais por meio de do tempo. *Mana*, v. 5, n. 13, p. 64, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Nqza9>>. Acessado em 27 de junho de 2011.
- LIMA, Antonio Carlos; BARROSO-HOFFMANN, Maria. (orgs.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: LACED; Contra Capa, 2002.
- _____. (orgs.). Etnodesenvolvimento e políticas públicas; Estado e povos indígenas; e Além da tutela: bases para uma nova política indigenista. *Mana*. 2004, vol.10, n.1, pp. 216-219. ISSN 0104-9313.
- _____. (orgs.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. *Mana* [online]. 2004, vol.10, n.1, pp. 216-219. ISSN 0104-9313.

- LITTLE, Paul. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, ano 2/ n. 3/ Out.2002. Disponível em: <<http://goo.gl/t2sra>>, acesso em agosto de 2009.
- _____. org. *Políticas Ambientais no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- LOUREIRO, M.; PEREIRA, R. Carteira Indígena: um processo em construção. Povos Indígenas: um registro das ações de desenvolvimento social. *Cadernos de Estudo. Desenvolvimento Social em Debate*. 2008, n.º 10, pp. 17-21. ISSN 1808-0758.
- MACIEL, I; MUNIZ, C; RODRIGUES, L. *Metodologia qualitativa em avaliação de políticas públicas: pesquisa sobre o Pronaf em Caucaia, Ceará*. Revista Avaliação de Políticas Públicas, v. 2, p. 51-61, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/nawbh>>. Acesso em: novembro/2011
- MACIEL, Nely. *História da Comunidade Kaiowá da Terra Indígena Panambizinho (1920-2005)*. Dourados: Ed. UFGD, 2012.
- MALUF, Renato. *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MATOS, J. *Territórios e Territorialidade Guarani Kaiowa: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à Multiterritorialidade*. Dissertação. UFGD, 2011.
- MEDEIROS, Monique. Etnodesenvolvimento e desenvolvimento local: contributos para um debate teórico. *Ambiência Guarapuava* (PR) v.7 n.1 p.165 - 177 Jan./Abr. 2011. ISSN 1808 – 0251.
- MENEZES(a), Francisco. *Panorama Atual da Segurança Alimentar no Brasil*. Texto apresentado no Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizado em novembro de 1998, na cidade de São Paulo (mimeo). Disponível em <<http://goo.gl/dSCUo>>. Acesso em novembro de 2011.
- _____(b), Francisco. “Food Sovereignty: A Vital Requirement for Food Security in the Context of Globalization”. *Development* 44, nº. 4 (2000): 29–33. Disponível em: <<http://goo.gl/S7C3>>. Acesso em abril de 2012
- MENEZES(c), Ana. “Colônia Agrícola Nacional de Dourados – História, Memória: considerações acerca da construção de uma memória oficial sobre a CAND na região da Grande Dourados”. *Revista Eletrônica História em Reflexão* 5, nº 9 (29 de junho de 2011). Disponível em: < <http://goo.gl/WsvbK>>. Acesso em: maio de 2013.
- MULLER, Cíntia; ALMEIDA, Ellen; BECKER, Simone. *Diálogos entre antropologia, direito e políticas públicas: o caso dos indígenas no sul de Mato Grosso do Sul*. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2012. 160 p.
- MURA, Fabio. Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, Oct. 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/xVTDB>>. Acesso em: Outubro de 2012.
- NUCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS. NEPII. Centro de Documentação *Partir de uma História de Vida* (2010). Disponível em: <<http://goo.gl/wyjZs>> Acesso em outubro de 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Grupos Interagenciais e Programas Conjuntos*. Site oficial. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/EDwGHj>> e <<http://goo.gl/qgzDp>>. Acesso em: janeiro de 2012 e junho de 2013.

- PEREIRA, Levi Marques. Parentesco e organização social kaiowa. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1999. Disponível em < <http://goo.gl/SCiJi> >. Acesso em abril de 2012.
- PINHEIRO, Anelise. “Análise histórica do processo de formulação da política nacional de segurança alimentar e nutricional (2003-2006): atores, idéias, interesses e instituições na construção de consenso político”. Tese. UnB, Brasília, 2011.
- PIMENTEL, Spensy K. *Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani*. Tese de Doutorado: USP, 2012.
- QUINTERO, Renata. “As Organizações Indígena e Camponesa Frente ao Conflito Armado no Norte do Cauca, Colômbia: Um Estudo De Caso.” Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2007.
- REDE DE SABERES. *Sítio oficial*. Disponível em: <<http://goo.gl/12ocUy>>. Acesso em agosto de 2013.
- REDESAN Legislação e Políticas Públicas de SAN. Disponível em: <<http://goo.gl/yXRgA>>. Acesso em maio de 2013.
- REGO, Flávio Luís Hilário, BRAND, Antonio Jacó; COSTA, Reginaldo Brito da. “Recursos genéticos, biodiversidade, conhecimento tradicional Kaiowá e Guarani e o desenvolvimento local”. *Interações (Campo Grande) Interações (Campo Grande)* 11, nº. 1 (2010): 55-69.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Uma introdução para pensar o Setor Ambiental. In: ROS FILHO, Luiz C.. *Financiamentos para o meio ambiente*. Brasília: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, 1994.
- SALGADO, Carlos A. *Segurança alimentar em terras indígenas*. Revista de estudos e pesquisas. FUNAI/CGDTI. Julho de 2007, v. 4. n.1, pp. 131-186. ISSN 1807-1279.
- _____. *Segurança alimentar em terras indígenas: os Shanenawá no Rio Envira – Acre*. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco - AC. 2005.
- SANTOS(a), Quêner. Economia Solidária e o Etnodesenvolvimento: construindo uma política pública [S.l.]: *Cadernos Brasil Local: Desenvolvimento e Economia Solidária*. Julho, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/LHbfX>>. Acesso em novembro 2011.
- SANTOS(b), Edilene S.C. *Diagnóstico e estratégias de sustentabilidade para a Segurança Alimentar*. Consultoria prestada no âmbito do Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas (ONU/Governo Federal).Junho de 2013 (mimeo).
- SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentales de la cultura guaraní*. Asunción: Universidad Católica, 1998.
- SILVA, Alberto Carvalho. “De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição”. *Estudos Avançados* 9, n.º 23 (abril de 1995): 87–107. Disponível em: <<http://goo.gl/qDsAs>>. Acesso em dezembro de 2012.
- SILVA, Marina O. Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais. *Inclusão Social*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2007. Disponível em:<<http://goo.gl/VUx3R>>. Acesso em janeiro de 2013.

- SILVA, Heloisa H. C. *Indígenas urbanos: uma questão social no contexto de Manaus*. Disponível em: <<http://goo.gl/NBFwv>>. Acesso em 9 de setembro de 2011.
- SILVEIRA, Nadia H. *Imagens de abundância e escassez: Comida guarani e transformações na contemporaneidade*, Tese de Doutorado, 2011, Florianópolis, UFSC.
- _____; BRAND, Antônio J. *Os Kaiowá-Guarani e as políticas de desenvolvimento na região centro-oeste do Brasil um ponto de vista sobre a segurança alimentar*. In: 52o Congresso Internacional de Americanistas, Universidade de Sevilha, 2006.
- SMANIOTTO, Celso R. *Levantamento Etnoecológico nas aldeias de Jaguapiru, Bororo e Panambizinho*. Estudo de linha de base realizado no âmbito do Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas (ONU/Governo Federal). 2010.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. "Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista." *Anuário Antropológico*, 1984.
- TAKAGI, Maya. *A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios*. Tese de Doutorado. Unicamp, 2006.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB), Centro de Desenvolvimento Sustentável. *Normas de redação para a elaboração de monografias de especialização, dissertações e teses do CDS-PPGDS*. v.4. CDS-PPGDS, outubro de 2008.
- VERDUM, Ricardo. *Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia do indigenismo*. Tese de Doutorado: UnB, 2006.
- _____. *A Gestão Ambiental e Territorial no Brasil Indígena. Conceitos, Estratégias e Mecanismos de Apoio no Âmbito do MMA/SDS/DADS*. Brasília, julho de 2006 (mimeo).
- _____. (coord.). *Mapa da fome entre os povos indígenas no Brasil (II). Contribuição a formulação de políticas de segurança alimentar sustentáveis*. Rio de Janeiro, INESC/PETI – MN/ANAI – BA, 1995.
- VIETTA, Katya. *Histórias sobre terras e xamãs Kaiowa: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/WkfHm>>. Acesso em: outubro de 2011.

APÊNDICE – Roteiros de Entrevistas Semiestruturadas (Demonstrativo)

GRUPOS TEMÁTICOS (GT):

SOBRE A REGIÃO – GT1

- Características geográficas
- Quantidade, tamanho, localização da aldeias (mapas: FUNAI, etnomapeamento PC-SAN)
- O que se produz e quanto
- Quantidade, tamanho, localização das fazendas (mapas: Embrapa?)

SOBRE A POPULAÇÃO – GT2

- Densidade demográfica em Panambizinho
- Densidade demográfica na RID

SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS – GT3

- Sobre a presença efetiva do Estado em Panambizinho: como é percebida? Por meio de ações, pessoas, instituições?
- Ponto de vista do governo, da população local, da SCO
- Sobre a participação efetiva da sociedade civil organizada: como é percebida? Por meio de quais ações, pessoas, instituições?
- Sobre o orçamento municipal, estadual, nacional destinado à região?
- Sobre o volume de recurso externo (OnG, organismos internacionais) investidos na região, em Panambizinho.
- A percepção dos gestores na interligação de fatores políticos culturais, ambientais nos processos de planejamento e implementação de ações.
- Sobre a PNGATI – conhecimento e envolvimento local com o assunto

SOBRE A SAN – GT4

- Sobre a concepção (cultural) de alimento pela população
- Sobre os hábitos alimentares tradicionais
- Sobre a produção local de alimentos
- Sobre os hábitos alimentares adaptados/adquiridos
- Sobre as cestas básicas
- Sobre a geração de renda

SOBRE OS RECURSOS NATURAIS – GT5

- Sobre a concepção de natureza
- Sobre a percepção acerca dos recursos naturais da região

SOBRE OS CONFLITOS: FUNDIÁRIOS, SÓCIO-CULTURAIS – GT6

- Sobre a taxa de mortalidade (número por faixa etária nos últimos dez anos, causas)
- Sobre os índices de violência e causas registradas nas ocorrências: MP, CIMI

SOBRE CULTURA E COSMOLOGIA – GT7

FONTE DO DADO OU INFORMAÇÃO (P, S, I, C)

- Informação/dado primário – P
- Informação/dado secundário – S
- Informação/dado levantado pela pesquisadora – I
- Informação/dado levantado pelos consultores do PCSAN – C

SELEÇÃO DE PERGUNTAS POR GRUPOS DE ENTREVISTADOS

- Servidor público local
- Acadêmico
- Organização não Governamental
- Moradores da Aldeia
- Morador / informante-chave da Aldeia
- Consultor da ONU

A pergunta selecionada para cada entrevistado (a) está destacada na respectiva coluna indicada no Quadro Geral de Perguntas que segue.

		Fonte	Grupo Temático	Seleção de Perguntas para um servidor público local	Seleção de Perguntas para um acadêmico	Seleção de Perguntas para um entrevistado da SCO	Seleção de Perguntas para um morador da Aldeia	Seleção de Perguntas para um morador / informante-chave da Aldeia	Seleção de Perguntas para um servidor da ONU
1	De retomada/reconquista para cá, quais são as mudanças mais marcantes que se pode observar em Panambizinho (Observar resposta (positiva ou negativa))	PI	GT1/GT2/GT3/GT4/GT5/GT6						
2	Aponte aspectos positivos e negativos vivenciados pela comunidade de Panambizinho depois da reconquista da Terra?	PI	GT1/GT2/GT3/GT4/GT5/GT6,7	2	2	2	2	2	
3	Nr. De habitantes em Panambizinho?	SI	GT2	3					
4	Há um levantamento por idade e se4o?	SI	GT2	4					
5	Nr. Crianças matriculadas na escola?	SI	GT2	5					
6	Nr. Jovens/adultos matriculadas na escola?	SI	GT2	6					
7	Quantas famílias? 80? Conceito de família adotado na pesquisa: ; O que a população kaiowá entende por família/composição?	SI	GT2	7					
8	Quantos trabalham fora da aldeia?	SI	GT2	8			8		8
9	Quantos têm carteira assinada?	PIC	GT2	9			9		9
10	Além do emprego, há outras alternativas para geração de renda (artesanato, venda de alimentos, outras atividades)?	PIC	GT2/GT4						10
11	De quanto é o orçamento anual da CR-Dourados e da CL-Dourados?	PI	GT3						
12	Encontrei na rede somente o relatório da gestão 2010. é possível ter acesso rel anteriores e ao de 2011? Há outros relatórios, de atividades por aldeia, p.e12?	PIC	GT3						
13	Como/onde identificar o volume de recursos públicos destinados à população indígena de Dourados e de Panambizinho?	PSI	GT3						
14	É possível estimar de quanto é o orçamento do município destinado a Panambizinho? Quem teria esse dado de forma mais precisa ou por rubrica?	PSI	GT3	14					
15	Como funcionam os programa de apoio à produção local de alimentos?	PSI	GT3	15		15	15		15
16	De quanto é o orçamento destinado a isso (apoio a produção de alimentos)?	PSI							
17	Quantos e qual é o perfil dos servidores destinados a isso?	PI							
18	A FUNAI tem conhecimento de outros programas (públicos ou privados) a produção local de alimentos?	PI							
19	O que se planta? (mandioca, milho saboró e abóbora) PSI	PSI	GT4/GT5			19	19		19
20	Quais são as principais barreiras à produção local? PSI	PSI	GT4/GT5/GT3						
21	Discutiu-se com a comunidade propostas de recuperação ambiental? O problema do uso do fogo? A produção de alimento? Quem? Quando? Onde?	PI	GT5			21			21
22	É quanto ao abastecimento de água, é suficiente ou deficitário? E o acesso à energia?	PSIC	GT5/GT2						
23	A FUNAI/SESAI/MP/CIMI possui um diagnóstico ou dados atualizados especificamente sobre Panambizinho?	PI	GT3	23		23			
24	Em que medida o MPF/SESAI/FUNAI atua em Panambizinho (em termos de tempo, recursos humanos e orçamentários destinados àquela TI)?	PSI	GT3	24		24			
25	O que significa Aty? Guasu?	PI	GT7		25				
26	Como e quando surgiu a Aty Guasu?	SI	GT3	26	26	26	26	26	26
27	Quem pode participar da Aty Guasu? Qual é o calendário?	PSI	GT3				27		
28	Como é a estrutura da Aty Guasu e como é financiada?	PSI	GT3					28	

		Fonte	Grupo Temático	Seleção de Perguntas para um servidor público local	Seleção de Perguntas para um acadêmico	Seleção de Perguntas para um entrevistado da SCO	Seleção de Perguntas para um morador da Aldeia	Seleção de Perguntas para um morador / informante-chave da Aldeia	Seleção de Perguntas para um servidor da ONU
29	A FUNAI/MP/CIMI costuma recorrer a Aty Guasu antes ou durante a implementação de seus projetos?	PI	GT3		29	29		29	29
30	Quais são as ações coordenadas pela FUNAI que atingem diretamente a população de Panambizinho? SI	PSI	GT3	30		30		30	
31	Quais os departamentos e quem são os responsáveis por essas ações? SI	PI	GT3						
32	E32iste um plano de ação específico para cada aldeia? Posso ter acesso a ele? SI	SI	GT3	32					
33	Quais são os principais desafios para o alcance das metas? Gargalos? SI	PI	GT3	33					
34	Quais são as principais instituições interlocutoras e apoiadoras do trabalho da FUNAI/CIMI na região? CONAB, MDS, MDA, AGRAER, EMBRAPA?	SI	GT3	34		34			
35	Quais são os departamentos ou secretarias que desenvolvem ações ou investem recursos nas áreas indígenas?	PSI	GT3						
36	E36iste relação entre o "Programa Guarani/Kaiowa da UCDB-MS e o que foi idealizado pelo Rubem/Rubinho na década de 70/80? PSI	PSI	GT3						
37	No seu ponto de vista, a quantidade e a qualidade de estudos técnicos/acadêmicos produzidos até hoje sobre os Guarani-Kaiowá é suficiente para subsidiar as políticas públicas?	PI	GT3		37	37			37
38	Existe alguma lacuna dentro das ciências sociais? Em caso afirmativo, o que é preciso ser feito para que esse conhecimento seja apropriado e reproduzido por instituições públicas e da sociedade civil?	PI	GT3		38				
39	"Li em um documento do MDS do qual o Sr. participou da elaboração que as situações entre os guarani e39igem ações incisivas de intervenção planejada e qualificada para atender suas demandas e fortalecer o sentimento de identidade étnica, o que deve ser uma promoção do Estado brasileiro." Nesse sentido, como instituições privadas ou da SCO podem apoiar aos Guarani, em especial os Kaiowá de Panambizinho?	PI	GT3		39	39			39
40	A 1ª composição do comitê gestor de ações integradas da Grande Dourados propôs um Programa de Capacitação continuada, e40ecutado pela FUNAI, que pudesse envolver todos os agentes comunitários e gestores que desenvolvem ações com os guarani no MS. Esse programa chegou a ser desenhado ou implementado? Se sim, quais foram os resultados e lições aprendidas? Se não, por quê?	PI	GT3		40				
41	Como o Sr. avalia o Programa Kaiowá/Guarani da Reserva Indígena de Caarapó?	PI	GT3		41				
42	É possível replicá-lo em Panambizinho?	PI	GT3		42				
43	O PKN tinha recurso para "concorrer" com as agencias estatal e religiosa. O sr. não acredita em ações conjuntas, transversais, que impedem a sobreposição de ações?	PI	GT3						
44	As associações jurídicas indígenas são a melhor forma de se captar recurso público ou privado?	PI	GT3		44	44		44	
45	Existe alguma ação relacionada a geração de emprego e renda?	PSI	GT3	45	45	45			45
46	A/O CIMI,MP,POLO FUNAI tem um levantamento do nr. De estudantes de nível médio e superior de Panambizinho?	SI	GT3	46		46			46

		Fonte	Grupo Temático	Seleção de Perguntas para um servidor público local	Seleção de Perguntas para um acadêmico	Seleção de Perguntas para um entrevistado da SCO	Seleção de Perguntas para um morador da Aldeia	Seleção de Perguntas para um morador / informante-chave da Aldeia	Seleção de Perguntas para um servidor da ONU
47	Existe algum programa de apoio a acadêmicos, durante ou depois do curso (FUNAI, CIMI, MP)?	SI	GT3	47	47	47		47	47
48	É possível elencar quais políticas públicas são implementadas em Panambizinho? É beneficiada por quais políticas públicas?	PSI	GT3						
49	Há outros acadêmicos não indígenas desenvolvendo pesquisa na aldeia atualmente? Em que área?	PI	GT3	49		49			49
50	Como é feita a capacitação de agentes (de saúde) indígena? E dos não indígenas que atuam em TI?	PSI	GT3	50					
51	Como o coletivo se transforma em privado: o histórico papel do Estado na privatização das terras indígenas sul-mato-grossenses.. 2012.	PI	GT3						
52	Quais são as Associações com CNPJ que atuam em Panambizinho? APM, ASSIND, COCTEKD (Centro Organizacional da Cultura Tradicional da Etnia Kaiowá de Dourados, Comissão dos Professores Indígenas Guarani e Kaiowá do MS, Movimento dos Professores Indígenas Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul, TEKO HÁ Movimento dos Rezadores Kaiowá são e52emplos?	PI	GT3,GT6						
53	Há outras? E a que está sendo discutida?	PI	GT3,GT6						53
54	Ver levantamento para DAP. Quantas pessoas possuem DAP e em Panambizinho? O que produzem? Esse número pode ser ampliado?	PSIC	GT3/GT4				54		54
55	O sr. poderia citar uma fonte de renda que considerada digna e condizente com uma comunidade indígena como Panambizinho?	PI	GT3/GT4		55	55	55		55
56	"a dependência da população indígena Guarani do MS poderia ser diminuída caso fossem encontradas soluções para os problemas fundiários ampliando os espaços de produção de subsistência, como ocorre nas situações de equilíbrio entre terras disponíveis e número de habitantes". Essa ainda é uma solução possível? Há solução para a questão da terra? O sr. vislumbra outras alternativas?	PI	GT3/GT5	56	56	56	56		56
57	E em se tratando de Panambizinho, há terra suficiente para todos?	PI	GT3/GT5	57	57	57	57		57
58	A intervenção de instituições públicas e privadas em Panambizinho são observadas (ou mesmo monitoradas pelo MPF, tais como FUNAI, CIMI, ONU)?	PI	GT3/GT6	58		58			
59	Em se tratando de PI, o MPF de Dourados atua mais por iniciativa própria ou por demanda?	PI	GT3/GT6						
60	Histórias territoriais kaiowa: o histórico descompasso entre legislação e política fundiária. 2012.	PI	GT3/GT7						
61	O Rubem Almeida menciona em seu livro que os indígenas de Panambi e Panambizinho montaram um espaço para venda de artesanato, por morarem perto da estrada que liga o sul do estado a Campo Grande e SP Essa espaço ainda existe? É/foi uma boa experiência?	PI	GT3GT4		61	61	61		61
62	Que alimento falta?	PI	GT4				62		
63	Quantas famílias plantam?	PC	GT4						X
64	Quanto percentualmente essa produção é capaz de abastecer a família produtora, em termos de consumo e de geração de renda? PC	PC	GT4						x

		Fonte	Grupo Temático	Seleção de Perguntas para um servidor público local	Seleção de Perguntas para um acadêmico	Seleção de Perguntas para um entrevistado da SCO	Seleção de Perguntas para um morador da Aldeia	Seleção de Perguntas para um morador / informante-chave da Aldeia	Seleção de Perguntas para um servidor da ONU
65	Considerando que a SAN ocorre quando um indivíduo ou uma comunidade tem acesso contínuo a alimentos variados e de boa qualidade, seja por meio da produção ou aquisição desses alimentos, em que medida existe SAN em Panambizinho?	PI	GT4	65		65	65		65
66	Que fatos interferem negativamente na SAN em Panambizinho?	PSI	GT4	66	66	66			66
67	Quantas famílias recebem cestas básicas em Panambizinho? FUNAI, ESTADO e município? Co que frequencia?	PSI	GT3/GT4	67					67
68	Qual é a composição da cesta?	PSI	GT4	68					
69	Houve mudança na composição das cestas ao longo dos anos? Quando Do que? Por quê?	PI	GT4	69					
70	Ainda há mudanças (cesta) previstas?	PI	GT4	70					
71	O Sr. acredita que é possível alcançar soberania naquela região? Que os indígenas produzam ou gerem recursos para adquirir alimento, com ou sem a distribuição de cestas básicas? Como? Em quanto tempo? PI	PI	GT4/GT3	71	71	71	71	71	71
72	As cestas básicas são essenciais? Há perspectiva de mudança nesse sentido? PIC	PIC	GT4/GT3	72	72	72	72	72	72
73	Quantas e quais famílias poderiam viver sem a cesta?	PSI	GT4						73
74	Qual é a fai74a etária produtora de alimentos? PSI	PSI	GT4/GT2				74		74
75	Desses, qual é o percentual de mulheres e de homens?	PC	GT4/GT2						75
76	Onde encontro os dados de nutrição e saúde da comunidade de Panambizinho a partir de 2005?	PI	GT4/GT2	76					
77	A renda proveniente dos produtos de sua horta geram renda suficiente para a manutenção da sua família?	PI	GT4/GT2						
78	Tanto nas reservas quanto fora delas, a desnutrição infantil é avassaladora (revista Epoca em outubro de 2012). Isso se aplica a Panambizinho?	PI	GT4/GT3	78		78			78
79	Qual é o órgão responsável pela merenda escolar da escola Pai Chiquito?	PSI	GT4/GT3	79					
80	Como acessam e qual é a origem das sementes/mudas usadas para a produção local de alimentos? PC	PC	GT5/GT3				80		80
81	Você acha que o que você come é bom para a saúde do seu corpo e da sua alma?	PI	GT6					81	
82	Em geral, como e por quem/instituição são feitas as denúncias a infração a direitos de PI à vida, à liberdade, ao território e/ou à saúde?	PI	GT6						
83	É comum a FUNAI/MP dirimir conflito entre empregadores (produtores, fazendeiros) e indígenas por questões trabalhistas? Indígenas de Panambizinho inclusive?	PI	GT6						
84	Quanto o kaiowá tradicional costuma rezar? Para que reza? Antes de dormir? Ao acordar? Antes de se alimentar? Antes de realizar qualquer tipo de trabalho? Antes de plantar? Antes ou depois de colher?	PI	GT7				84		
85	O que dizem os vivos daqueles que se matam?	PI	GT7						
86	Há outras atribuições para essas mortes além da falta de perspectiva no futuro? Qual é a relação com a cosmologia Caiová?	PSI	GT7		86				
87	Panambizinho é um tekoha?	PI	GT7						
88	Existem tamõ(m) ou jaryi (f) (líder de parentela em Panambizinho)?	PI	GT7						

		Fonte	Grupo Temático	Seleção de Perguntas para um servidor público local	Seleção de Perguntas para um acadêmico	Seleção de Perguntas para um entrevistado da SCO	Seleção de Perguntas para um morador da Aldeia	Seleção de Perguntas para um morador / informante-chave da Aldeia	Seleção de Perguntas para um servidor da ONU
90	Trabalhar fora da aldeia é positivo ou negativo?	PI	GT7/GT3		90	90	90		90
91	Existe um cabeçante em Panambizinho?	PI	GT7						91
92	Como a changa é vista em Panambizinho?	PI	GT7				92	92	92
93	Representações indígenas sobre a transformação cultural entre os kaiowá. 2011. (Outra).	PI	GT7						
94	As Consequências psicológicas na desapropriação territorial em crianças guarani e kaiowá e os reflexos na aprendizagem 2010	PI	GT7						
95	Mobilidade espacial Guarani: discussão conceitual e propostas metodológicas de pesquisa – Guarani é ou não nômade? Que implicações isso tem nos processos de reconquista/demarcação?	PI	GT7						
96	Território e mudanças culturais entre os Guarani e Kaiowá de MS.	PI	GT7						
97	Qual é a tua opinião sobre a presença de missões evangélicas e igrejas (neopentecostais) entre os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul.2010	PI	GT7		97	97	97		97
98	<i>Ne'ẽ – a palavra alma</i>	PI	GT7		98				
99	Quais as mudanças mais relevantes que aconteceram na aldeia desde a defesa de sua dissertação, no que diz respeito à territorialidade? Organização social? SAN?	PI	GZ						
100	Território e Sustentabilidade: Os Guarani e Kaiowá de Yvy Katu, Ano de Obtenção: 2007.	PI	GZ						
101	Território, recursos naturais e cultura material entre os guarani e kaiowá, em mato grosso: as consequências do confinamento sobre a produção e reprodução dos conhecimentos tradicionais e da cultura material. E A RELACAO COM SAN	PI	GZ						
102	O que motivou a realização de sua pesquisa em Panambizinho?	PI	GZ						
103	Há outra pessoa que você recomenda que eu entreviste? Por quê?	PI	GZ	103	103	103	103		103
104	Posso procurá-lo ao longo dessa pesquisa? PI	PI	GZ	104	104	104	104	104	104
105	PNGATI	PI	GT3						
106	pre testar perguntas para comunidade	PI	GZ						
107	pedir TCC	PI	GZ						
108	desde quanto você vive em panambinho	PI	GZ			108	108		108
109	Qual é a tua idade?	PI	GZ				109		109

